



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DAS ARTES**

**DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA**

***A Casa Grande de Romarigães. Um  
contributo histórico e arquitectónico.***

**Maria Ribeiro Machado Pedroso de Lima**

Orientadora: Professora Doutora Marta Sequeira

Co-Orientador: Professor João Rodeia

**Mestrado Integrado em Arquitectura**

Dissertação

Évora, 2016

**A CASA GRANDE DE ROMARIGÃES**  
UM CONTRIBUTO HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO

**Aos meus avós.**

Um grande agradecimento à Marta Sequeira, por toda a dedicação no desenvolvimento do trabalho.

**A CASA GRANDE DE ROMARIGÃES**  
UM CONTRIBUTO HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO

UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA

ANO LECTIVO 2015 . 2016

ORIENTADORA . Marta Sequeira  
CO-ORIENTADOR . João Rodeia

26238 . Maria Ribeiro Machado Pedroso de Lima

A opção pelo uso das regras anteriores ao acordo ortográfico cuja vigência e alcance suscitam as consabidas controvérsias não resulta de uma tomada de posição da subscritora sobre a questão. Explica-se exclusivamente pela humildade de quem confessa as naturais dificuldades sobre os requisitos de um domínio técnico inerente e pretende resguardar-se em mais de quinze anos de ensino e utilização quotidiana e formal da língua portuguesa tal qual lhe foi transmitida.



fig. 1 Casa Grande de Romarigães, Paredes de Coura, 1990.  
Imagem de Miguel dos Reis Pedroso de Lima | Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

«Nossa Senhora do Amparo ocuparia, entre S. Pedro e S. Paulo, cada um em seu absidiolo, o lugar de honra, próprio da sua excelsitude. E seria o seu uma espécie de retábulo delicioso com suas colunas historiadas e entablamento, que suspendiam ao alto duas figurinhas celestiais, a que só faltavam asas para serafins. Mas infantes rechonchudinhos que fossem, na aparência pelo menos, firmes sobre seus engraçados supendâneos, estatuáriamente não havia nada mais mimoso. Acima desses absidiolos e retábulo, a fachada recrescia ainda em especiosidade, alto plateresco com dois escudetes que haviam de servir como lousas epigráficas, e por baixo da cornija, ao centro, uma rosácea de bela moldura, a cuja oval se perfilavam como passavantes dois meninos de torso requebrado e franzino. E encimado pela sineira rectangular, de cruz ao alto, e por quatro pirâmides em cada ângulo, de esbeltíssimo desenho, o todo exuberava uma fecúndia tropical, a que não andava estranha, dir-se-ia, a inspiração luxuriosa, tipo indiático, dos templos consagrados a deusas que tinham infinitos braços para abraçar voluptuosamente o mundo e infinitas tetas para lhe darem a mamar o leite da paz e conformidade. Tudo dum barroquismo cheio de alor e pulcritude. Em toda a fachada, salvo o pano ínfero com a porta singela, mesmo assim de ombreiras rematadas por florões em guisa de capitéis, e duas janelas de grades, a puxar para o Renascimento na sua estrutura linear, não havia uma pedra que não fosse obra antes de ourives que de escultor. A sua poliformia era mais rica que a fachada dum livro setecentista. E com os quatro pináculos, saintes em seu fundo bulboso numa pilastra quadrada, e a sineira no género de quiosque, lembrava de facto um pagode, de agulhas e coruchéus em simetria com as corutas dos pinheiros e dos olmos, erguidos na mata, mais longe, à luz efusiva dos céus.»

Aquilino Ribeiro, *A Casa Grande de Romarigães*, Lisboa, Bertrand, 1ª edição, cap. V, pp. 89-90.



fig. 2 Casa Grande de Romarigães, Paredes de Coura, 1990.  
Imagem de Miguel dos Reis Pedroso de Lima | Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

# ÍNDICE

DISSERTAÇÃO ELABORADA NO ÂMBITO DO MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA, SOB A ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DA MARTA SEQUEIRA E DO JOÃO RODEIA.

<b>RESUMO</b>	10
<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b><i>A CASA GRANDE DE ROMARIGÃES, OBRA LITERÁRIA DE AQUILINO RIBEIRO</i></b>	28
O AUTOR	28
VALOR CULTURAL DA OBRA	31
<b>CENÁRIO</b>	34
<b><i>A CASA GRANDE DE ROMARIGÃES, ARQUITECTURA</i></b>	43
CAMINHO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA	43
ROMARIGÃES	46
BARROCO	48
PLANTA TERRITORIAL	50
EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA DO MORGADIO E CONJUNTO ARQUITECTÓNICO	54
CRONOLOGIA DE IMAGENS	92
<b>CONCLUSÃO</b>	101
<b>POSFÁCIO</b>	105
<b>ANEXOS</b>	114
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	139

## **INDÍCE DE ABREVIATURAS**

fl. – folha  
cf. – confronto  
n. – número  
fig. – figura  
p. – página  
pp. – páginas  
s.d. – sem data  
s.l. – sem local  
trad. – tradução  
op. cit. – a obra citada  
SECC – Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales  
PGA – Procuradoria Geral da República  
NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade

## **INDÍCE DE IMAGENS**

p. 137





fig. 3 Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 25 de Abril de 2015.  
Imagem de Maria Lima.

## RESUMO

A Casa Grande de Romarigães terá sido erguida em 1700 em Romarigães, no concelho de Paredes de Coura, em torno da construção da capela de Nossa Senhora do Amparo, conformando a Quinta do Amparo. Terá servido de cenário literário a uma das mais simbólicas obras do escritor Aquilino Ribeiro – *A Casa Grande de Romarigães*, escrita entre 1950 e 1957, ano da sua publicação. A estrutura arquitectónica foi classificada como Imóvel de Interesse Público em 1986, atribuição que, apesar de demonstrar a preocupação de proteger e conservar este legado histórico e arquitectónico, ainda não derivou em nenhum estudo rigoroso sobre a sua evolução morfológica – instrumento fundamental para a coerência de futuras intervenções neste lugar. Com base nas constantes descrições na obra de Aquilino Ribeiro, e do seu confronto com a documentação histórica entretanto encontrada (escrita e gráfica, em grande parte inédita), este trabalho de investigação propõe o desenho da evolução morfológica da casa ao longo dos tempos, bem como a enunciação da influência deste solar para a organização social, cultural e económica da aldeia de Romarigães. Procura, enfim, e num sentido mais lato, indagar sobre a utilidade de um documento literário para o lançamento de hipóteses no contexto de uma investigação arquitectónica, consubstanciadas pela posterior comprovação através de fontes primárias.

### PALAVRAS CHAVE

Casa Grande de Romarigães | Quinta do Amparo | Romarigães | Paredes de Coura | Arquitectura | História | Literatura | Aquilino Ribeiro

## **The Great House of Romarigães. A historical and architectural contribution.**

### **ABSTRACT**

A Casa Grande de Romarigães (The Great House of Romarigães) was erected in early XVIII century, in Romarigães, Paredes de Coura, nearby the chapel of Nossa Senhora do Amparo, the chosen name for the villa – Quinta do Amparo. This house and villa has been the literary scene of one of the most remarkable works of the writer Aquilino Ribeiro (1885-1963) – *A Casa Grande Romarigães*, written between 1950 and 1957, the year of its publication. In 1986, the architectural structure is classified as cultural heritage by the Portuguese state but, despite the meaningful idea of preservation and protection of the historical legacy and architecture, there has not been an initiative to study its morphological evolution and architectural relevance – key tool for future and consistent interventions in such rich and particular scenario. Based on descriptions that can be found in the work of Aquilino Ribeiro, and supported with historical documentation research (both written and graphic, mostly unpublished), this work suggests the design of the morphological evolution of the house over the years, together with the construction of its influence on social, cultural and economic organization of the village of Romarigães. In a broader sense, this work intends to inquire about the usefulness of a literary document for launching assumptions in the context of an architectural research, substantiated by further evidence through primary sources.

### **KEYWORDS**

The Great House of Romarigães | Quinta do Amparo | Romarigães | Paredes de Coura | Architecture | History | Literature | Aquilino Ribeiro



*Em meados dos anos 50, quando se procedia ao restauro da Casa Grande de Romarigães, Aquilino Ribeiro encontra, num armário, “uma volumosa rima de papéis velhos”. Aí se relatavam diversos acontecimentos ocorridos na casa ao longo de um lapso de tempo relativamente vasto. Por seu punho, Aquilino trabalha os escritos, pouco acrescentando aos factos relatados, e publica em 1957, A Casa Grande de Romarigães. Obra literária de grande fôlego, fortemente alicerçada numa paisagem concreta do Alto Minho. O forte carácter telúrico de alguns lugares inspirou não poucas obras importantes da literatura portuguesa.*

fig. 4 Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 8 Março de 1996.  
Imagem e citação de Duarte Belo | <http://cidadeinfinita.blogspot.pt>.

## INTRODUÇÃO

É um facto que a historiografia portuguesa tem desconsiderado em parte as contaminações entre a arquitectura e a literatura. José Saramago, no entanto, admitiu a possibilidade de ter um pensamento arquitectónico<sup>1</sup>, enquanto Álvaro Siza, por sua vez, citou Fernando Pessoa, a propósito da sua convicção de não existir em arquitectura uma linguagem pré-estabelecida: «O que sou, o que faço, o que não sou capaz de fazer, é como um terraço, um terraço sobre outra coisa, essa coisa é que é linda».<sup>2</sup> Por outro lado, apesar de existirem inúmeras descrições literárias de espaços arquitectónicos – da crónica à poesia –, o valor instrumental destas descrições para a investigação sobre a arquitectura portuguesa tem sido pouco explorado.

Enquanto a nível internacional se têm realizados trabalhos como de David Spurr – que, na sua obra *Architecture and Modern Literature*<sup>3</sup>, publicada em 2012, se dedica à interpretação e representação do espaço arquitectónico na literatura moderna a partir do século XIX – e o de Juan Calatrava e Winfried Nerdinger – que, na sua obra *Arquitectura Escrita*<sup>4</sup>, realizada com base numa exposição organizada pela Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales (SECC), pelo Círculo de Bellas Artes e pelo Parque de las Ciencias de Granada, exploraram «El mundo de la Literatura en su intersección con la Arquitectura. Este es el argumento principal de Arquitectura escrita, una exposición que nos ofrece una mirada novedosa a ese cruce entre construcción, urbanismo y vida que puebla la creación literaria.»<sup>5</sup> –, a

---

<sup>1</sup>SARAMAGO, José – *Cadernos de Lanzarote – Diálogo III*, 1ª edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1995.

<sup>2</sup>SIZA, Álvaro – «Entretien avec Álvaro Siza» (entrevista realizada por Laurent Beaudouin e Christine Rousselot), *Revista AMC – Architecture, Mouvement, Continuité*, n.º 44, Porto, Setembro, 1977, p. 33.

<sup>3</sup>SUPRR, David – *Architecture and Modern Literature*, University of Michigan Press, Estados Unidos da América, 2012.

<sup>4</sup>CALATRAVA, Juan e NERDINGER, Winfried – *Arquitectura Escrita*, Círculo de Bellas Artes, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Madrid, 2010, Catálogo.

<sup>5</sup>CALATRAVA, Juan e NERDINGER, Winfried – *Arquitectura Escrita*, Círculo de Bellas Artes, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Madrid, 2010, Catálogo, p.14.

verdade é que este tipo de reflexões, que cruzam a arquitectura e a literatura, não têm tido muitos ecos no que à literatura e à arquitectura portuguesa diz respeito.

Sobre este assunto podemos destacar, essencialmente, e nos últimos 17 anos, três teses de doutoramento.

1.

José Joaquim Parra<sup>6</sup>, em 1999, defende a sua tese de doutoramento *O pensamento arquitectónico na obra de José Saramago*. Saramago descreve:

«José Joaquín Parra Bañón, um arquitecto de Sevilha, veio mostrar-me o seu projecto de tese de doutoramento, cujo tema será, nem mais, nem menos, o que ele designa por "pensamento arquitectónico na obra de José Saramago". Que Monsieur Jourdain (para citá-lo uma vez mais) andava a fazer prosa sem dar por isso desde que aprendera a falar, já o sabíamos, mas o que eu nunca esperaria era que se pudesse encontrar nos meus livros algo, que não só merecia ser chamado "pensamento arquitectónico" como poderia interessar a um arquitecto, ao ponto de fazer de tal "pensamento" objecto de tese. Céptico ao princípio da conversa, acabei por render-me aos argumentos de José Joaquín Parra, e agora o que sinto é uma enorme curiosidade.»<sup>7</sup>

O arquitecto José Parra descreve a relação entre a arquitectura e a literatura do seguinte modo: «La palabra, como la línea, es un material de construcción. La escritura y el dibujo son técnicas constructivas: estados de arquitectura.»<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup>PARRA, José Joaquim – *O Pensamento Arquitectónico na Obra de José Saramago*, Universidade de Sevilla, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Sevilha, 1999, Tese de doutoramento.

<sup>7</sup>SARAMAGO, José – *Cadernos de Lanzarote – Diário III*, Editorial Caminho, Lisboa, 4 de Dezembro, 1995.

<sup>8</sup>PARRA, José Joaquim – *O Pensamento Arquitectónico na Obra de José Saramago*, Universidade de Sevilla, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Sevilha, 1999, Tese de doutoramento, pp. 36 e 37.

2.

Juan José Vasquez, por seu lado, defende em 2006 a sua tese de doutoramento *Escritura y ciudades. The city of Fernando Pessoa*<sup>9</sup>, um interessante estudo que aborda a relação entre a arquitectura, literatura e filosofia. No mesmo registo do arquitecto José Parra, Juan Vasquez apresenta uma interpretação minuciosa da obra literária de Fernando Pessoa, à qual dá o nome *A Cidade de Fernando Pessoa* onde Lisboa serve de palco a todo o enredo. O arquitecto salienta a capacidade de a literatura nos transportar para uma viagem utópica que revela as memórias do passado. Uma cartografia pessoal e sentimental, a mesma que Aquilino Ribeiro denominava como geografia sentimental, desenhada pelo tempo e que nos ajuda a entender a essência da arquitectura.

3.

João Carlos Nasi Pereira, por sua vez, defende em 2015 a tese de doutoramento, *Reflexos de Pessoa em Siza. Contaminações do legado intelectual de Fernando Pessoa na obra de Álvaro Siza*<sup>10</sup>. João Nasi Pereira descreve a obra do arquitecto Álvaro Siza através da poesia de Fernando Pessoa. De facto, a poesia é a forma mais rigorosa de expressar uma ideia: em poucas palavras temos que conseguir transmitir muitos significados. Mas quando visitamos uma obra de Álvaro Siza, entendemos o rigor que é necessário para chegar ao produto final de forma simples e completa.

Estes autores têm-se debruçado sobre a relação metodológica que pode existir entre a literatura e a arquitectura, tendo oferecido, a

---

<sup>9</sup>AVELLANEDA, Juan José Vázquez – *Em Lisboa. Escritura y Ciudades. The City of Fernando Pessoa, 1 de Noviembre de 1755 – 30 de Noviembre de 1935*, Universidad de Sevilla, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Sevilla, 2006, Tese de doutoramento.

<sup>10</sup>PEREIRA, João Carlos Gromicho Bila e Nasi – *Reflexos de Pessoa em Siza/Reflejos de Pessoa en Siza. Contaminaciones del legado intelectual de Fernando Pessoa na obra de Álvaro Siza/Contaminaciones del legado intelectual de Fernando Pessoa en la obra de Álvaro Siza*, Universidad de Sevilla, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Sevilla, 10 de Julho de 2015, Tese de doutoramento.

seu tempo, um inegável contributo para inaugurar a reflexão sobre a relação entre estas duas áreas de produção criativa. No entanto, não se debruçaram sobre o que diz respeito à possível utilidade de um documento literário para o lançamento de hipóteses no contexto de uma investigação arquitectónica. Demonstrá-la, é o objectivo desta tese.

A investigação que animou a elaboração do presente trabalho centrou-se na Quinta do Amparo, também conhecida como Casa Grande de Romarigães – advindo as suas denominações da capela devota a Nossa Senhora do Amparo e do nome da aldeia local, respectivamente. Esta tese propõe uma reinterpretação desta estrutura a partir da obra literária homónima de Aquilino Ribeiro, *A Casa Grande de Romarigães*<sup>11</sup> (crónica romanceada, de 1957) – um testemunho do tempo num lugar onde a persistente mistura de descrições (ficcionais e reais) constrói o enredo do que seria a quinta e da influência que esta estrutura teria na população de Romarigães e naqueles que a visitaram. Este trabalho procura assim explorar a relação real e ficcional entre duas disciplinas, a arquitectura e a literatura, que funcionam como âmbitos de trabalho neste cenário geográfico.

É clara a importância do romance *A Casa Grande de Romarigães* para a preservação de dados históricos e sociológicos que, por vezes, arriscam esfumar-se com o decurso do tempo. Ao longo da estadia de Aquilino Ribeiro na casa – enquanto esta recuperava um novo traçado resgatado ao antigo com pequenas intervenções arquitectónicas – o autor percorreu cada capítulo histórico do lugar, tentando sempre conhecê-lo o melhor possível. Analisou o contexto geográfico e os herdeiros que viveram na casa, através dos dados que compilou para que fosse possível construir o enredo do solar mais singular desta região. São levantados pequenos

---

<sup>11</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1957.

pormenores arquitectónicos da casa e da quinta que nos ajudam a imaginar espacialmente como poderia ter sido naquele tempo.

Encontramos dois tempos históricos na obra de Aquilino: o tempo dos cronistas, caracterizado pela certeza (visível na caligrafia meticulosa do reverendo Mendrugo); e o do autor (e do leitor), caracterizado pela incerteza ou instabilidade, um tempo que tem como ícones representativos Einstein e os aviões a jacto. A matriz de *A Casa Grande de Romarigães* procura um conceito de verdade, na relação entre a história e a ficção, uma caricatura da História de Portugal que se estende à crónica dos morgados de Romarigães, que marca e representa um dos exemplos únicos da literatura portuguesa.

Este romance, que muitos consideram a sua obra-prima, mostrou-se precursor nessa tentativa de corrigir ou reescrever a História que em grande medida foi o projecto assumido por José Saramago num tempo mais próximo ao nosso. Convém esclarecer que por «corrigir» a História entende Saramago não propriamente «corrigir os factos da História»<sup>12</sup>, tarefa impossível a um romancista, mas «introduzir nela pequenos cartuchos que façam explodir o que até então parecia indiscutível: por outras palavras, substituir o que foi pelo que poderia ter sido.»<sup>12</sup> Por isso, Saramago conclui que «[...] a História como se escreve – ou [...] tal como a fez o historiador, é primeiro livro, não mais que o primeiro livro.»<sup>12</sup> Ao primeiro livro se irão juntar, ao longo do tempo, novas visões ou interpretações, novas versões que vêm tornar mais densa a versão original. A História é assim um constante processo interpretativo, um permanente exercício de reescrita, nenhuma versão sendo definitiva ou mais verdadeira do que a outra.

Aquilino sabia-o e, como ninguém, entregou-se à tarefa de acrescentar novos livros ao livro da História e neles descobrir as

---

<sup>12</sup>Em 1990, José Saramago publica no *Jornal de Letras* (informação quinzenal que aborda as diversas áreas da cultura – literatura, teatro, cinema e música) um artigo intitulado «História e ficção». Levanta neste texto a importância da problemática inerente à relação entre História e Literatura.

histórias mais silenciadas. A similitude da intervenção de arquitectura em espaços reinventados – espaços a que mais do que os meros interesses materiais ou utilitários, mas também os culturais, impõem um amparo técnico – reescreve estas convergências literárias, mas a aflorar já uma redacção de cariz teórico que permite fazer coexistir o rigor com a criatividade. Através de um registo prévio, tendencialmente rigoroso, a que os autores se entregam – seja pelo respeito ao existente, seja pelo que de onírico não deve nunca abandonar o traço da arquitectura. Uma persistente criatividade que é fundamental firmar.

Saramago acrescenta que «se a leitura histórica, feita por via do romance, chegar a ser uma leitura crítica, não do historiador, mas da História, essa nova operação introduzirá, digamos, uma instabilidade, uma vibração, precisamente causadas pela perturbação do que poderia ter sido, quiçá tão útil a um entendimento do nosso presente como a demonstração efectiva, provada e comprovada do que realmente aconteceu.»<sup>12</sup>

As relações entre discurso histórico e discurso ficcional tiveram um grande contributo de Paul Ricoeur<sup>13</sup>, Paul Veyne<sup>14</sup> e Hayden White<sup>15</sup>. No seu estudo fundamental sobre a imaginação histórica, Hayden White afirmará mesmo que o texto histórico resulta de um acto essencialmente «poético», entendendo por tal a base meta-histórica linguística pré-conceptual, a partir da qual o historiador selecciona e organiza as datas do campo histórico de forma a construir a sua história, na sua perspectiva. «[...] the difference between history and fiction resides in the fact the historian finds his stories, where as the fiction writer invents his»<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup>Nasceu em Valence, perto de Paris, a 27 de Fevereiro de 1913 e faleceu em Châtenay-Malabry a 20 de Maio de 2005. Um dos grandes filósofos e pensadores franceses depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1983, nos três volumes de Tempo e Narrativa o autor realça as semelhanças entre a temporalidade da historiografia e o discurso literário.

<sup>14</sup>Nasceu em Aix-en-Provence a 13 de Junho de 1930. Arqueólogo e historiador francês.

<sup>15</sup>Nasceu em 1928, historiador estadunidense e conhecido pelas suas críticas epistemológicas à historiografia.

<sup>16</sup>WHITE, Hayden – *Metahistory: The Historical Imagination, Nineteenth-Century Europe* (Baltimore MD London: Johns Hopkins UP, 1973), p. 6. – trad. «[...] a diferença entre a

Aquilino mostra-se preocupado em revelar as fontes documentais e históricas utilizadas – nomeadamente os três manuscritos a partir dos quais constrói a narrativa: a) o livro que serve de assentamento de todos os momentos notáveis que assucederam na Casa Grande de Romarigães pelo Padre Sebastião Mendrugo (1680); b) Vida de D. Luís António de Antas Meneses, Sargento-Mor de Milícias e Procurador às cortes de 1828; c) Cartas de dois amantes verdadeiros.<sup>17</sup>

---

história e a ficção reside no facto de o historiador procurar histórias, onde a ficção é o escritor que inventa.».

<sup>17</sup>«O rótulo, em inculcava já uma respeitável vetustez, O rótulo, em largos caracteres floreados, tinta de cor de ferrugem, advertia, esmaecida mas verbosamente, do teor: Livro que há-de servir ao assentamento das coisas notáveis que assucederam na Casa Grande de Romarigães, também chamada Quinta de Nossa Senhora do Emparo. Com um epítome da origem, fundação, sítio e nobilíssima árvore de seus morgados, pelo Padre Sebastião Mendrugo, da Casa da Cachada, e seu capelão. Ano da Graça de 1680. Deitei um olho ocioso ao palimpsesto, depois de tomar conhecimento do título. Por pouco não permiti que as raparigas do caseiro lhe esfarripassem as páginas para envoltório dos fusos, quando fiam na roca. Decifrando aqui uns períodos, além outros duma caligrafia que obedecia a um sentido interior geométrico muito outro dos nossos dias, para mais a esvair-se no papel de trapo, amarelento e manchado, perguntei-me em que nos podia interessar a vida dos fidalgos como tantos mais. De facto crónicas deste jaez nem sempre são o mais edificante. Mas era enternecedora a simplicidade com que o historiógrafo memorava os serões gastos, até altas horas, espírito tendido sobre a pena de pato como o lavrador sobre a rabiça, olhos a doerem-lhe da chama reverberada pelo latão no candeeiro de três bicos. Foi este sentido de cortesia, que as pessoas idosas têm por tudo o que ocupa um lugar no mundo e significa acender-se em suas almas a luz da piedade, que a salvou. O relato do reverendo Mendrugo estendia-se por altas e compactas laudas, verdade seja que numa letra encadeada, dentro de cujos arabescos cabiam períodos inteiros de Lima Bezerra, que percorreu por esta corda, e costumava fazê-los extensos como léguas.

O outro manuscrito, em letra especiosamente torneada, chamava-se Vida de D. Luís António de Antas e Meneses, sargento-mor de Milícias e procurador às Cortes de 1828. Ao que se depreendia do estilo, abundante em ciência heráldica e genealógica, era obra dum linhagista do Alto Minho, tão amigo de Deus e do rei como inimigo dos malhados, o senhor Manuel Afonso, de Venade. A sua personalidade de cronista meticulosamente fidedigno, em dia com a pátria e o seu partido, ressaltava do esmero com que arredondava a pança garrafal das letras e lhes projectava as hastes para o zénite. Em suma, na caligrafia, ora direita como lanças, ora cheia e empolada como cabaços, pintava-se o homem como dizem que sucede aos pintores quando fazem retratos. Uma fé, ora hirsuta, ora serena e espaçada, exalava-se da prosa que só a copeira esotérica da Casa Grande permitira furtar às auras do liberalismo triunfante.

O terceiro caderno tinha ares de copiadador. Copiadador de coisas e loisas, numa escritura igual, muito indolente e de traços farfalhudos como as caneiras de milho desta comarca frumentosa. Era o vasto repositório duma cisalhada inominável, anedotas, documentos tabelonares, censuras a livros pelo Padre José Agostinho de Macedo, sinal de que o

---

escriba propendia para literato, e até cartas de amor. Estas estadeavam um título autónomo dentro do vasto armazém de ferro-velho: Cartas de dois amantes verdadeiros. [...] De modo que em grande parte deste livro eu não fiz mais que marchar na esteira dos cronistas que tenho por veros, uma vez que não tinham interesse em ser mentirosos. O padre era-o por natural lisura e dever de ofício. Os outros que ganhavam em prestar um falso testemunho quando os não requeriam no pretório? Finalmente, as últimas e extravagantes páginas do livro são de minha lavra. Às outras, sacudi o bolor do tempo e reatei o fio de Ariadna, interrompido aqui e além.»

Após a leitura da obra encontramos várias referências temporais, arquitectónicas, geográficas, sociológicas, o que nos permite comprovar a sua veracidade. Em anexo (anexo I), estão compiladas e transcritas notas efectuadas pelo escritor ao longo do processo de construção da obra.

Contudo, após o seu lançamento, foi publicada uma carta aberta de Ruy Feijó que punha em causa a veracidade de algumas passagens do romance, e que aqui se transcreve. E é também transcrita a resposta de Aquilino Ribeiro a Ruy Feijó. A resposta de Aquilino Ribeiro é clara e a sua obra revela que viveu/conheceu aquela casa a partir de experiências reais e próprias. Retirou da sua experiência individual uma história, e, enquanto escrevia, teve o cuidado de consultar dados históricos que a comprovassem. No entanto, nunca terá sido do interesse de Aquilino Ribeiro descrever ao pormenor a história dos herdeiros. De facto, em certos momentos, Aquilino Ribeiro foge à íntegra da história daquele lugar. É nesse sentido que se torna imprescindível a descoberta de documentos históricos onde se possa comprovar a veracidade dos factos. As pistas da obra literária não são mais do que isso mesmo: pistas – que requerem sempre uma comprovação.

A arquitectura da Quinta do Amparo e o seu contexto literário representam um inigualável valor cultural, emprestando ao território um legado, mercê dos registos literários e do que subsiste edificado, capaz de arquivar todos os aspectos de uma paisagem assim resgatada ao tempo – pois o norte de Portugal foi sempre ciclicamente causticado pela aventura dos fluxos de emigração.

As sucessivas intervenções na aldeia de Romarigães e no seu entorno são controversas, facilmente invocam uma banalização dos espaços envolventes e uma desvalorização dos valores regionais. O tempo, todavia, torna-se amigo de muitas das manifestações arquitectónicas inicialmente utilitárias, para finalmente, e em casos contados, se volverem em monumentais. Neste sentido se poderá até

esboçar a constatação do que será apelidado como uma arquitectura de amparo, característica marcada de quem perpetua um retorno, revendo-se em uma afirmação de estrangeirado, meio nostálgico e que recupera memórias. No pólo oposto, um dos segredos da arquitectura parece residir na qualidade material que permite a persistência das ruínas, que, assim, habilitam a que algumas paisagens persistam e sejam susceptíveis de serem ressuscitadas.

Os principais documentos que fundamentaram o trabalho, muitos deles inéditos, são documentos originais sobre a casa, como por exemplo fotografias e desenhos antigos<sup>18</sup>; um número significativo de notas realizadas pelo escritor para a montagem da obra literária<sup>19</sup>; e a própria obra que nasce de uma procura pessoal do escritor através de documentos históricos<sup>20</sup>.

São várias, as fontes primárias que incidiram sobre a estrutura arquitectónica da Casa Grande de Romarigães. As *Memórias Paroquiais*<sup>21</sup> de 1758 é o documento mais antigo que perpetua a história do concelho de Paredes de Coura e dos proprietários responsáveis pela presença da capela de Nossa Senhora do Amparo em Romarigães. Esta fonte primária foi fundamental para o

---

<sup>18</sup>Arquivo pessoal de Aquilino Ribeiro, disponibilizado pela família do escritor.

<sup>19</sup>Documentos em exposição e arquivo na Biblioteca Aquilino Ribeiro, em Paredes de Coura e na obra publicada pela Câmara Municipal de Paredes de Coura – *Aquilino Ribeiro em Terras de Coura*, Comemorações do Cinquentenário da Morte de Aquilino Ribeiro, 1ª edição, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura, Julho, 2013.

<sup>20</sup>Livros de registo paroquiais de Santiago de Romarigães, entre 1633 e 1851, depositados no Arquivo Distrital de Viana do Castelo. Livro Misto n. 1 (1633 – 1671), n. 3.10.3.2; Livro Misto n. 2 (1671 – 1713), n. 3.10.3.3; Livro Misto n. 3 (1712 – 1758), n. 3.10.3.4; Livro Misto n. 4 (1748 – 1771), n. 3.10.3.5; Livro Misto n. 5 (1758 – 1787), n. 3.10.3.6; Livro de Baptizados n. 1 (1790 – 1819), n. 3.10.3.7; Livro de Casamentos n. 1 (1786 – 1851), n. 3.10.3.8; Livro de Óbitos n. 1 (1787 – 1852), n. 3.10.3.9; Livro de Testamentos n. 1 (1748 – 1802), n. 3.10.3.10; Cadernos anuais para nascimentos, casamentos e óbitos (1860 – 1872), n. 3.11.1.1.

<sup>21</sup>CAPELA, José Viriato – *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património.*, 1ª edição, Edição integrada no Projecto A Descrição do Território Português do Século XVIII, Casa Museu de Monção – Universidade do Minho, Março, 2005.

desenvolvimento do trabalho, bem como todos os documentos e cartas preservados na Fundação Mário Soares, Fundação Aquilino Ribeiro e na Biblioteca Aquilino Ribeiro, em Paredes de Coura. A carta militar número 15 (do ano 1950 e 2005), correspondente à zona de Romarigães e Paredes de Coura, disponibilizada pelo Instituto Geográfico do Exército, foi um plano geográfico fundamental para a elaboração de todos os desenhos presentes neste trabalho.

Mas as fontes secundárias são também várias. *Tesouros Artísticos de Portugal*, de 1976, obra com a orientação de José António Ferreira de Almeida, contém uma pequena passagem sobre a casa, dando destaque à fachada barroca «ao gosto das capelas solarengas galegas do século XVIII»<sup>22</sup>. José Saramago, em *Viagem a Portugal*<sup>23</sup>, de 1981, faz referência à Casa Grande de Romarigães, mais precisamente à capela. Descreve-a durante uma visita e confronta a

---

<sup>22</sup>ALMEIDA, José António Ferreira de – *Tesouros Artísticos de Portugal*, 1ª edição, Colóquio Artes, Seleções de Reader's Digest, Porto, Novembro, 1976, p. 486.

<sup>23</sup>«O viajante chega-se a eles e pergunta: "Sabem dizer-me onde fica, aqui, a Capela da Nossa Senhora do Amparo?" O rapaz e a rapariga olham um para o outro, e é ele quem responde: "Capela de Nossa Senhora do Amparo, não conheço. Se é a igreja que procura, fica lá em baixo, no povo." O viajante sabe muito bem o que quer, mas perturba-o a informação: "Não é isso, é a Capela da Senhora do Amparo de que falou o senhor Aquilino Ribeiro no livro", e, tendo dito isto, esperava ver abrirem-se os sorrisos dos namorados. Penas perdidas. Responde a rapariga, com modos de irritada por lhe ter sido cortado o galanteio: "Não senhor, não conhecemos." Sentiu-se o viajante corrido e resolveu descer ao povo, a perguntas mais fortunadas. Porém, dando por que caminhava ao longo duma parede, sentiu no coração um banque. Levantou os olhos e viu uma janela sobre a qual havia um modo de lintel não apoiado e por cima dele uma cruz esculpida, ladeada por duas jarras com folhagens de acanto, tanto quanto cá de baixo parecia. À mesma altura, uma pedra de armas, com os seus elementos coloridos. "Isto quer dizer alguma coisa", pensou. Deu mais uns passos, olhou para cima, e lá estava. Era a frontaria da capela, o campanário alto, os coruchéus. Se o viajante não estivesse tão ansioso, teria increpado os namorados ignorantes, com muito mau futuro na vida se sabem tanto de amores como dos bens da sua terra. Limitou-se a dizer: "A capela é esta. Tomem nota, se aparecer por cá mais alguém a perguntar." Os namorados responderam, distraídos: "Sim senhor", e continuaram a namorar. Talvez saibam mesmo de amores. Quem derrubou esta parte do muro, soube o que fazia. Só assim o viajante pode invadir a propriedade alheia, saltar as pedras, e ir, ansioso como uma criança que sobe ao pote da marmelada, contemplar do outro lado, de alto a baixo, a fachada da Capela da Senhora do Amparo de que falou o Aquilino na sua Casa Grande de Romarigães. [...] O viajante conta os pináculos e só acha dois, grande dano faz o tempo, ou Aquilino Ribeiro se deslembrou do que lá tinha. [...]». SARAMAGO, José – *Viagem a Portugal*, 1ª edição, Círculo de Leitores, Editorial Caminho, Cacém, 1997, pp. 51-52.

memória escrita de Aquilino Ribeiro com a imagem que tem diante dos seus olhos, apontando-lhe a ausência de alguns elementos referenciados pelo escritor. Termina a descrição, denominando o espaço como um lugar de paraíso – não lhe terá sido indiferente ter encontrado um casal de namorados que, apesar de não saberem o nome da capela, sabiam, todavia, estarem perante o local de encontro entre Adão e Eva. *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*<sup>24</sup>, estudo de Carlota Maria Fernandes dos Santos de 1999 é também um trabalho completo de análise da freguesia anteriormente denominada como Santiago de Romarigães e, hoje, somente Romarigães. Esta obra faz uma análise detalhada dos livros paroquiais<sup>25</sup> da freguesia depositados no Arquivo

---

<sup>24</sup>SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos Santos – *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, 1ª edição, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Humbertipo, Porto, Maio, 1999.

<sup>25</sup>«Os livros paroquiais da freguesia de Santiago de Romarigães, depositados no Arquivo de Viana do Castelo, constituem as principais fontes documentais para a reconstituição desta comunidade. Daí a necessidade de se proceder à sua crítica, tanto do ponto de vista material como redaccional, dependendo este último aspecto das características próprias de cada pároco e da sua maior ou menor conformidade às regras eclesiais em vigor. Os registos incluídos nestes livros, relativos a baptizados, casamentos, óbitos e traslados de testamentos, abrangem os seguintes períodos:

Livro Misto n. 1

Nascimentos – de 1639 (Março, 15) a 1671 (Agosto, 26)

Casamentos – de 1638 (Fevereiro, 11) a 1671 (Outubro, 15)

Óbitos – de 1633 (Fevereiro, 21) a 1671 (Junho, 10)

Livro Misto n. 2

Nascimentos – de 1671 (Novembro, 12) a 1711 (Janeiro, 25)

Casamentos – de 1672 (Fevereiro, 23) a 1713 (Janeiro, 5)

Óbitos – de 1633 (Fevereiro, 21) a 1671 (Junho, 10)

Livro Misto n. 3

Nascimentos – de 1712 (Julho, 23) a 1748 (Maio, 19)

Casamentos – de 1713 (Novembro, 25) a 1751 (Dezembro, 2)

Óbitos – de 1712 (Novembro, 1) a 1758 (Maio, 1)

Livro Misto n. 4

Nascimentos – de 1748 (Junho, 2) a 1771 (Março, 27)

Casamentos – de 1752 (Abril, 9) a 1769 (Março, 6)

Livro Misto n. 5

Nascimentos – de 1771 (Junho, 7) a 1786 (Abril, 7)

Casamentos – de 1772 (Junho, 18) a 1786 (Abril, 29)

Óbitos – de 1758 (Junho, 1) a 1787 (Junho, 28)

Livro de Baptizados n. 1 – de 1790 (Novembro, 25) a 1819 (Junho, 29)

de Viana do Castelo e encontramos referências à função da capela na aldeia e do conjunto arquitectónico da quinta.

Até hoje foram ainda feitos vários trabalhos especificamente sobre a estrutura arquitectónica da Casa Grande de Romarigães. A *capela de Nossa Senhora do Amparo e o Morgadio de Romarigães*<sup>26</sup> é o título de um estudo de Paulo de Passos Figueiras, publicado em 2007. Neste livro deparamo-nos com um resumo de todo o morgadio de Romarigães em que o autor não ignora algumas passagens da obra de Aquilino Ribeiro para concretizar uma análise comparativa entre a realidade e a ficção, embora não de uma forma sistemática e global. No trabalho *A Casa Grande de Romarigães: Património Arquitectónico vs. Património Literário*<sup>27</sup>, realizado por Ana Maria Tavares Martins e Mafalda Teixeira de Sampaio, de 2011, é feita a comparação entre o património arquitectónico e literário, ainda que de uma forma pouco conclusiva e não tendo em conta todas as questões inerentes. Aquilino Ribeiro Machado, por sua vez, engenheiro geógrafo, contribuiu para o estudo e para a elaboração de uma proposta de dinamização turística

---

Livro de Casamentos n. 1 – de 1786 (Outubro, 22) a 1851 (Novembro, 8)

Livro de Óbitos n. 1 – de 1787 (Junho, 28) a 1852 (Janeiro, 20)

Cadernos anuais para:

Nascimentos – de 1860 (Março, 26) a 1972 (Dezembro, 18)

Casamentos – de 1860 (Julho, 2) a 1872 (Outubro, 9)

Óbitos – de 1861 (Fevereiro, 2) a 1872 (Dezembro, 20)

Livro de Testamentos n. 1 – de 1748 (Maio, 9) a 1802 (Novembro, 10)

Como é possível verificar, entre o último nascimento registado no Livro Misto n. 5 e o primeiro assento do Livro de Baptizados n. 1 existe um lapso de cerca de quatro anos. Os registos referentes a este período estão contidos num caderno separado, numerado e rubricado da fl. 3 a fl. 23, detectando-se a ausência das duas primeiras folhas.

Para os anos compreendidos entre 1819-1860 (nascimentos), 1851-1860 (casamentos) e 1852-1860 (óbitos) são desconhecidos quaisquer livros que, como atrás referimos, teriam provavelmente desaparecido num dos incêndios que atingiram a Câmara Municipal de Paredes de Coura.»

<sup>26</sup>FIGUEIRAS, Paulo de Passos – *A capela de Nossa Senhora do Amparo e o Morgadio de Romarigães*, 1ª edição, Auditor Jurídico Jubilado (PGA), Produção Gráfica de Barroelas, Barroelas, 10 de Maio, 2007.

<sup>27</sup>MARTINS, Ana Maria Tavares, SAMPAIO, Mafalda Teixeira de – *A Casa Grande de Romarigães: Património Arquitectónico vs. Património Literário*, Actas do III Congresso Internacional Casa Nobre um Património para o futuro, Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, 2011.

para a Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães<sup>28</sup>, em 2012. Neste trabalho foi utilizada uma estratégia que tomou por base a paisagem literária, incluindo um estudo que começava à escala da região e que, progressivamente, se centrava na quinta. Com o objectivo de encontrar uma proposta de turismo e uma estratégia de desenvolvimento daquele território, não se centra na análise arquitectónica e literária da casa, pelo que este trabalho será fundamental para esse complemento.

Os autores anteriormente referenciados destacam a importância das sábias palavras de Aquilino Ribeiro na cultura portuguesa. Mas apesar de todas estas referências quer à Quinta do Amparo quer a *A Casa Grande de Romarigães*, constata-se que as suas obras não se debruçam sobre uma análise arquitectónica. A análise arquitectónica, em sintonia com a perspectiva histórica – e a partir dos indícios suscitados através da obra literária – irá permitir a descoberta de um fio condutor para futuras intervenções na quinta, sempre sob a iconografia tutelar da preservação do imaginário literário de Aquilino Ribeiro.

---

<sup>28</sup>MACHADO, Aquilino de Oliveira Ribeiro – *Quinta do Amparo – Casa Grande de Romarigães, Uma proposta de dinamização turística no Alto Minho*, Centro de Estudos Aquilino Ribeiro (CEAR), Lisboa, Junho, 2012, Tese de doutoramento.



fig. 5 Jerónima Dantas Machado e Aquilino Ribeiro, Romarigães, Paredes de Coura, 1962.  
Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

## **A CASA GRANDE DE ROMARIGÃES, OBRA LITERÁRIA DE AQUILINO RIBEIRO**

### **O Autor**

Aquilino Ribeiro (Sernancelhe, Carregal, 13 de Setembro de 1885 – Lisboa, 27 de Maio de 1963) foi um escritor português da primeira metade do século XX. Conviveu com grandes nomes da literatura portuguesa como Fernando Pessoa<sup>29</sup> (1888) e Almada Negreiros<sup>30</sup> (1893), entre muitos outros. Iniciou a sua obra em 1907, com o folhetim *A Filha do Jardineiro*<sup>31</sup>. Romancista fecundo, é caracterizado fundamentalmente por uma excepcional riqueza lexicológica e pelo uso de construções frásicas de raiz popular. É, claramente, um testemunho da cultura literária comumente designada como telúrica, independentemente dos variados cunhos estilísticos que lhe emprestaram em Portugal. Foi sempre atento e crítico em relação à época em que viveu: um século tumultuoso, de conflitos e tensões, e vertiginoso em progressão tecnológica. Todas as obras deste escritor representam momentos da sua vida, um reflexo claro da relevância do seu percurso.

Estudou em Lamego e Viseu e em 1901 foi para Lisboa. Ligou-se ao movimento contestatário da monarquia e interveio activamente na revolução que determinou a viragem republicana na história portuguesa, chegando mesmo a ser preso. Fugiu para Paris e foi lá que escreveu o seu primeiro livro, intitulado *Jardim das Tormentas* (1913)<sup>32</sup>, na biblioteca de Sainte Geneviève. Quando regressa a

---

<sup>29</sup>Nasceu em Lisboa a 13 de Junho de 1888 e faleceu dia 30 de Novembro de 1935. Poeta, filósofo e escritor português.

<sup>30</sup>Nasceu em São Tomé e Príncipe a 7 de Abril de 1893 e faleceu em Lisboa a 15 de Junho de 1970. Dedicou-se às artes plásticas (desenho, pintura) e à escrita (romance, poesia, ensaio e dramaturgia), pertencendo à primeira geração de modernistas portugueses.

<sup>31</sup>Em 1907, escreve *A Filha do Jardineiro*, em parceria com José Ferreira da Silva, folhetim de ficção e de propaganda republicana como crítica às figuras do regime.

<sup>32</sup>RIBEIRO, Aquilino – *Jardim das Tormentas*, 2ª edição, Bertrand, Lisboa, 2013.

Portugal, depois da eclosão da Grande Guerra em 1914, exerce a carreira de professor e conservador da Biblioteca Nacional. Mais tarde, em 1927, por razões políticas, volta a sair do país e só regressa definitivamente em 1933.

É em Paris que conhece Grete Tiedemann, sua primeira mulher (que morrerá em 1927), de quem tem o seu primeiro filho, Aníbal. Quando, após o seu segundo exílio, regressa a Portugal clandestinamente, já se tinha casado com Jerónima Dantas Machado, filha de Bernardino Machado, presidente da República deposto por Sidónio Pais<sup>33</sup>. O único filho do casal, Aquilino Ribeiro Machado<sup>34</sup>, nasce em 1930.

A evocação, em algumas das suas obras ficcionais, das peripécias da sua existência, ao mesmo tempo que transmitem uma índole memorialista, num registo impressivo de décadas durante as quais o país e a Europa sofreram profundas convulsões, constituem um testemunho histórico precioso no esboço da história da primeira metade do século XX, tragicamente protagonizada por guerras, ditaduras e revoluções.

Em 1956 foi eleito primeiro presidente da Associação Portuguesa de Escritores, como prova do reconhecimento das suas preocupações em torno da protecção da escrita, dos escritores, dos seus direitos e interesses, materiais e morais, no âmbito mais vasto de uma componente de obra – e revelando também um testemunho da postura cívica que teve ao longo da sua vida.

A obra de Aquilino Ribeiro abrange domínios variados, do romance à novela, e do conto às memórias, aos estudos etnográficos e históricos, e, igualmente, à literatura infantil.

---

<sup>33</sup>Nasceu no Rio de Janeiro a 28 de Março de 1851 e faleceu em Vila Nova de Famalicão a 29 de Abril de 1944. Foi o terceiro e o oitavo presidente eleito da República Portuguesa.

<sup>34</sup>Nasceu a 6 de Abril de 1930 em Paris e faleceu em Lisboa a 7 de Outubro de 2012. Político português e engenheiro de formação. O primeiro presidente da câmara de Lisboa eleito após o 25 de Abril.

O lugar que este escritor ocupou na narrativa contemporânea portuguesa foi conseguido particularmente pelo seu vocabulário regional e por se tratar de um testemunho do ambiente serrano, especialmente da sua Beira, nas primeiras décadas do século XX. Os seus contextos histórico-literários, como o modernismo, presencismo e neo-realismo, não o desmerecem, e a obra de Aquilino foi recebida com entusiasmo pelos leitores, que auscultavam a imagem de um Portugal ancestral, perdido no tempo.

Aquilino nunca abdicou da consciência política e cívica muito presente nos seus livros. A este ativismo político, há que juntar a tenacidade com que lutou e promoveu a agregação formal e institucional dos escritores.

Aquilino é um dos maiores nomes das nossas letras, conferindo, à língua portuguesa, uma forte plasticidade, combinando o rústico com o erudito. Foi um observador atento do género humano e criou uma galeria de personagens que retratavam o nosso país no século XX. O campesino beirão, o pequeno-burguês de província, passando pelo cosmopolita, pelo idealista, entre muitos outros que dão riqueza às suas histórias. Decorridos quarenta e quatro anos da sua morte, em Setembro de 2007, os seus restos mortais foram trasladados para o Panteão Nacional em Lisboa.

O texto escrito pelo seu filho, Aquilino Ribeiro Machado, que, com simplicidade, resume o percurso do seu pai e o início de uma aventura apaixonante pelo território estudado neste trabalho, Romarigães, surge numa edição em homenagem a Aquilino Ribeiro, com o título *No Alto Minho*.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup>Conjunto de textos reunidos em homenagem a Aquilino Ribeiro. *Aquilino Ribeiro, No Alto Minho*, organizado pela Câmara Municipal de Paredes de Coura, texto de Aquilino Ribeiro Machado, *O Alto Minho de AQUILINO RIBEIRO*, 1ª edição, Marca – Artes Gráficas, Porto, Junho, 2000, pp. 5-11.

## Valor Cultural da Obra

Aquilino Ribeiro aborda o mundo rural como um espaço físico e íntimo, onde a relação com a natureza e os animais é salientada através das personagens que desenham o grupo social de cada lugar.

«O Estado em Portugal têm sido os reis, os padres e os fidalgos.»<sup>36</sup> Esta citação do escritor adequa-se a um passado em que as instituições estatais, religiosas e a nobreza oneravam pesadamente a produção camponesa e controlavam as mais importantes instâncias do poder. Mas a sua obra reflecte antes um interesse pelo popular: o povo é o seu elenco principal, sendo entendido como o representante mais genuíno da especificidade nacional. Temos como exemplo o beirão que é caracterizado com «feitio positivo, constância e tenacidade»<sup>37</sup>, e o serrano, que é «bárbaro, bronco».<sup>37</sup> As personagens são inspiradas na região onde vive e nas pessoas com quem conviveu, sobretudo porque esta é a forma mais verídica de representar uma identidade digna de audiências universais. À época, e sem prejuízo de Jorge Dias, de Bernardino Ribeiro, de Leite de Vasconcelos, entre poucos mais, não abundavam os estudos publicados assentes na observação concreta da vida no campo. A etnologia rural assente em trabalho de campo com alguma atenção à realidade social da produção camponesa só viria a despontar depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo com as monografias de Jorge Dias<sup>38</sup>.

Aquilino Ribeiro era ao mesmo tempo um progressista e um céptico quanto à equivalência entre progresso material e melhoria moral. Depois da Segunda Guerra Mundial, a que Aquilino chamou

---

<sup>36</sup>RIBEIRO, Aquilino – *O Homem da Nave*, 3ª edição, Bertrand, Lisboa, Abril, 2009, p.135.

<sup>37</sup>RIBEIRO, Aquilino – *Arcas Encoiradas*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1953, pp.113-115.

<sup>38</sup>Jorge Dias nasceu no Porto a 31 de Julho de 1907 e faleceu em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1973. Formou-se em etnologia na Universidade de Munique. Autor de *Vilarinho da Furna, uma Aldeia Comunitária*, Porto, edição do Instituto para a Alta Cultura, 1948.

«crepúsculo da lenda e das tradições»<sup>39</sup>, pelas novas estradas se fez a emigração para os países da actual União Europeia, com uma amplitude que levou ao esvaziamento do universo rural, em particular das zonas mais pobres. Hoje são terras de uma população envelhecida e que todos os verões revivem com a chegada dos emigrantes. E, com eles, vêm os estilos de vida negociados entre os hábitos herdados. Aquilino acabou por assistir ao fim do mundo rural em que crescera.

Aquilino foi um cronista minucioso e criativo desse mundo que se renova agora em outros modelos, por via de novas vagas dos expoentes tecnológicos que mereceram a sua atenção e fascínio. A memória não se poderá dizer perdida, neste sentido a que Aquilino seguramente emprestaria o seu optimismo encontrando-lhe a afeição que nutria pelas transformações benignas e pelo amparo de quem vem da Beira reconstruir e reedificar o património no granito das casas de Portugal, merecem o empenho de quem vem da Beira reconstruir e reedificar património.

As palavras de Aquilino revelam sempre a conjugação entre a distância construída de quem deixou de ser rural e a persistência da memória, pela observação verdadeiramente participante e pelo convívio com o meio onde nascera. Nunca se debruçou sobre a economia desta região, mas os seus escritos evidenciam com clareza as lógicas sociais e culturais da pequena agricultura. Alguns pequenos aspectos são tidos em conta pelo escritor, quando desvenda o tipo de alimentação desta economia local. Numa comunidade onde a comunicação era restrita e onde a produção servia apenas para o consumo próprio, os alimentos mais comuns eram o pão, as batatas, a couve e a carne suína, restringindo ao máximo o emprego de produtos caros. A alimentação é claramente um indicador cultural de posição social, quer na quantidade, quer na qualidade.

---

<sup>39</sup>RIBEIRO, Aquilino – *Arcas Encoiradas*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1953, p. 135.

O romance *A Casa Grande de Romarigães* constitui uma obra ímpar da literatura portuguesa. Trata-se de uma obra marcante sobre uma região do interior de Portugal, com as aludidas, mas específicas, características rurais, apontadas e compreendidas por um largo e complicado decurso temporal histórico. Contém uma trama ficcional que obedece à geografia física e humana do lugar. As suas páginas representam um contributo valioso para o estudo dos tópicos da relação entre o espaço local e a sociedade englobante, e o seu texto evoca e revê a memória dos feitos que ali ocorreram.

A importância histórica e social da Casa Grande de Romarigães para a interpretação de todo o conjunto geográfico da aldeia de Romarigães é evidenciada na obra, através da construção de cada capítulo a partir de um conjunto de memórias e enredos fictícios, onde a casa é assumida como elemento físico e ferramenta principal para o entendimento daquele lugar.

## **CENÁRIO**

ORTOFOTOMAPA

fig. 6 Aldeia de Romarigães.  
Antigo caminho de acesso à aldeia de Romarigães. Imagem do Bingmaps 2015.  
fig. 7 Aldeia de Romarigães.  
Actual caminho de acesso à aldeia de Romarigães, Nacional 201. Imagem do  
Bingmaps 2015.



figura 6



figura 7



fig. 8 Aldeia de Romarigães, Paredes de Coura, 25 Abril 2015.  
Imagem de Maria Lima.



fig. 9 Aldeia de Romarigães, Paredes de Coura, 25 Abril 2015.  
Imagem de Maria Lima.

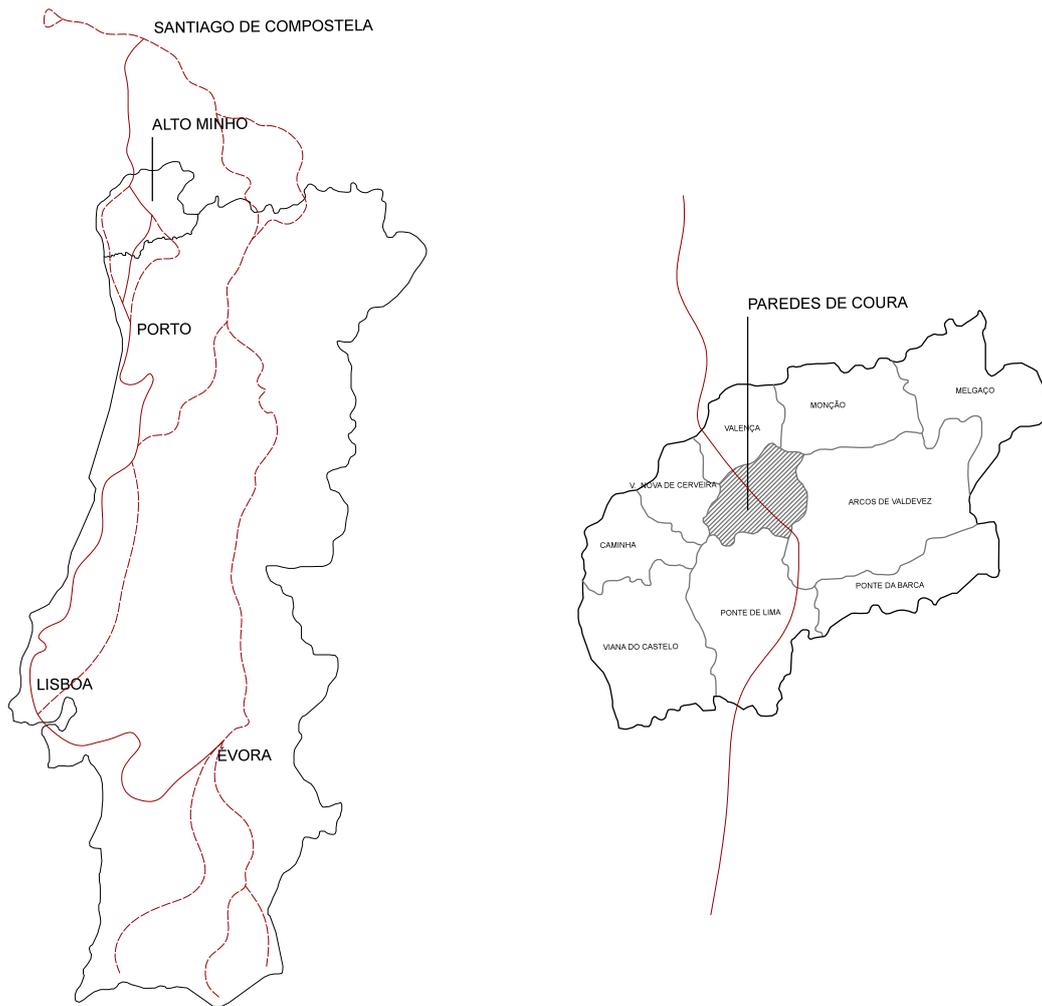


fig. 10 Portugal, Caminhos de Santiago de Compostela.  
Imagem de Maria Lima.

## **A CASA GRANDE DE ROMARIGÃES, ARQUITECTURA**

### **Caminho de Santiago de Compostela**

Foi na segunda metade do século XIX que se iniciou a construção das redes de estradas e caminhos de ferro que, sensivelmente, coincidem com a actual configuração de percursos. Nestes traçados reside um verdadeiro mapa, essencial para a compreensão do que viabiliza e explica a circulação de pessoas, mercadorias e informação. Esta comunicação resultou na intensificação da estrutura agrícola do país e, conseqüentemente, permitiu reestruturar a economia e a sociedade portuguesa. No interior de Portugal esta alteração foi particularmente notória, permitindo o desenvolvimento e a exportação de muitos produtos. Mas estas ligações entre povoações têm origens anteriores, sendo assinalável, na região do Alto Minho, a do Caminho de Santiago de Compostela.

A região Entre-Douro e Minho será uma das regiões com maior intensidade de caminhos, tanto romanos, como medievais. A partir do Porto, os traçados do Caminho de Santiago de Compostela diversificam-se. Existem três grupos de caminhos: o primeiro, onde se insere Romarigães, o Caminho do Lima (Moreira, Azurara, Vila do Conde, São Pedro de Rates, Barcelos, Ponte de Tábuas, Correlhã, Ponte de Lima, Romarigães, Rubiães e Valença); o segundo, denominado como o Caminho do Norte (Barcelos, Fragoso, Deão, Geraz do Lima, Lanheses, Venade, Vilar de Mouros, Cerveira e Valença) e; por último, o Caminho de Noroeste (Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Castelo de Neiva, Viana do Castelo, Caminha e Valença – ao longo da costa minhota). O primeiro terá sido o mais utilizado na Idade Média. Os caminhos dos peregrinos, bem como as encruzilhadas de caminhos antigos, são de construção medieval, mas terão surgido a partir do aproveitamento de alguns caminhos militares romanos, proporcionando preciosos apontamentos que tanto poderão

ser cruzeiros ou pequenos nichos-cruzeiros, generosas capelas e igrejas paroquiais, frequentemente situadas a uma cota mais elevada, para se sobreporem ao casario disperso e salientar a sua presença – elementos que constroem a arquitectura de *amparo* do Norte de Portugal.

No livro *Por Caminho de Santiago, Itinerários Portugueses para Compostela*<sup>40</sup>, de Carlos Gil e João Rodrigues, é descrito o percurso que passa por esta aldeia. A origem da capela em honra a Nossa Senhora do Amparo, com uma manifestação inicial reduzida a um pequeno nicho<sup>41</sup>, advirá precisamente do Caminho de Santiago de Compostela português. Uma das mais belas peças Românico-Góticas do Alto Minho afirma-se agora igualmente integrante do Trilho de Aquilino.<sup>42</sup>

O Caminho de Santiago de Compostela, anteriormente referido, e o Trilho do Aquilino (anexo III) são dois percursos fundamentais para o desenvolvimento deste lugar, sendo que o seu percurso é ainda a forma mais genuína de conhecer várias das múltiplas características da região do Minho. Este último percurso é recente e está inserido numa rede de caminhos do concelho de Paredes de Coura. O seu projecto foi desenvolvido pela Câmara Municipal de Paredes de Coura e está integrado na Rede Municipal de

---

<sup>40</sup>«Voltamos ao início do percurso, à saída de Ponte Lima, e prosseguimos de novo pela EN 201 para mais adiante encontrarmos o famoso solar e a povoação de Romarigães. Aquilino Ribeiro situou ali a história do seu romance A Casa Grande de Romarigães. O solar pertenceu ao Dr. Bernardino Machado, sogro do escritor.» – GIL, Carlos e RODRIGUES, João – *Por Caminhos de Santiago, Itinerários Portugueses para Compostela*, 3ª edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa, Janeiro, 2000, p.198.

<sup>41</sup>«teve a sua origem num templo mais pequeno sujeito a uma remodelação no século XVI que implicou a sua ampliação e alargamento do espaço entre a nave e a capela-mor precedida de arco triunfal em asa de cesto» – ACER, 2008.

<sup>42</sup>O Trilho de Aquilino consiste em um percurso pedonal que, partindo da Casa Grande, prossegue por catorze quilómetros em direcção a Agualonga, Trulha, inflectindo até Montuzelo e baixando pelo Monte da Coroa, direcciona-se a Gonçalães e rodopia até à Tapada da Giesta onde se verificou uma bifurcação inicial, para retomar Morgado e devolver-se o caminhante ao Amparo da Casa Grande; envolve as freguesias de Romarigães, Agualonga, Infesta, Rubiães e Cunha; com pormenor, cf. [www.favaes.com/pt/trilhos/10-Aquilino](http://www.favaes.com/pt/trilhos/10-Aquilino).

Percurso Pedestres. Envolve as freguesias de Romarigães, Agualonga, Infesta, Rubiães e Cunha. A Casa Grande de Romarigães tornou-se uma iconografia de actividades, entregas telúricas e ecológicas; e de enaltecimento da natureza, ambientes, fauna, flora, gentes e comunidades – um conjunto que dá sentido a este cenário.

## Romarigães

A província do Minho foi um foco de emigração nacional, direccionado tanto para o exterior do país como para os centros urbanos industrializados. A redução da mão de obra, devida aos intensos fluxos migratórios que se iniciam no século XVIII e que se intensificam durante o século XIX, não favoreceu o desenvolvimento económico do sector agrícola. Este fenómeno tem persistido até aos nossos dias. Por outro lado, o poder económico dos emigrantes que foram para França, Alemanha e Canadá, está a transformar as nossas aldeias. Outrora, aconteceu com as riquezas provindas do Brasil, sem as quais a paisagem arquitectónica minhota seria, hoje, diferente.

A aldeia é, para o intelectual urbano e cosmopolita de Aquilino Ribeiro, «um conglomerado lóbrego, rotineiro e depauperado fisicamente»<sup>43</sup> que era necessário desenvolver e civilizar. Esta necessidade é caracterizada em múltiplas passagens da obra do escritor, através das vontades modernas de construção, como, por exemplo, das estradas que puseram fim, no século XIX, ao isolamento destes aglomerados interiores.

A aldeia de Romarigães nasce do abandono da antiga aldeia de Labruja. Zona de povoamento disperso, cresceu paralelamente às redes de comunicação. O traçado é irregular e molda-se ao território existente, tendo como lugar de origem a periferia de um pequeno nicho em honra à Nossa Senhora do Amparo.

Hoje denotamos que a aldeia de Romarigães cresceu ao longo das linhas de comunicação. A estrada nacional 201 encontra-se rodeada por casas de população emigrante, onde já pouco encontramos as linhas regionais da arquitectura simples e funcional de antanho. Podemos encontrar três tipos de povoamento: concentrado, de montanha e disseminado. E este último é o que encontramos na

---

<sup>43</sup>RIBEIRO, Aquilino – *Aldeia*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1946, p. 94.

aldeia de Romarigães. Inserida num vale, o solo é intensamente retalhado e o tecido rural é salpicado por propriedades de todo o tamanho a que os serpenteados caminhos dão a necessária coesão. A fixação territorial do lavrador e da sua família é realizada junto das terras que trabalha e as moradias são construções simples. O granito, o reboco e a cal são os materiais predominantes na região com ascendências na mais vetusta e empírica arquitectura italiana.

## Barroco

O barroco é o estilo predominante no norte de Portugal desde os finais do século XVI até meados de setecentos. É conhecido como o estilo católico e tem origens portuguesas – os ourives portugueses chamavam barrocas aos agregados de pedras informes e arredondadas. Este estilo opõe-se ao equilíbrio clássico que define o Renascimento. Um tipo de arte irregular e extravagante que preenche cada recanto do Alto Minho como se fosse um verdadeiro monumento barroco, ao contrário das terras da Beira Alta, recebiam a fortuna agrícola de terras férteis, ou como resultado de incursões lucrativas por terras africanas, brasileiras ou, mais recentemente, europeias.

Esta arte encontra as suas motivações no combate da Reforma e Contra-Reforma, na expressiva corrente emigratória para o Brasil, na revolução do milho e do vinho verde que transformou a paisagem e a sociedade minhota, na forte expressão demográfica e rivalidades inter-comunitárias das ribeiras do Minho e do Lima. No Alto Minho, o barroco floresceu num contexto cultural e histórico muito próprio. Destacamos, evidentemente, a influência da Galiza e a existência de uma escola de pedraria com características autónomas, cujo trabalho se estendeu a todo o norte do país e à vizinha Espanha. A arte de pedreiro é uma tradição no Alto Minho exigindo este trabalho artístico no granito uma especial vocação. Temos como exemplo Pêro Galego que deixou o seu nome ligado a tantas obras, de estilo manuelino, de Portugal à Galiza.

A fachada da capela em honra a Nossa Senhora do Amparo apresenta algumas características barrocas. O frontispício constitui um outão rectangular, encimado por um tímpano, sempre emoldurado por basamento, cunhais e cornija. No espaço central encontramos três elementos típicos do barroco: o pórtico coroadado, o janelão do coro e o nicho do padroeiro. Todas estas características são comuns nas igrejas desta época no Alto Minho.



## PLANTA TERRITORIAL

fig. 11 Planta Territorial da Aldeia de Romarigães, Paredes de Coura.  
Imagem de Maria Lima, escala 1:1250.



figura 11

## **Evolução Morfológica do Morgadio e Conjunto Arquitectónico**

*A casa é um documento autêntico da vida do homem – documento de pedra e cal, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social. A casa é o cenário, o fio condutor por onde tudo acontece e, em A Casa Grande de Romarigães, retrata a evolução de uma grande casa minhota e, sobretudo, das suas vivências.*

Jorge Pereira de Sampaio – *A Sombra das Casas*, 1ª edição, Edição Cooperativa Árvore, Porto, 2007.

A Quinta do Amparo terá marcado o início da afirmação de uma das famílias mais influentes na região que, ao longo de quase três séculos habitou o solar também conhecido por Casa Grande de Romarigães. A capela de Nossa Senhora do Amparo encontra-se, desde a sua origem, associada ao morgado instituído pelo licenciado Gonçalo da Cunha<sup>44</sup> e diz-se ter sido construída como pagamento de uma promessa feita à Virgem pelo apoio concedido na concretização da compra das terras, outrora pertencentes ao poderoso Visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>45</sup>.

A compra das terras realizou-se e, num curto espaço de tempo, foram erguidas as instalações, o prédio de torre e a capela à Senhora do Amparo. A Casa Grande tornar-se-ia protagonista central da povoação.

---

<sup>44</sup>«A capela de Nossa Senhora do Amparo encontra-se, desde a sua origem, associada ao morgado instituído pelo licenciado Gonçalo da Cunha e diz-se ter sido construída como pagamento de uma promessa feita à Virgem pelo apoio concedido na concretização da compra das terras, outrora pertencentes ao poderoso Visconde de Vila Nova de Cerveira.» – Santiago de Romarigães, *Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Carlota Maria Fernandes dos Santos, p.71.

<sup>45</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;lang=pt;p=francisca;n=dantas>.

Domingos da Cunha<sup>46</sup>, filho ilegítimo do instituidor, seria o futuro sucessor da Quinta do Amparo, na qual viveu desde a infância. Casa na freguesia vizinha de São Paio de Aqualonga com uma prima, D. Francisca Dantas, filha do capitão Manuel Dantas e representante de uma das casas mais notáveis do Alto Minho. Deste matrimónio nasceram cinco filhos: Luís, Agostinho, Constantino e Maria. Luís da Cunha Dantas<sup>47</sup> seria o próximo proprietário da Casa Grande, tendo casado com uma prima em terceiro grau, D. Joana de Azevedo, filha de Simão de Villas Boas e de D. Ana de Barros Rego. Os dois irmãos, Constantino e Agostinho, permaneceriam no solar pelo menos até à morte de seu pai, por volta de 1665, altura em que teriam herdado respectivamente, as quintas da Boavista e da Barroca<sup>48</sup>.

Do casamento de Luís da Cunha Dantas nascem três filhos: Plácido (em 9 de Outubro de 1681), Fernando Luís (em 18 de Junho de 1683) e Joana (em 8 de Janeiro de 1685). Tendo falecido em 10 de Setembro de 1707, viúvo e sem testamento, caberá a Plácido administrar o vínculo até ao momento da sua morte, por afogamento, em 31 de Maio de 1724. Sucede-lhe seu irmão Fernando Luís Dantas de Mendonça e Azevedo<sup>49</sup> que adoptará exclusivamente os apelidos da avó paterna e de sua mãe em todos os actos de carácter público.

---

<sup>46</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;lang=pt;p=francisca;n=dantas>.

<sup>47</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;lang=pt;p=luis+cunha;n=dantas>.

<sup>48</sup>O Tombo de 1783 (consulta no site <http://digitarq.adptg.dgarq.gov.pt/>), referindo as várias capelas da paróquia, assinala a que fora instituída por Constantino da Cunha, na Quinta da Boavista, posteriormente abolida por decreto régio a pedido de seu neto e sucessor Brás de Góis Rego. No mesmo documento é citada a capela da Quinta da Barroca, instituída por Agostinho da Cunha Dantas em 1 de Dezembro de 1707 (dois meses antes da sua morte) e então administrada por um descendente, Paulo José, de Vila Nova de Cerveira.

<sup>49</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;lang=pt;p=fernando+luis+dantas+mendonca;n=azevedo>.

Contraí matrimónio com D. Joana Angélica Marinho Amaral, natural do concelho de Ponte de Lima, ampliando significativamente o património inicial com a inclusão das propriedades de Calheiros com que a sua mulher fora dotada. Mantendo a residência no solar de Romarigães, o casal passa largas temporadas na Quinta do Outeiro, em Calheiros, onde nascem os seus três filhos: Luís António, Fernando Luís e Mariana Luísa. D. Joana Luísa da Cunha<sup>50</sup> casa-se com Francisco de Azevedo Villas Boas, em 8 e Setembro de 1735. É na Casa Grande de Romarigães que permanece até ao momento da sua morte, em 16 de Fevereiro de 1763.

Luís António Dantas<sup>51</sup> assume a titularidade do vínculo da Quinta do Amparo durante a década seguinte e, tendo falecido solteiro em 26 de Junho de 1769, é substituído pelo irmão Fernando Luís<sup>52</sup>, o qual acumula por morte da mãe (em 2 de Abril de 1766) várias e extensas propriedades situadas em Romarigães e em Calheiros. No ano de 1795, lidera a comissão destinada a promover a reconstrução da Igreja paroquial, falecendo pouco tempo após esta ter sido concluída, em 20 de Agosto de 1803. D. Mariana Luísa Dantas<sup>53</sup>, sua irmã, tinha casado no ano 1766 com José Luís Meneses Pereira Caldas, natural do vizinho concelho de Valença. Nasce Luís António Meneses da Cunha Azevedo<sup>54</sup>, em 9 de Outubro de 1772, o qual sucederá a seu tio por inexistência de outros candidatos à

---

<sup>50</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;lang=pt;p=joana+luisa;n=cunha>.

<sup>51</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;lang=pt;p=luis+antonio;n=dantas>.

<sup>52</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;lang=pt;p=fernando+luis+dantas;n=mendonca>.

<sup>53</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;lang=pt;p=mariana+luisa+dantas+mendonca;n=azevedo>.

<sup>54</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães. <http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;;lang=pt;;p=luis+antonio+meneses+cunha;;n=azevedo>.

administração do morgado. A partir deste momento, o antigo esplendor da Quinta do Amparo teria entrado em declínio crescente a que não era alheio comissão destinada a promover a reconstrução da Igreja paroquial, falecendo pouco tempo após esta ter sido concluída, em 20 de Agosto de 1803. Casa com Maria do Carmo, filha de Montenegro Sotto Mayor e de Maria Correia de Medina, naturais de Pontevedra e representantes da nobreza galega.

Em 1891 o Conselheiro Miguel Dantas Gonçalves Pereira<sup>55</sup>, retornado do Brasil para onde emigrara na adolescência, arremata em execução pública por dívidas o solar da Quinta do Amparo. Após um longo percurso marcado pelo sucesso e regressando a Paredes de Coura, sua terra de origem, não se limita a construir o tradicional palacete colonial, síntese de duas arquitecturas e duas pátrias.

Miguel Dantas casou com Bernardina Maria da Silva<sup>56</sup>, com quem teve uma filha, Elzira Dantas Machado. Mais tarde, casa-se com Bernardino Machado com quem teve dezoito filhos, Jerónima Dantas Machado, mais conhecida por Gigi, deu continuidade à administração da Quinta do Amparo juntamente com o seu marido Aquilino Ribeiro, que de imediato apaixonou-se pelos encantos daquela terra. Deste casamento, nasce o segundo filho do escritor Aquilino Ribeiro Machado. Maria Alexandra Rodrigues de Oliveira Ribeiro Machado, mulher de Aquilino Machado e os seus quatro filhos, Mariana de Oliveira Ribeiro Machado, Mónica de Oliveira Ribeiro Machado Pedroso de Lima, Aquilino de Oliveira Ribeiro Machado e Sofia de Oliveira Ribeiro Machado, são a última geração do morgadio da Quinta do Amparo responsável pela preservação deste património nacional.

---

<sup>55</sup>Como consta no site do NEPS, na sua base de dados sobre Romarigães.  
[http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;;lang=pt;;m=P;;v=mi  
guel+luis+dantas](http://www.ghp.ics.uminho.pt/geneweb/gwd.exe?b=Romar;;lang=pt;;m=P;;v=mi<br/>guel+luis+dantas).

<sup>56</sup>Câmara Municipal de Paredes de Coura – *Aquilino Ribeiro em Terras de Coura*, Comemorações do Cinquentenário da Morte de Aquilino Ribeiro, 1ª edição, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura, Julho, 2013, pp. 68-69.

Deduzindo, a evolução do conjunto arquitectónico está intimamente relacionada com os seus proprietários, a análise arquitectónica que se segue baseia-se em marcos temporais que coincidem precisamente com o período de propriedade de cada um dos proprietários. Há uma relação entre a história, o tempo e a arquitectura deste lugar, onde é possível detectar as marcas setecentistas que a dureza do granito preservou ao longo do tempo.



A seguinte análise parte de uma selecção das passagens da obra *A Casa Grande de Romarigães* sobre a estrutura arquitectónica do lugar. Nela se procura compreender a evolução arquitectónica da casa reunindo o maior número de dados históricos para conferir a correspondência com a realidade na obra de Aquilino. No caso de algumas passagens, não foram encontrados documentos históricos que possam confirmar a sua veracidade; no caso de outras, os documentos históricos encontrados são insuficientes para confirmar a sua veracidade; no entanto, muitos documentos históricos encontrados confirmam a veracidade de muitas das suas afirmações.

**XVII**

Gonçalo da Cunha – 1618

Domingos da Cunha – 1638

Luís da Cunha Dantas – 1666

**XVIII**

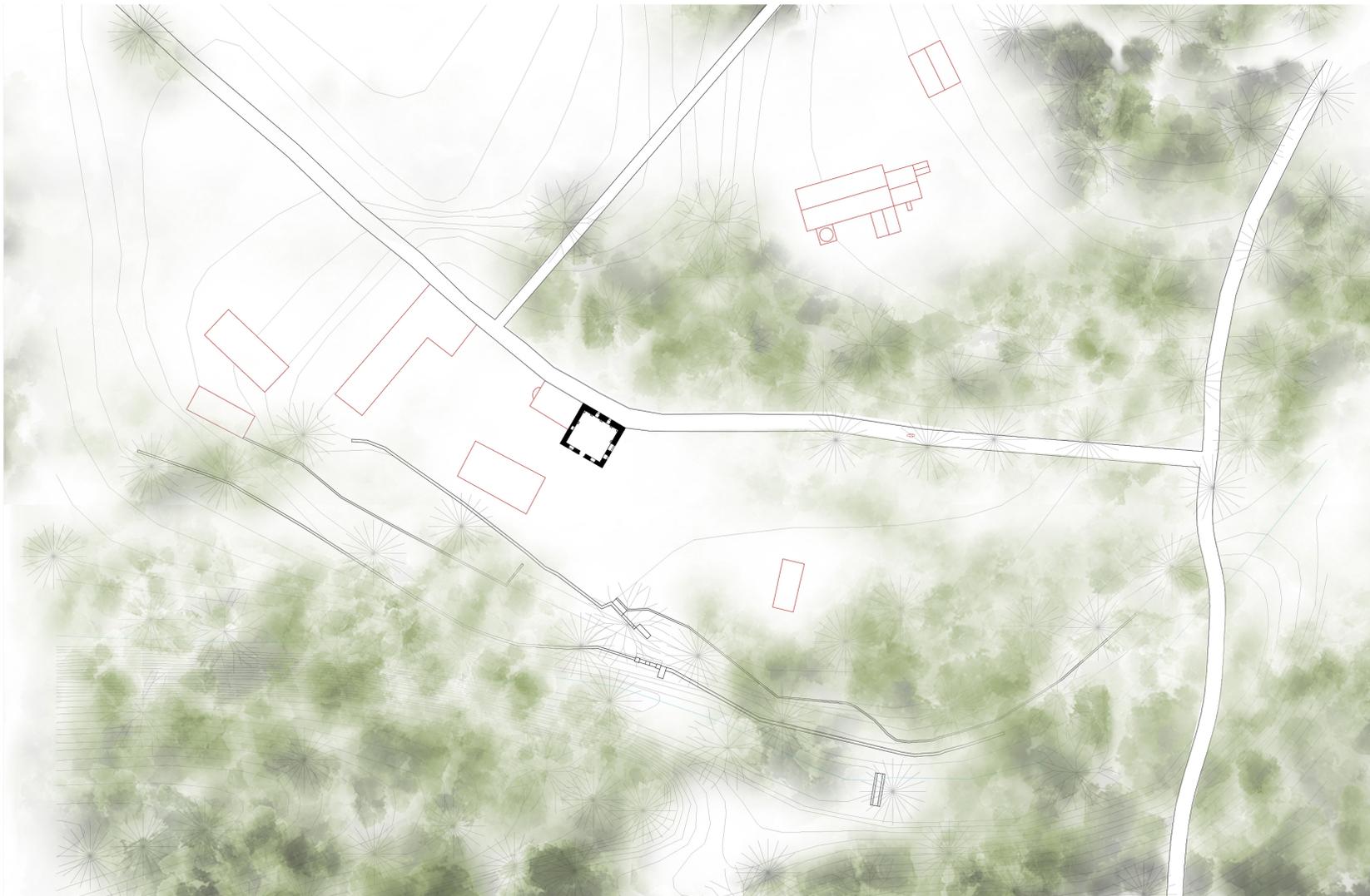
Fernando Luís Dantas de Mendonça e Azevedo – 1724

**XIX**

António Telmo da Cunha D'Antas Meneses e Montenegro – 1834

**XX**

Jerónima Dantas Machado – 1950



CONSTRUÇÃO **IMPLANTAÇÃO ACTUAL**  
figura 12 Planta de Implantação da Casa Grande de Romarições.  
Primeiro corpo a ser construído.

0 20 40 80 m

XVII<sup>57</sup>

Gonçalo da Cunha<sup>58</sup>

Domingos da Cunha<sup>59</sup>

Luís da Cunha D'Antas<sup>60</sup>

A Quinta do Amparo foi adquirida ao Visconde de Vila Nova de Cerveira pelo Licenciado Rev. Gonçalo da Cunha<sup>61</sup>. Foi sendo

---

<sup>57</sup>«A instituição do vínculo da Quinta do Amparo, em 27 de Janeiro de 1618, surge na sequência da aquisição de um vasto património fundiário e marca o início de uma das famílias mais influentes na região que, ao longo de quase três séculos, habitou o solar conhecido por Casa Grande.» – Santiago de Romarigães, *Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Carlota Maria Fernandes dos Santos, p.71.

Um vínculo é um conjunto de bens legados ao filho mais velho ou, na falta deste, a outras pessoas segundo uma ordem de sucessão estritamente estabelecida.

<sup>58</sup>«– *Sim senhor, para sempre, esta terra agora é do Licenciado Rev. Gonçalo da Cunha!*» – *A Casa Grande de Romarigães*, Aquilino Ribeiro, p. 25.

«A capela de Nossa Senhora do Amparo encontra-se, desde a sua origem, associada ao morgado instituído pelo licenciado Gonçalo da Cunha e diz-se ter sido construída como pagamento de uma promessa feita à Virgem pelo apoio concedido na concretização da compra das terras, outrora pertencentes ao poderoso Visconde de Vila Nova de Cerveira.» – Santiago de Romarigães, *Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Carlota Maria Fernandes dos Santos, p.71.

<sup>59</sup>«Chamava-se Domingos, e bem lhe acertava o nome por ser filho único e rico de domingo, se bem que o herdasse de um seu avô. Que tinha mais irmãos, uns quatro ou cinco, todos eles garotos vivos, criados à rédea solta, dos quais se não sabia quem era o vero progenitor, pois que o Rebocho e Gonçalo da Cunha, afinal de contas, mergulhavam ambos na mesma gamela, não lhe importava!» – *A Casa Grande de Romarigães*, Aquilino Ribeiro, p. 41. «Domingos da Cunha, filho ilegítimo do instituidor, seria o futuro sucessor da Quinta do Amparo, na qual viveu desde a infância.» – *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Carlota Maria Fernandes dos Santos, p. 72.

<sup>60</sup>Primeiro Vínculo. Instituidores: Gonçalo da Cunha d'Antas e Azevedo, Domingos da Cunha d'Antas e Luiz da Cunha d'Antas.» – Alvará de 1668 registado no arquivo da Provedoria e Tombo denominado da Repartição do Minho – Livro n. 1, p. 240, escritura de 3 de Maio de 1862 – *A capela de Nossa Senhora do Amparo e o Morgadio de Romarigães*, Paulo de Passos Figueiras, p. 29.

<sup>61</sup>«A instituição do vínculo da Quinta do Amparo, em 27 de Janeiro de 1618, surge na sequência da aquisição de um vasto património fundiário e marca o início de uma das famílias mais influentes na região que, ao longo de quase três séculos, habitou o solar conhecido por Casa Grande. A capela de Nossa Senhora do Amparo encontra-se, desde a sua origem, associada ao morgado instituído pelo licenciado Gonçalo da Cunha e diz-se ter sido construída como pagamento de uma promessa feita à Virgem pelo apoio concedido na concretização da compra das terras, outrora pertencentes ao poderoso Visconde de Vila Nova de Cerveira.» com base cf. Tombo dos bens e propriedades foreiras da Igreja, op. cit., fl. 40. Sobre a futura administração do morgado e cláusulas de

sucessivamente transmitida a quatro gerações de Cunhas de Antas e, em 1809, foi saqueada pelas tropas napoleónicas<sup>62</sup>, sendo que a capela foi parcialmente destruída.

O objecto de estudo, a Casa Grande de Romarigães, afirmou-se, ao longo do tempo, como um lugar de intensa devoção cristã em torno da sua capela votada a Nossa Senhora do Amparo. Na obra de Aquilino Ribeiro surge uma pequena descrição do nicho em honra a Nossa Senhora do Amparo.

*Ao alto, sobre o caminho levantava-se com humilde e ternura o nicho de N.ª S.ª do Amparo. Uma vez lá, sentou-se numa pedra à espera dos seus. Dentro da edícula, a Virgem, com o menino aconchegado no regaço, fitava-o como a toda a gente que se lhe dirigia triste ou necessitada. Embora fosse a mãe solícita dos aflitos e oprimidos, pronta a levar-lhes socorro, havia uma grade de ferro entre ela e os mal-intencionados. Mas na sua rudeza aldeã, capinha azul, chambre escarlate, divisava as pessoas com um olhar claro que, penetrando as almas, parecia inspirar-lhes obras certas e fortaleza.*<sup>63</sup>

As palavras de Aquilino remontam para a existência de um pequeno nicho em Romarigães. Contudo, nenhum dado histórico comprova a sua localização. Ao longo de *A Casa Grande de Romarigães*, Aquilino Ribeiro faz referência ao *humiladero*<sup>64</sup>, vocábulo

---

transmissão da herança, contidas no traslado de testamento do licenciado Gonçalo da Cunha, cf. Registo geral de testamentos da Comarca de Viana – Juízo da Provedoria da Comarca de Viana, Repartição do Minho, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, n. 1.5.3.3, pp. 273-277. – SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos Santos – *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, 1ª edição, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Humbertipo, Porto, Maio, 1999, p. 71.

<sup>62</sup>«Numa região rica em valores arqueológicos, Paredes de Coura teve muita importância durante as Guerras da Restauração entre Portugal e Espanha (séc. XVII).» com base no site do Turismo de Portugal, <http://www.turismodeportugal.pt>, acerca do concelho de Paredes de Coura onde se insere a aldeia de Romarigães.

<sup>63</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 21.

<sup>64</sup>*Humiladero* significa lugar devoto que era hábito erguer à saída ou entrada das povoações, representado por uma cruz ou uma imagem. Constitui um apelo à piedade e às orações dos passantes, convidando-os à prática da humilhação no sentido penitencial da palavra: a passagem por este mundo é de natureza efémera. Na Galiza e no norte de

que usa para designar a modestíssima capelinha original (pequeno nicho) que existiu na Quinta de Nossa Senhora do Amparo e que foi demolida para dar lugar à que hoje encontramos dentro dos limites da propriedade.

*E, pois, que assim era, enquanto não chegavam os hábeis alvenéis que ele próprio mandou vir de Marin e Cambados, trolhas do sítio demoliram a velha capela, que pouco mais era que um tosco humiladero. Lançada a primeira pedra com a bênção do arcepreste da Labruja, acolitado de todos os padres da terra de Coura, a obra não teve um só dia de quebranto, obedecendo rigorosamente à traça maravilhosa. Nossa Senhora do Amparo ocuparia, entre S. Pedro e S. Paulo, cada um em seu absidiolo, o lugar de honra, próprio da sua excelssitude.<sup>65</sup>*

O Caminho Lima<sup>66</sup>, integrado no Caminho de Santiago de Compostela, tem troço entre Ponte Lima e Valença. Antes da construção da autoestrada n. 3 este caminho passava junto à aldeia de Romarigães. A prática associada a este percurso faz com que este território seja pontuado por inúmeras capelas em devoção de diversos santos (anexo IV). No seguimento desta lógica, a existência de um nicho em Romarigães é bastante possível, visto que a aldeia está integrada nesta rede de caminhos com destino a Santiago de Compostela.

Apesar de não se ter conseguido precisar a sua localização exacta, através das fontes consultadas, acredita-se que a localização

---

Portugal encontramos-los nos caminhos velhos, pois a presença de cruzeiros quer evidenciar a importância daqueles lugares, de cariz religioso, e marcar o início ou o fim das povoações.

<sup>65</sup>RIBEIRO, Aquilino – A Casa Grande de Romarigães, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 89.

<sup>66</sup>GIL, Carlos e RODRIGUES, João – Por Caminhos de Santiago, Itinerários Portugueses para Compostela, 3ª edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa, Janeiro, 2000, pp. 188-198.

mais provável<sup>67</sup> seria a da actual implantação da capela. Gonçalo da Cunha, o primeiro proprietário da Quinta do Amparo, realizou então a promessa da construção da capela em honra a Nossa Senhora do Amparo.

*A casa de torre, como incumbia a um homem de pro, ostentava já telhados de várias águas e, nos salões e quartos, os mestres de Azurara e de Barcelos deitavam tectos de apinelados e de masseira em castanho e bom carvalho. Já todas as janelas, em que perpassava um arzinho remoto de Renascimento, tinham portadas. À margem do caminho que ligava Sampaio com Romarigães deixara lugar para a capela que prometera a Nossa Senhora do Amparo. Ela que perdoasse não lhe montar primeiro que a ninguém casa que se visse. Boa ou má, por enquanto estava governada e ele não.*<sup>68</sup>

Aquilino descreve com detalhe o início da construção da Quinta do Amparo<sup>69</sup>, que se concretizou com Domingos da Cunha, o segundo proprietário. Após a finalização de uma parte da casa – corpo que mais tarde foi cedido para escola –, começou a construção da capela em honra a Nossa Senhora do Amparo – como consta no alvará de 1668 do Príncipe D. Pedro, mais tarde Rei D. Pedro II<sup>70</sup>, apesar da promessa ter sido realizada por Gonçalo da Cunha.

---

<sup>67</sup>«[...] teve a sua origem num templo mais pequeno sujeito a uma remodelação no século XVI que implicou a sua ampliação e alargamento do espaço entre a nave e a capela-mor precedia de arco triunfal em asa de cesto» – ACER, 2008.

<sup>68</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p.27.

<sup>69</sup>«A compra das terras realizou-se e, num curto espaço de tempo, foram erguidas as instalações, o prédio de torre e a capela à Senhora do Amparo. A Casa Grande tornou-se o centro da povoação para o qual, porque havia trabalho e forma de o pagar, confluíam jornaleiros, caseiros, rendeiros e artesãos.» – *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Carlota Maria Fernandes dos Santos, p. 72.

<sup>70</sup>«Compõem-se actualmente os vínculos instituídos, por virtude das subí rogações autorizadas no alvará de 1668 – registado no arquivo da Provedoria; e tomo denominado da Repartição do Minho – Livro n.º q a fls. 240, e da escriptura de 3 de Maio de 1862, que acompanha esta descrição, dos bens seguintes:

A Casa e Quinta denominada do Amparo, com as Armas dos Cunhas, Antas, Mendonças e Azevedos, composta de salas, cortes, uma grande galeria envidraçada, com capella, junta a mesa casa de pedraria lavrada na frente em gosto antigo, com terreiros e portais

– *Pois eu te digo, a minha aflição foi tão grande que prometi a Nossa Senhora do Amparo, que é minha madrinha e foi quem nos valeu, podes estar certa, uma residência real. A capelinha actual, de pobre, até me confrange. Assim mesmo, representa um voto de meu avô Gonçalo da Cunha, que fez esta fazenda pedra por pedra. A terra lhe seja leve, foi um grande homem, não obstante ser clérigo de ordens e gostar de mulheres como um turco. Uma vez que passou por aqui à caça, namorou-se do lugar. Viu Nossa Senhora do Amparo num nicho à beira do caminho e chamou-se a ela: se viesse a adquirir estes terrenos havia de lhe construir casa própria em que fosse venerada. Como os adquiriu, e em boas condições, ao que parece, levantou a capelinha, que [...]*<sup>71</sup>

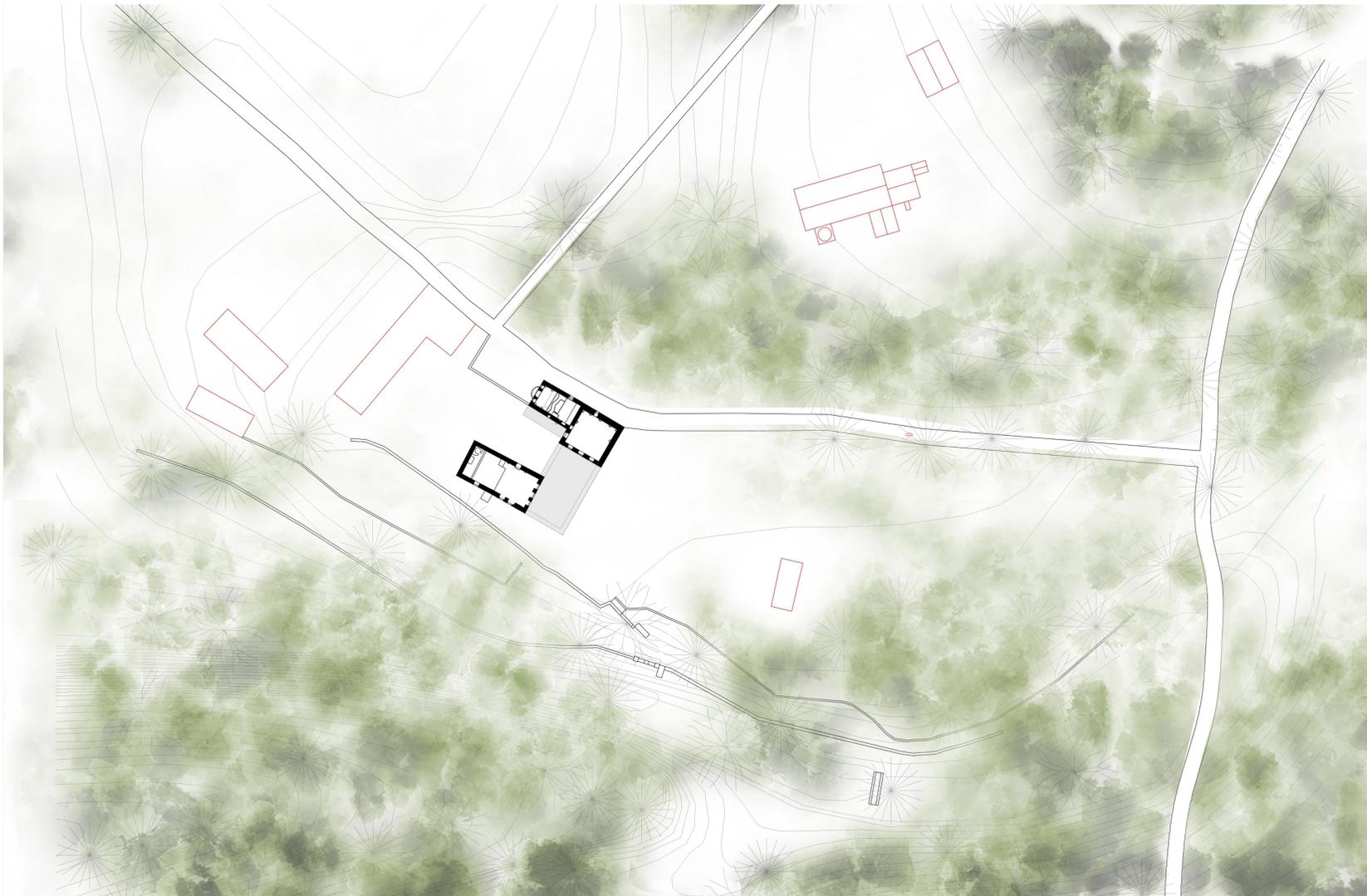
O terceiro proprietário, Luís da Cunha D'Antas, filho de Domingos, reedificou a capela.

---

elevados, com seus campos e prados e mattas de carvalhos e castanheiros da serra e moinho, e alem disso, colhendo mais o campo grande chamado do pomar; (...).» – *A capela de Nossa Senhora do Amparo e o Morgadio de Romarigães*, Paulo de Passos Figueiras, p. 29.

<sup>71</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 71.





CONSTRUÇÃO **IMPLANTAÇÃO ACTUAL**  
figura 13 Planta de Implantação da Casa Grande de Romarigães.  
Antiga distribuição do corpo em U.

0 20 40 80 m



fig. 14 Fonte da Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 1962.  
Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

## XVIII<sup>72</sup>

Fernando Luís Dantas de Mendonça e Azevedo<sup>73</sup>

Contudo, foi Fernando Luís Dantas de Mendonça e Azevedo<sup>74</sup>, quinto proprietário da Quinta do Amparo, que deu a estrutura actual à casa, de acordo com as Memórias Paroquiais.

*[...] que projectam na vida interior dos homens, depois de muitos riscos e rabiscos, saiu-se com aquela planta. Que tivesse acertado ou não com o quid psíquico do lugar, a verdade é que suscitou o aplauso imediato dos senhores da Casa Grande. Mas ao artista nada foi mais grato que o ah! entusiástico que se soltou dos lábios rúbidos de Joaninha. E, pois, que assim era, enquanto não chegavam os hábeis alvenéis que ele próprio mandou vir de Marin e Cambados, trolhas do sítio demoliram a velha capela, que pouco mais era que um tosco humiladero. Lançada a primeira pedra com a bênção do arcepreste da Labruja, acolitado*

---

<sup>72</sup>«Do casamento de Luís da Cunha Dantas nascem três filhos: Plácido (em 9 de Outubro de 1681), Fernando Luís (em 18 de Junho de 1683) e Joana (em 8 de Janeiro de 1685). Tendo falecido em 10 de Setembro de 1707, viúvo e sem testamento, caberá a Plácido administrar o vínculo até ao momento da sua morte, por afogamento, em 31 de Maio de 1724. Sendo solteiro e na ausência de descendência legítima, sucede-lhe seu irmão Fernando Luís Dantas de Mendonça e Azevedo que, doravante, adoptará exclusivamente os apelidos da avó paterna e de sua mãe em todos os actos de carácter público.» – *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Carlota Maria Fernandes dos Santos, p. 73.

<sup>73</sup>O quinto proprietário da Quinta do Amparo é Fernando Luís Dantas de Mendonça e Azevedo. «Na Páscoa seguinte, aleluia, duas vezes aleluia, a sineta do Amparo tocou para o casamento de Fernando com a noiva do defunto. Não havia que estranhar: era o modo de não ficarem goras as grandes despesas feitas e, ainda, de não sofrer cruel decepção aquela menina modesta e recolhida, [...]» – *A Casa Grande de Romarigães*, Aquilino Ribeiro, p. 131. «Romarigães (Freguesias); Abade de S. Paio de Água Longa (Igreja Matriz/Padroeiro); Senhora do Amparo (Invocação); Fernando Luís Dantas Mendonça de Azevedo (Padroeiros das capelas).» – Tabela ilustrativa referente ao concelho de Paredes de Coura em *Memórias Paroquiais*, Tombo dos bens e propriedades foreiras da Igreja, p. 370.

<sup>74</sup>«[...] edeficada em terra plana dentro da quinta do Amparo de Fernando Luís Dantas Mendonça e Azevedo com a sua serventia para o poente pela porta principal com o seu coror por cima, e outra porta travessa para o sul.» – *Memórias Paroquiais*, Tombo dos bens e propriedades foreiras da Igreja, p. 28.

*de todos os padres da terra de Coura, a obra não teve um só dia de quebranto, obedecendo rigorosamente à traça maravilhosa. Nossa Senhora do Amparo ocuparia, entre S. Pedro e S. Paulo, cada um em seu absidiolo, o lugar de honra, próprio da sua excelsitude. E seria o seu uma espécie de retábulo delicioso com suas colunas historiadas e entablamento, que suspendiam ao alto duas figurinhas celestiais, a que só faltavam asas para serafins. Mas infantes rechonchudinhos que fossem, na aparência pelo menos, firmes sobre seus engraçados supedâneos, estatuariamente não havia nada mais mimoso. Acima desses absidiolos e retábulos, a fachada recrescia ainda em especiosidade, [...]*

*[...] alto plateresco com dois escudetes que haviam de servir como lousas epigráficas, e por baixo da cornija, ao centro, uma rosácea de bela moldura, a cujo oval se perfilavam como passavantes dois meninos de torso requebrado e franzino. E encimado pela sineira rectangular, de cruz ao alto, e por quatro pirâmides em cada ângulo, de esbeltíssimo desenho, o todo exuberava uma fecúndia tropical, a que não andava estranha, dir-se-ia, a inspiração luxuriosa, tipo indiático, dos templos consagrados a deusas que tinham infinitos braços para abraçar voluptuosamente o mundo e infinitas tetas para lhe darem a mamar o leite da paz e conformidade. Tudo dum barroquismo cheio de alor e pulcritude. Em toda a fachada, salvo o pano ínfero com a porta singela, mesmo assim de ombreiras rematadas por florões em guisa de capitéis, e duas janelas de grades, a puxar para o Renascimento na sua estrutura linear, não havia uma pedra que não fosse obra antes de ourives que de escultor. A sua poliformia era mais rica que a fachada dum livro setecentista. E com os quatro pináculos, saintes em seu fundo bulboso numa pilastra quadrada, e a sineira no género de quiosque, lembrava de facto um pagode, de agulhas e coruchéus em simetria com as corutas dos pinheiros e dos olmos, erguidos na mata, mais longe, à luz efusiva dos céus.<sup>75</sup>*

---

<sup>75</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria

A capela<sup>76</sup> tem uma grande importância nas comunidades nortenhas – é decisiva para a organização dos espaços urbanizados e comunitários.

No norte do país as aldeias são dispersas e, em tempos, de fraca acessibilidade. É frequente encontrar capelas complementares e alternativas à igreja matriz. Em Romarigães, lugar de paragem de um dos caminhos de Santiago de Compostela, estas estruturas também tinham como função o apoio aos peregrinos e aos caminhantes.

A capela é um equipamento muitas das vezes associado à composição espacial das casas e famílias mais ricas da região. Um elemento fundamental nas suas vivências e práticas religiosas e, também de ostentação e afirmação social. Apesar de estarem circunscritas a áreas privadas eram, normalmente, abertas à comunidade. Este serviço foi até uma condição de concessão de provisão para a instalação destas estruturas.

Nas Memórias Paroquiais surgem referenciadas a existência de duas capelas particulares: Nossa Senhora do Amparo e Santo André, propriedade dos administradores da Quinta do Amparo e da Quinta do Redondo, respectivamente. A instituição do vínculo da Quinta do Amparo, em 27 de Janeiro de 1618<sup>77</sup>, surge na sequência da aquisição de um vasto património fundiário e marca o início de uma das famílias mais influentes na região que, ao longo de quase três séculos, habitou o solar conhecido por Casa Grande de Romarigães.

---

Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, pp. 89-90.

<sup>76</sup>A fundação de capelas foi uma prática crescente ao longo dos tempos, provocando um enorme investimento de bens e rendimentos dos proprietários. Normalmente, tem origem em terrenos privados pertencentes a morgados da região com um destino puramente eclesiástico e civil. Espaços que acrescentam culto e devoção ao lugar onde se inserem e, como tal, são naturalmente uma forma de desenvolvimento social e demográfico.

<sup>77</sup>Cf. Tombo dos bens e propriedades foreiras da Igreja, p. 40. Sobre a futura administração do morgado e cláusulas de transmissão da herança, contidas no testamento de licenciado Gonçalo da Cunha, cf. Registo geral de testamentos da Comarca de Viana – Juízo da Provedoria da Comarca de Viana, Repartição do Minho, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, n. 1.5.3.3, pp. 273-277.

Na obra de Aquilino, nas últimas páginas do capítulo V, ficamos a saber que o mestre, que concebeu a magnífica capela barroca, que actualmente encontramos dentro dos limites da Casa Grande de Romarigães, se chamava Cebreiro e provinha de Valadares, terreola situada na província galega de Pontevedra, a bem dizer já dentro do perímetro urbano da cidade de Vigo e a pequena distância do Minho.

*A primeira coisa que fez foi mandar saber se lá por Pontevedra, terra das lindas igrejas, não haveria um mestre arquitecto e alvenéis disponíveis. Arquitecto encontraram-lhe um em Valadares, com uma grande cabeleira nazarena, alma de poeta, bastante aéreo e grande despreendimento do vil metal. Demais de tão raras virtudes, era homem para tanto dar o risco como esculpir a pedra. Chamava-se Cebreiro e quem uma vez lidasse com ele ficaria preso da sua humanidade, uma humanidade que não era como a de toda a gente. Mas foi preciso atraí-lo à traição, aliando imperiosidade à blandícia, pessoa em si, não desleixada nem tão-pouco desdenhosa, mas indiferente ao comum, tanto se lhe dando que as águas dos rios corressem por cima como por debaixo das pontes. Lá conseguiram apanhá-lo. E ele pôs-se a ouvir uns e outros, Luís Antas, Joaninha, D. Francisca, os escravos, os camponeses, particularmente as causas do voto, anseios e vozes secretas da consciência que dirigem estes impérios da vontade. Ao cabo de muita vagabundagem pela quinta e pela mata, depois de encher os olhos com o panorama, de escutar a cantilena das águas, as tais «frias e delgadas» águas, que têm ali como em nenhuma parte um timbre especial, de cismar com os montes e a sombra [...]»<sup>78</sup>*

O registo fotográfico que recolhemos, ao longo do trabalho, alude para muitos pormenores perdidos com o tempo. A propriedade da Casa Grande de Romarigães é intersectada por um dos afluentes

---

<sup>78</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 88.

do rio Lima. A esta cota mais baixa encontramos uma pequena fonte, que em tempos tinha o aspecto da figura 14, contudo o tempo apagou alguns dos seus traços. Aquilino Ribeiro descreve-a na sua obra e uma parte dela encontra-se, nos dias de hoje, junto à capela em honra a Nossa Senhora do Amparo, dentro dos limites da quinta.

*Em menos cinco anos estava acabada a Casa Grande, prédio de torre, com largos salões e muitos cómodos, no flanco a capela de N.ª S.ª do Amparo, e uma cozinha de lajedo e chaminé de barretina, compreendendo lareira, armários, dois fornos em que se podia assar, ao estilo das comunidades conventuais, um boi no espeto. A fonte, perto do corgo, gorgolejava por uma bocarra, na sua carranca de Medusa, abundante e fresca água. E o bastio de pinheiros e carvalhiços cobria já o cerro em frente, unido à velha mata e populosa cidade dos pássaros. À tarde a brisa, que subia desde a costa pelo o estuário do Coura, arrepiava-lhe brandamente as corutas e uma onda balsâmica e elísia varria a Casa Grande. Os prados estavam a produzir em pleno rendimento [...]*<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 36.



CONSTRUÇÃO **IMPLANTAÇÃO ACTUAL**

figura 15

Planta de Implantação da Casa Grande de Romarigães.  
Implantação da casa na época do escritor Aquilino Ribeiro.

m

0

20

40

80

XIX<sup>80</sup>

António Telmo da Cunha D'Antas Meneses e Montenegro<sup>81</sup>

O nono proprietário da Quinta do Amparo foi António Telmo da Cunha D'Antas Meneses e Montenegro. Entre 1828 e 1968, a casa encontrava-se em mau estado de conservação.

*Quando se procedeu ao restauro da Casa Grande, que foi solar dos Meneses e Montenegros, houve que demolir paredes de côvado e meio de bitola em que há um século lavrava a ruína, ocasionando-lhes fendas por onde entravam os andorinhões de asas abertas e desníveis com tal bojo que a derrocada parecia por horas.<sup>82</sup>*

*Com vida tão dispersiva e fugida a contas, os negócios do património andavam ao deus-dará. Chovia em casa como na*

---

<sup>80</sup>«A chegada de D. Telmo à Casa Grande, acompanhado de alguns familiares vindos da Galiza, teria insuflado algum ânimo e vitalidade a antigo solar em decadência. Não impediu, contudo, que a prodigalidade de seu neto, António Telmo da Cunha Dantas Meneses e Montenegro, tivesse por uma vez aniquilado os restos de opulência que ao longo de dois séculos, estivera associada às sucessivas gerações que o precederam. Em 1891 o Conselheiro Miguel Dantas, retornado do Brasil para onde emigrara na adolescência, arremata em execução pública por dívidas o solar da Quinta do Amparo.» – *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Carlota Maria Fernandes dos Santos, p.75.

<sup>81</sup>«Levado por aquele sentido de actividade, que era o seu fraco ou o seu forte, começou D. Telmo a demolir os pardieiros do Espinheiro e com a pedra a remontar os muros da quinta. Era tarefa a longo prazo, mas, uma vez assente o plano, nada o fazia recuar. Pouco a pouco, do lado do sul, onde o caminho se tornara com o trânsito e as enxurradas ravina profunda, elevou-se uma espécie de muralha feudal, sólida e para a eternidade. Restaurou ainda os muros que delimitavam a quinta do lado de Moldes, conta a artéria de ligação dos lugares, golpeando-os de janelas por onde criados e abegões vissem passar os cortejos e ajoelhassem à passagem do Senhor fora...Uma das alas da casa ameaçava ruína, construída bons dois séculos antes pelo licenciado D. Gonçalo da Cunha em tempos de Filipe II, e não esteve com meias medidas: a terra com ela. E sobre os alicerces encetou uma reconstrução, que apenas tinha o defeito de pôr de parte a sóbria e amena simplicidade do estilo primitivo e empregar o que estava em voga, um joanino catita, com frestas altas, providas de belos alizares e avental, cornija, grande pé-direito. D. Telmo era em Romarigães uma sorte de Lourenço I, o Magnífico. O antigo sequeiro estava arruinado e deixava entrar os aganões. O aganão é uma entidade, meio mitológica, do Minho, que penetra nos canastros sem ninguém dar conta, sem acesso visível, [...]» – *A Casa Grande de Romarigães*, Aquilino Ribeiro, p. 305.

<sup>82</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 7.

*rua, e não havia quem subisse ao telhado. Aqui, além, os muros da cerca estavam esbarrondados, e tão-pouco nenhum criado ou caseiro tomava a iniciativa de erguer uma pedra. [...] Não contentes de lhe roubar as lenhas e extrair a cortiça dos sobros pela calada da noite, os mateiros segotavam as árvores novas. E uns vizinhos, mais descarados, levaram o atrevimento a desviar-lhe da propriedade o curso da água de lima, e outros a mudar-lhe os marcos nos rossios.<sup>83</sup>*

Conseguimos através das descrições de Aquilino Ribeiro e de algumas fotografias disponibilizadas pela família do escritor, descobrir que o acesso entre a casa e a capela era realizado através de um passadiço de madeira. A capela nos dias de hoje ainda conserva alguns pequenos apontamentos da estrutura que permitia o encaixe do coro. Encontra-se dentro dos limites da propriedade, mas em tempos terá pertencido à aldeia de Romarigães. O acesso dos proprietários era realizado por uma cota superior, enquanto o do público era efectuado à cota da estrada.

*Fechavam-se dentro de casa e era raro aparecerem. Apenas aos domingos lhes viam o nariz à missa da casa, mas apenas o nariz, pois que se dirigiam ao coro da capela pelo passadiço que ligava com o solar.<sup>84</sup>*

Outro elemento fundamental nesta quinta foi o espigueiro, muito utilizado até ao sul do Douro. Na Casa Grande de Romarigães existiu um dos maiores espigueiros da região, do qual, nos dias de hoje, só resta a sua base. O telhado era de duas águas e a estrutura superior e interior construída em madeira.

---

<sup>83</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 150.

<sup>84</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 153. A capela actualmente ainda preserva uma parte da estrutura que suportava o passadiço de madeira que fazia a ligação entre a capela e o solar. As fachadas ajudam-nos a entender que alguns dos vãos foram em tempos portas, neste caso as duas portas que faziam a ligação do passadiço exterior continuam enunciadas no próprio corpo arquitectónico.



CONSTRUÇÃO **IMPLANTAÇÃO ACTUAL**  
figura 16 Planta de Implantação da Casa Grande de Romarigães.  
Implantação actual do conjunto arquitectónico.

0 20 40 80 m

XX<sup>85</sup>

Jerónima Dantas Machado<sup>86</sup>

Aquilino Ribeiro Machado<sup>87</sup>

Maria Alexandra e os seus filhos<sup>88</sup>

Próximo dos nossos tempos, Jerónima Dantas Machado, mulher de Aquilino Ribeiro, é a décima segunda proprietária da Quinta do Amparo. Foi o escritor quem se apaixonou de tal forma pela Quinta

---

<sup>85</sup>O arquivo fotográfico, disponibilizado pela família do escritor, está datado e confirma o ano de chegada à quinta.

<sup>86</sup>«Chegou depois Maio, terrível e admirável mês, e Hilário Barreiras ia logo de manhãzinha percorrer pela quinta, onde a cada passo a Natureza patenteava seus laboratórios de integração e desintegração, sem o menor reboço, era só deitar os olhos. Levava nos ombros os seus detestados sessenta anos. Contemplando umas coisas e outras, notou ele que uma força misteriosa e criadora, tão surda como rítmica, procedendo a compasso, era contrabalançada por outra que actuava, igualmente às claras, com brusquidão inaudita e destrutiva por excelência. A vida, isso que se chama vida, não era mais que o momento de equilíbrio, efémero como abrir e cerrar as pálpebras, dos corpos organizados debaixo da acção combinada destas forças. Todavia, esse momento ou parêntese representava no panorama universal, com a sua beleza e o seu drama, uma razão suficiente, por assim dizer, para valer a pena o Mundo existir. E não deixava de ser espectáculo emocionante assistir às rápidas e estupendas mutações que se efectuavam no seio da Natureza, de todo insensível, neutra em matéria de bem e de mal, sem privilégio de carinhos para ninguém, embora dispensasse a uns seres prerrogativos que parecem obra de parcialidade. Nada estava parado. Um exemplo eloquente de como desapareciam as coisas à superfície da terra, em poucos anos, às vezes do pé para a mão, estava naquela [...]» – *A Casa Grande de Romarigães*, Aquilino Ribeiro, p. 437.

«[...] palpita de modo tão intenso que o sentimento da velhice no homem se torna de uma tristeza funérea e confrangedora. É pena que se não possa regular a vida como um relógio, andando com os ponteiros para diante e para trás segundo a nossa conveniência. Como eu faria da Quinta do Amparo um jardim maravilhoso, a minha estância de contemplador do Mundo, e de Nossa Senhora, esta doce imagem de faces bochechudinhas, minha amiga do coração?! A Primavera, tantas vezes rebelde ao calendário, rejuvenesce tudo menos o homem. As leis da ciclicidade física assim o mandam. Para o ano, por esta altura, voltarão as aves a cantar. Que chova, que faça um sol radioso, com o mundo vegetal plétórico de seiva ou mais aganado, à triste planta humana é que nada a afasta da sua carreira para a morte. Será ela a obra-prima da Criação ou a pior de todas?» – *A Casa Grande de Romarigães*, Aquilino Ribeiro, p. 439.

<sup>87</sup>*Filho de Jerónima Dantas Machado e Aquilino Ribeiro, escritor.*

<sup>88</sup>*Maria Alexandra, mulher de Aquilino Ribeiro Machado, e os seus filhos, Mariana, Mónica, Aquilino e Sofia, são os actuais proprietários da casa.*

do Amparo que a esforço conseguiu reunir os fundos necessários para dar tomas aos restantes herdeiros.

Hilário Barreiras é apresentado nos últimos capítulos da obra *A Casa Grande de Romarigães* como o heterónimo de Aquilino Ribeiro.

A tradição por estas terras na construção de solares nobres é significativa. Como refere Orlando Ribeiro na monografia *Geografia Portuguesa*, o «Minho é o alfofre da mais velha nobreza, de solares, por vezes modestos e que apenas o brasão distingue de qualquer residência acomodada, mas nunca parece ter sido lugar de grandes e poderosos senhores de terra, como desde a Idade Média se conhecem no Sul»<sup>89</sup>.

A Casa Grande de Romarigães está inserida neste conjunto, outrora solar dos Meneses e Montenegros, e retrata um apreciável cadastro de casas solarengas<sup>90</sup> que reforçam o interesse deste território num itinerário obrigatório do turismo cultural.

Solar, casa senhorial e casa nobre são termos e expressões com significados que abarcam uma realidade não apenas patrimonial (edificada, rústica ou agrária), mas também familiar e simbólica.

Na casa nobre, há ainda a necessidade de uma especificação para individualizarmos os edifícios que exibem nos portões e fachadas as apelativas pedras de armas. Sobressai, assim, o grupo específico das casas armoriadas dentro do património construído e incluído na arquitectura civil das famílias nobres. O elemento heráldico e armorialístico pela sua força emblemática, perceptível no plano da representação genealógico-social e complementar na concepção

---

<sup>89</sup>RIBEIRO, Orlando – Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico, 1ª edição, Esboço de relações geográficas, Coimbra Editora, Coimbra, 1945.

<sup>90</sup>Na freguesia de Agualonga, também a escassos quilómetros da Casa Grande de Romarigães, situa-se um dos mais belos exemplares arquitectónicos do concelho, a Casa do Outeiro, solar setecentista, hoje em lamentável estado de degradação, que se insere num interessantíssimo conjunto do século XVIII, que acumula na sua história um denso património histórico laboral, assente numa curiosa manufactura de lacticínios e fábrica de manteiga. Recentemente o edifício foi doado à Câmara Municipal de Paredes de Coura, que, embora tenha prevista a sua recuperação, ainda não lobrigou levar a cabo a aspiração, o amparo.

arquitectural (o caso do frontão é, a este respeito, assaz expressivo, sendo naturalmente desenhado e feito para acolher a marca emblemática da família) torna-se imprescindível para que uma casa nobre o seja completamente.

Nesta data, já o corpo nascente da casa se encontrava arruinado<sup>91</sup>, em parte devido ao fortíssimo ciclone que assolou todo o país em 1941. Aquilino Ribeiro promove então a reabilitação do conjunto, que passa a ter a configuração que hoje lhe conhecemos, com o imprescindível apoio de Mestre Zé, tal como o chamava Aquilino Ribeiro – em trato da proximidade pelo respeito à entrega, músculo e cuidados, que trouxe de Soutosa.

A Casa Grande, com uma implantação em forma de «U», viu então suprimida parte do seu corpo nascente, transformando-se em dois corpos distintos – um com a capela e corpo anexo adossados à estrada, e outro, no extremo oposto, com a cozinha original, caracterizada pelo seu pavimento lajeado de granito, pé direito duplo e ampla chaminé com forno tradicional típico das casas minhotas.

O elemento arquitectónico gerador da quinta, pelas palavras de Aquilino Ribeiro<sup>92</sup>, foi o referido nicho evocativo de Nossa Senhora do Amparo. Contudo, não existe nenhum documento histórico que confirme cientificamente este dado. O que é certo é que por volta de

---

<sup>91</sup>Fig. 23 e 24. Nestas duas fotografias podemos verificar o corpo que se encontrava em ruínas e que foi derrubado devido ao ciclone de 1941. Todas as fotografias arquivadas e fornecidas pela família do escritor mostram a evolução da casa a partir de 1950, altura em que Aquilino Ribeiro conhece o lugar. Estes documentos estão datados, uma ajuda imprescindível para ordenar cronologicamente cada alteração efectuada no corpo arquitectónico.

<sup>92</sup>«Ao alto, sobre o caminho levantava-se com humilde e ternura o nicho de N.ª S.ª do Amparo. Uma vez lá, sentou-se numa pedra à espera dos seus. Dentro da edícula, a Virgem, com o menino aconchegado no regaço, fitava-o como a toda a gente que se lhe dirigia triste ou necessitada. Embora fosse a mãe solícita dos aflitos e oprimidos, pronta a levar-lhes socorro, havia uma grade de ferro entre ela e os mal-intencionados. Mas na sua rudeza aldeã, capinha azul, chambre escarlate, divisava as pessoas com um olhar claro que, penetrando as almas, parecia inspirar-lhes obras certas e fortaleza.» – A Casa Grande de Romarigães, Aquilino Ribeiro, p. 21.

1700 foi construída a capela que hoje encontramos dentro do limite físico da quinta<sup>93</sup>.

A capela foi construída em cantaria autoportante de granito e, hoje em dia, apresenta-se rebocada e pintada de branco nas fachadas laterais, exceptuando as molduras e cornijas. A fachada principal, o elemento mais rico de todo o conjunto, encontra-se com a pedra à vista e sem qualquer tratamento de preservação. Apesar da sua importância, o primeiro corpo a ser construído foi o da casa principal, que antigamente formava um «U» em torno do pátio central. A casa que se encontra anexada à capela, com planta quadrangular, terá chegado a ser cedida à escola da aldeia. Actualmente é utilizada como espaço de arrumação com serventia eventual para a comida dos animais e ferramentas de trabalho, aguardando a sua recuperação.

Segundo José Rosa Araújo, autor do livro *Os Miliários da Estrada Romana de Braga a Tui*<sup>94</sup>, Aquilino Ribeiro, durante as obras que efectuou na Casa Grande, terá alinhado, junto à estrada, algumas pedras trabalhadas e grossas colunas que possivelmente seriam marcos miliários que pertenciam à via romana que passava nas traseiras da propriedade. Afinal, como que a recordar o viajante de que os marcos dos caminhos são tanto menos erráticos quanto se destinam a ser persistentemente percorridos também ao retorno, também às vistas, cogitação e prazer, que não exclusivamente à mera junção entre dois pontos em percurso de ida. Ser-se utilitário e permitir uma evolução entre vários cenários possíveis terá sido uma das

---

<sup>93</sup> «Integrada numa zona de povoamento disperso, a população de Romarigães tenderia a concentrar-se nos lugares que circundam a Igreja, situada no lugar de Moldes e implantada na propriedade de uma das mais notáveis famílias da terra, titular do vínculo da Quinta do Amparo.» com base c.f. Tombo dos bens e propriedades joreiras da Igreja, 1783, Junta de Freguesia de Romarigães, p. 28. – SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos Santos – Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872), 1ª Edição, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Humbertipo, Porto, Maio, 1999, p.63.

<sup>94</sup> ARAÚJO, José Rosa de – Os Miliários da Estrada Romana de Braga a Tui, O Distrito de Braga, 2ª edição, Volume V, n. 9, 2ª série, Braga, 1982.

mensagens deixadas por Aquilino na recuperação da Casa Grande, que serve bem uma teoria de reinvenção no amparo da recuperação urbana de um imóvel, seja nas suas memórias, seja no exemplo bem vivo da separação necessária entre imóveis e na multiplicação dos usos da vasta cozinha que ficou pronta para os vindouros inserirem a respectiva criatividade. Uma arquitectura de trilhos e caminhos, que exercitam recolocando ao viajante a mensagem de quem chega como a novidade para quem parte, seja depositando a fé em uma exortação, seja na fonte do rio que se faz ouvir, seja recebendo na mão estendida um naco de pão ou vianda.

Uma operação de restauro impõe disciplina. O objectivo é a da manutenção da memória disponível e seu registo, mas sobretudo a do espaço edificado e seu entorno. Sacrificar um alumínio onde pertencia madeira, suportar uma telha lusa onde impera a de canudo, permitir retirar reboco para evitar que a parede salitrosa, ao respirar expulse o habitante, pode significar a sobrevivência e insuflar a esperança.

A casa foi herdada pelo único filho de Jerónima Dantas Machado e Aquilino Ribeiro. Aquilino Ribeiro Machado visitava a casa com alguma regularidade com a sua família. Destino de repouso e retiro da capital, continua a ser de usufruto privado pela família que disponibiliza o espaço para eventos relacionados com a valorização e preservação de toda a geografia sentimental deixada pelo escritor Aquilino Ribeiro.

Aquilino Ribeiro Machado amparou aquele lugar com o objectivo de preservar uma história contada pelo seu pai. Alguns hectares da propriedade são hoje explorados por uma empresa privada de plantação arbórea. Uma grande ajuda económica para que regularmente seja possível realizar obras de recuperação nas estruturas arquitectónicas.

Classificada como Imóvel de Interesse Público a família sente-se honrada pela valorização do seu património e nesse sentido mantêm o corpo reconstruído pelo escritor de pé e em constante

utilização. Uma parte da casa foi cedida a Ladislau Reis da Silva, pois Aquilino Ribeiro Machado vivia em Lisboa e era do seu interesse ter alguém responsável pela quinta. A sua escolha poderá ter sido influenciada pelas últimas palavras do seu pai na obra *A Casa Grande de Romarigães*.

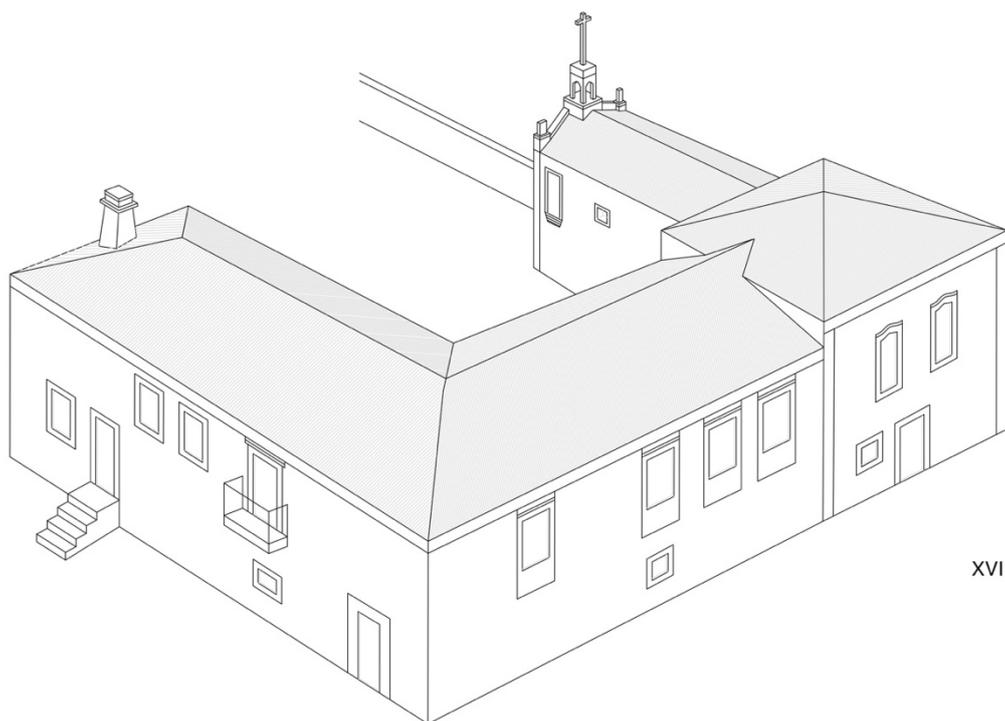
*[...] palpita de modo tão intenso que o sentimento da velhice no homem se torna de uma tristeza funérea e conflagradora. É pena que se não possa regular a vida como um relógio, andando com os ponteiros para diante e para trás segundo a nossa conveniência. Como eu faria da Quinta do Amparo um jardim maravilhoso, a minha estância de contemtor do Mundo, e de Nossa Senhora, esta doce imagem de faces bochechudinhas, minha amiga do coração?! A Primavera, tantas vezes rebelde ao calendário, rejuvenesce tudo menos o homem. A lei da ciclicidade física assim o mandam. Para o ano, por esta altura, voltarão as aves a cantar. Que chova, que faça um sol radioso, com o mundo vegetal pletórico de seiva ou mais aganado, à triste planta humana é que nada a afasta da sua carreira para a morte. Será ela a obra-prima da Criação ou a pior de todas?*<sup>95</sup>

Esta vontade de Aquilino Ribeiro, tornar a quinta um jardim maravilhoso, foi, de certa forma, conseguida pelo seu filho, Aquilino Ribeiro Machado. Ladislau Silva, engenheiro agrícola, explorou uma área da quinta como viveiro. Estas soluções encontradas por Aquilino Ribeiro Machado foram positivas e importantes para o desenvolvimento do lugar e acima de tudo para a sua preservação. Em parceria com o arquitecto Miguel dos Reis Pedroso de Lima, genro de Aquilino Ribeiro Machado, foi também desenhado um projecto de reconstituição do corpo que unia os dois existentes no local. Por falta de apoio financeiro nunca foi posto em prática.

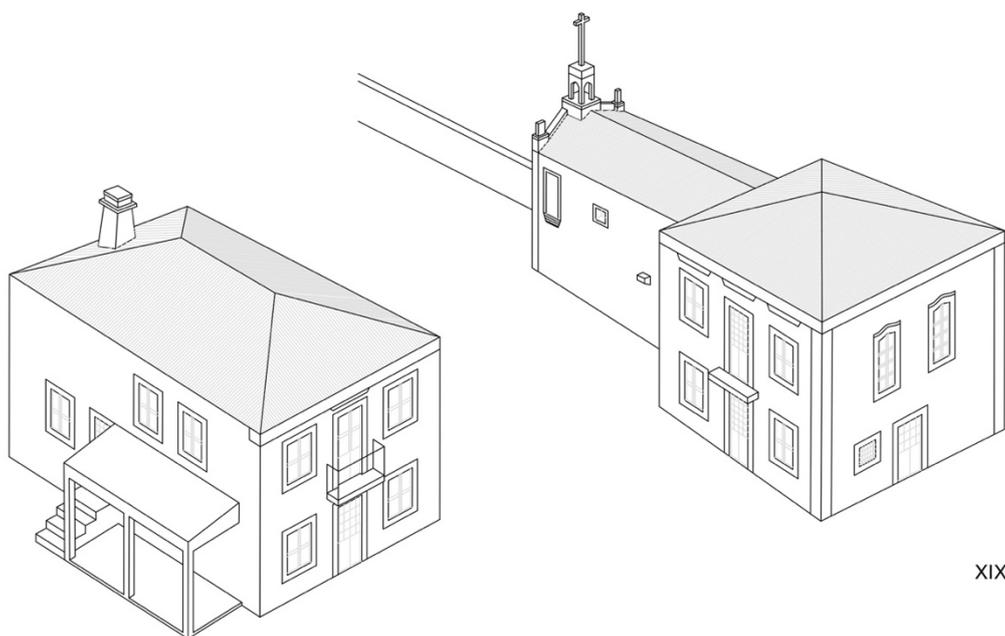
O destino do imóvel depende da disponibilidade familiar e comunitária; a utilidade cultural, ou o despojamento de quem lhe empresta e acrescenta mais estórias, acaba por significar um desafio para cada geração.

---

<sup>95</sup>RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984, p. 7.



XVII



XIX

fig. 17 Axonometria da Casa Grande de Romarigães.  
Imagem de Maria Lima.

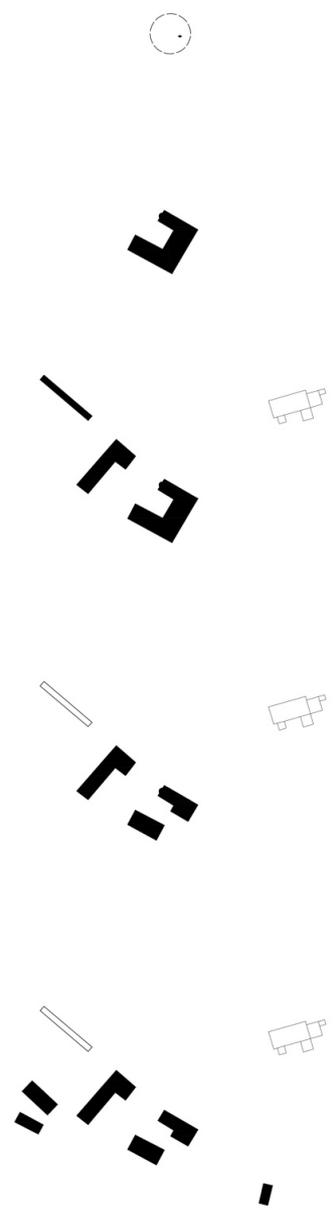


fig. 18 Cronologia Arquitectónica  
Imagem de Maria Lima.

1962

fig. 19 e 20



fig. 21 e 22



fig. 23 e 24



fig. 25 e 26



fig. 27 e 28



fig. 29 e 30



1990

fig. 31 e 32



fig. 33 e 34



fig. 35



2008 - 2015

fig. 36 e 37



fig. 38 e 39



fig. 40 e 41



fig. 42 e 43



fig. 44 e 45





fig. 46 Corte da Casa Grande de Romarigães  
Imagem de Maria Lima, escala gráfica.

fig. 47 Corte da Casa Grande de Romarigães  
Imagem de Maria Lima, escala gráfica.

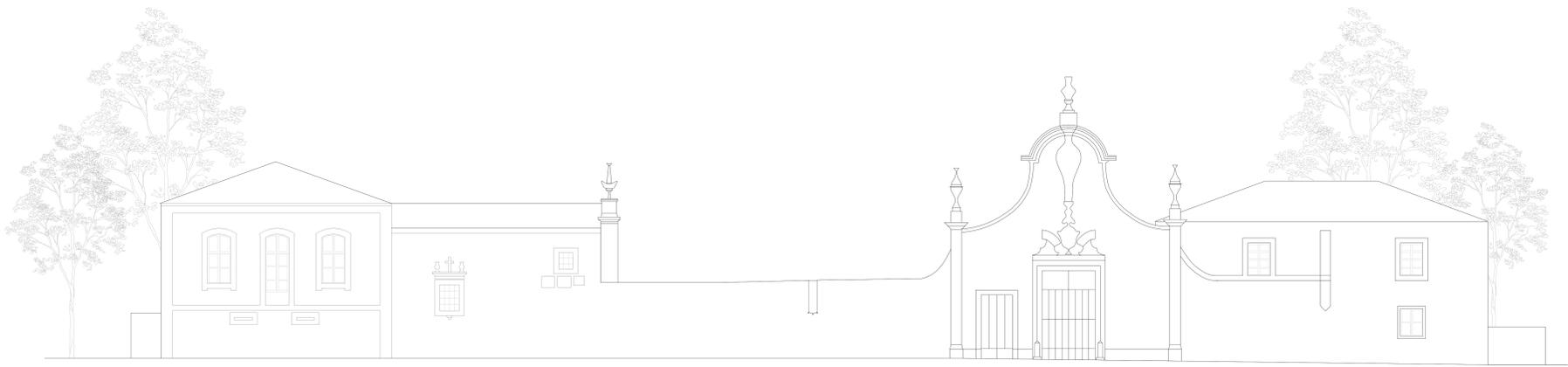


figura 46

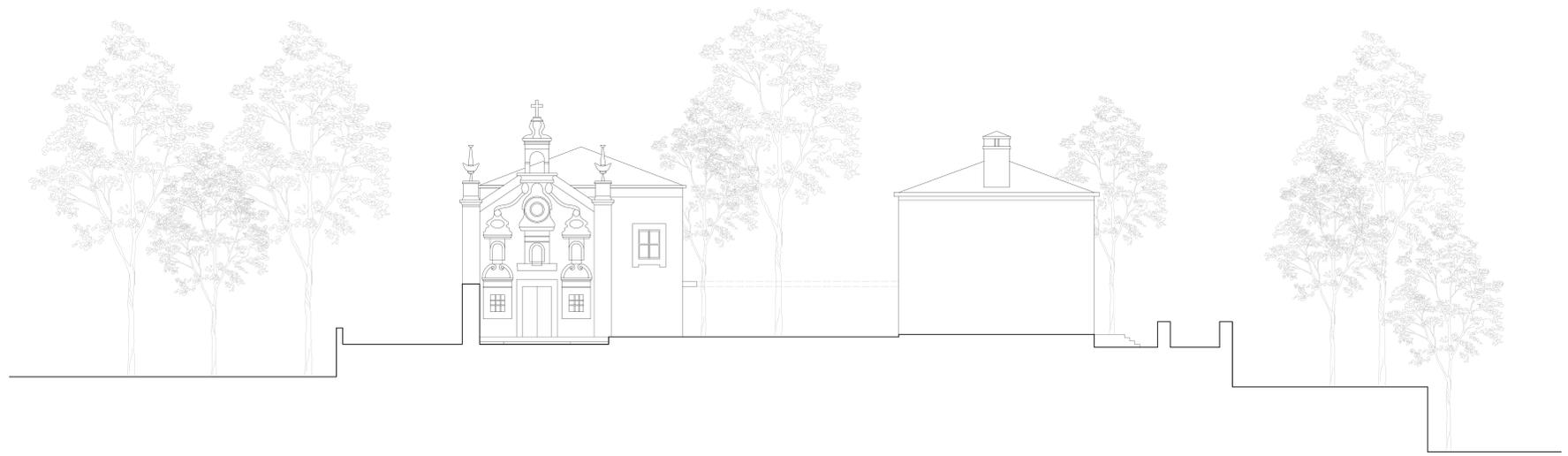


figura 47



fig. 48 Janela interior do piso superior da Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 2015.  
Imagem de Maria Lima.

## Conclusão

Este trabalho teve como objectivo indagar sobre a utilidade de um documento literário para o lançamento de hipóteses no contexto de uma investigação arquitectónica, consubstanciadas pela posterior comprovação através de vestígios e documentação histórica. Partiu-se de indícios encontrados na obra e cuja veracidade foi sendo progressivamente analisada.

Nas palavras de Aquilino descobre-se uma «arquitectura escrita»<sup>96</sup>, que continua viva e direccionada para o futuro. São várias as passagens na obra *A Casa Grande de Romarigães* que descrevem a quinta e a sua organização.

Contudo existem convicções na obra de Aquilino que são difíceis de comprovar a partir dos dados históricos encontrados. O arquivo pessoal do escritor, nos dias de hoje, pertence aos seus herdeiros e foi fundamental para a evolução de todo o trabalho. Nele estavam inseridas inúmeras fotografias da casa a partir do século XX, fundamentais para entendermos a estrutura arquitectónica existente.

Foi referida, anteriormente, a obra de Paulo de Passos Figueiras, que responde indiretamente e de forma sucinta à polémica levantada por Rui Feijó (anexo I). Alguns episódios relatados por Aquilino Ribeiro não são verídicos, Domingos da Cunha não foi o primeiro morgado da quinta, mas sim Gonçalo da Cunha; o seu filho Luís da Cunha, era solteiro quando requereu a concessão da mercê de familiar do Santo Ofício; é ficção o rapto de Joanhina e todo o enredo que consta nos capítulos IV, V e VI; Plácido da Cunha Dantas e Azevedo foi militar activo e socialmente bem relacionado, foi assassinado e tudo o que consta no capítulo VII sobre ele não é

---

<sup>96</sup>CALATRAVA, Juan; NERDINGER, Winfried – *Arquitectura Escrita*, Exposição organizada pelo Círculo de Belas Artes, Madrid, 2010. – [www.circulobellasartes.com](http://www.circulobellasartes.com)

verídico; Joana Angélica Marinho de Amaral casou com Fernando Luís Dantas de Mendonça e Azevedo com quem teve três filhos, todos foram administradores do morgadio, sucessivamente após a morte do seu pai, nesse sentido fica sem validade histórica o teor do capítulo VIII. A crítica realizada por Rui Feijó é direcionada para a história do morgadio da quinta, visto que Aquilino abre cordões à imaginação quando escreve todo o enredo da obra. Contudo, o escritor é extremamente rigoroso nas diversas descrições arquitectónicas que concebe ao longo do romance.

Toda a análise permitiu verificar que o método de investigação de um escritor para um lugar é similar à metodologia de trabalho de um arquitecto. A importância de compreender o contexto social, cultural, económico e geográfico de um lugar nestas duas áreas – literatura e arquitectura – relacionam e comprovam a proximidade entre duas formas de pensar e trabalhar. A arquitectura e a literatura são, de resto, as duas artes que melhor servem de espelho à sociedade e à história de cada época. A primeira não se cinge apenas à construção de edifícios, mas estende-se também inúmeras vezes à produção de textos que fundamentam as ideias dos seus autores. Já a segunda, pode ser considerada uma ferramenta para o pensamento arquitectónico, onde as palavras auxiliam a construção/reconstrução de um mundo/lugar imaginário.

*Contempla a sua muralha exterior, que parece feita de  
bronze.<sup>97</sup>*

É exemplar, a forma como Gilgamesh – autor da primeira obra que se pode classificar como literária – estabelece uma forte ligação entre a arquitectura e a literatura. O poeta convida-nos a contemplar a muralha

---

<sup>97</sup>Poema de Gilgamesh, rei da Suméria, tradução de Frederico Lara Peinado, Madrid, Tecnos, 1988. Foi o primeiro texto a ser escrito que se pode qualificar como obra literária.

como um limite no território e como elemento arquitectónico, quando a compara a uma peça de bronze. A arquitectura de limite que a muralha representa tem, afinal, um protagonismo maior do que a sua função utilitária e defensiva.

Ao longo deste trabalho foi evidenciada a importância que a obra literária de Aquilino Ribeiro tem para Romarigães. É um contributo inigualável de conhecimento da Casa Grande de Romarigães e de toda a sua envolvente. A literatura transfere o nosso pensamento para a utopia, contudo temos um exemplo notório de que este documento literário e histórico é sem dúvida uma ferramenta essencial para a fundamentação de uma acção arquitectónica.

Em conclusão, procurou-se assim realçar a importância da literatura para a arquitectura, bem como fornecer as ferramentas necessárias para uma reflexão arquitectónica sobre a Casa Grande de Romarigães, reconhecendo e dando primazia à obra de Aquilino Ribeiro como uma referência histórica.



fig. 49 Sala de estar da Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 2015.  
Imagem de Maria Lima

## Posfácio

*Conservar é lutar contra o tempo. Procurar subtrair alguma coisa aos efeitos normais da destruição, da perda ou do esquecimento. É também tentar opor-se, tentativa evidentemente sempre coroada de fracasso, àquilo que é a própria essência do tempo, o irreversível. Neste sentido muito lato, a conservação pode aplicar-se em primeiro lugar aos objectos materiais, mas também ao saber, à língua, à cultura, à própria vida. [...] O que dá a tudo isso uma certa unidade, embora do exterior e de forma abstracta, é essa dimensão de luta contra os efeitos e a essência do tempo, e também a sombra de fracasso final que paira sobre tal luta.*

GUILLAUME, Marc – A Política do Património, Campo das Letras, Porto, 2003, p. 45.

As obras de alguns escritores reportam-se a determinados territórios que servem de base à criação simbólica de cenários literários. Tal sucede principalmente no campo ficcional, onde são despertados sentimentos de identidade e pertença junto dos cenários descritos como territórios reais.

Através da análise de algumas obras literárias descobrimos o ajustamento e o desajustamento entre os lugares narrados e aquilo que na realidade existe. Ana Isabel Queiroz dá-nos alguns exemplos de obras de escritores ingleses, onde a construção de cenários literários é complexa e estimulante, como é o caso da obra de Jane Austen<sup>98</sup>. Os lugares que evocou nas suas obras são hoje lugares de visita do público leitor, que aí se desloca à procura de reconhecer o que a obra reteve. Na literatura portuguesa um dos exemplos mais

---

<sup>98</sup> Jane Austen nasceu em Steventon a 16 de Dezembro de 1775 e faleceu a 18 de Julho de 1817 em Winchester. Escritora inglesa.

significativos desta lógica reside na obra de Eça de Queiroz<sup>99</sup>, que imaginou Tormes a partir de um lugar que conheceu. A inspiração foi a Quinta da Vila Nova, propriedade herdada pela esposa de Eça. Conforme refere Maria Inês Pinho no seu artigo «Literatura e Turismo em Eça – forma de arte que é património, a paisagem do Douro», «continua semeada de recordações de modo difícil, para sempre impressa no granito escuro, pesado, toscamente trabalhado na primeira arte românica»<sup>100</sup>, circunstância que não impediu o escritor de recriar uma imagem que sucessivas gerações de leitores iriam reter.

O território objecto da obra de Aquilino Ribeiro concentra-se na região que ficou conhecida como Terras do Demo<sup>101</sup>. Uma paisagem literária que tomou relevo após a publicação do segundo romance de Aquilino, em 1919<sup>102</sup>. Trata-se de uma geografia sentimental, visto que é assumida em destaque a própria vivência juvenil do escritor. Segundo o próprio, «a aldeia serrana, como aquela em que me fui nado e baptizado e me criei são e escoreito, é assim mesmo: barulhenta, valerosa, suja, sensual, avara, honrada, com todos os sentimentos e

---

<sup>99</sup> José Maria de Eça de Queirós, nasceu na Póvoa de Varzim a 25 de Novembro de 1845 e faleceu em Paris a 16 de Agosto de 1900. É um dos mais importantes escritores portugueses.

<sup>100</sup> PINHO, Maria Inês – Literatura e Turismo em Eça: forma de Arte que é Património, trabalho apresentado em III Congresso Internacional de História da Arte-Portugal: Encruzilhada de Culturas, Artes e Sensibilidades, in História da Arte-Portugal: Encruzilhadas de Culturas, Artes e Sensibilidades, Porto, 2006.

<sup>101</sup> «A serra é agreste, primitiva, mas tem carácter, sem dúvida. Comprazes-te em pintar-lhe as virtudes e encantos sem sombras, e não serei eu que te acoime de parcial. As tintas escuras são para o novelista e tens razão. Decerto que eu, ao chamar-lhe Terras do Demo, não quis designá-las por terras do pecado, porque o pecado seja ali mais grado ou revista aspecto especial que não tenha algures. Nada disso. A serra é portuguesa no bem e no mal. Chamei-lhe assim porque a vida ali é dura, pobrinha, castigada pelo meio natural, sobrecarregada pelo fisco mercê de antigos e inconsiderados erros e abusos, porque em poucas terras como esta é sensível o fadário da existência.» – Prefácio de Aquilino Ribeiro à obra de Pe. Manuel da Gama, *Terras do Alto Paiva*, 1ª edição, Voz de Lamego, Lamego, 1940.

<sup>102</sup> RIBEIRO, Aquilino – *Terras do Demo*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1919.

instintos que constituem o empedrado da comuna antiga.»<sup>102</sup> Mas os territórios aquilinos não se confinam às Terras do Demo; à semelhança de Eça de Queiroz, descreveu e imaginou várias regiões, desde os cenários urbanos de Lisboa (*Mónica, O Arcanjo Negro, Maria Benigna e ainda Um Escritor Confessa-se*)<sup>103</sup> até às obras de ficção em que a natureza desempenha o papel de mais uma personagem, onde a riqueza descritiva e ficcional se conjugam para produzir um ímpar território literário.

A relação entre a cidade e o campo<sup>104</sup> é precisamente central na Casa Grande de Romarigães. Se a aldeia se centrava inicialmente na Quinta do Amparo, hoje encontra-se dispersa ao longo das diversas vias de comunicação que atravessam o seu território. Como indicam José Mattoso e Suzanne Daveau, em 2010, «ao contrário do que sucede noutras regiões do país, o Minho é dominado pelo “tempo curto”. Não permanece quase imóvel como em Trás-os-Montes. As gerações sucedem-se umas às outras e vão sempre criando qualquer coisa de novo. O Minho está em renovação constante como tudo o que é vivo. E, todavia, continua igual a si mesmo.»<sup>105</sup>

O concelho de Paredes de Coura é especialmente rico em recursos naturais e culturais, contudo, apresenta-se, neste momento, descaracterizado devido à perda dos traços caracterizadores da sua paisagem, «pelo despovoamento, pelo abandono, ou, noutro registo, pela profunda metamorfose que vai lavrando pelo país dos (ex)

---

<sup>103</sup>RIBEIRO, Aquilino – *Mónica*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1939; RIBEIRO, Aquilino – *O Arcanjo Negro*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1947; RIBEIRO, Aquilino – *Maria Benigna*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1933; RIBEIRO, Aquilino – *Um Escritor Confessa-se*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1974.

<sup>104</sup>Álvaro Domingues, nasceu em Melgaço a 1959. É geógrafo e professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Publica sobre temáticas relacionadas com a geografia urbana e a paisagem. No seu livro *A Rua da Estrada*, faz uma interessante reflexão sobre a coesão de dois conceitos tão distintos, a cidade e o campo.

<sup>105</sup>MATTOSO, José e DAVEU, Suzanne – *Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, 2ª edição, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 2010.

agricultores, pela perda das suas práticas ancestrais, modos de vida, territórios e paisagens. Ruínas, em muito caso»<sup>106</sup>. A perda de importância da paisagem rural significa, se não o declínio, ao menos uma modificação radical de uma sociedade, onde a agricultura e o espaço têm caminhos dissociados, e que por força merece reflexão e reações diferenciadas e abertas, tanto quanto acolhedoras, para que mais do que meros destinos ou curiosidades de passagem, se transformem em faróis ou melhor ainda, em pontos de atração alternativos das peregrinações que persistem.

O cenário literário da obra de Aquilino Ribeiro é um vasto território nacional salvaguardado nas suas palavras. O romance é capaz de proporcionar a valorização desta paisagem, uma vez que todas as descrições registadas pelo escritor podem ser de alguma forma anunciadas no lugar.

O interesse pelo sítio onde a Casa Grande se situa reflecte, em boa medida, o fascínio que advém do romance histórico que Aquilino Ribeiro ali situou, baseado na curiosidade que a memória da leitura terá suscitado nas pessoas que para lá se dirigem com o propósito de confrontar a realidade com a representação imaginária que haviam construído.

É importante referir que a casa-museu de Aquilino Ribeiro se localiza em Soutosa, em Moimenta da Beira. Esta casa, que desde 1895, foi espaço de lazer e férias do escritor, tornou-se residência permanente entre 1904 e 1906. Pertencia ao avô do escritor e foi herdada pelo seu pai, Joaquim Francisco Ribeiro. Aquilino herdou a casa em 1918. A abertura ao público<sup>107</sup> verificou-se em 1988, graças aos esforços desenvolvidos pela Fundação Aquilino Ribeiro para ter o

---

<sup>106</sup> DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*, 1ª edição, Equações de Arquitectura, DAFNE Editora, Porto, 2011.

<sup>107</sup> Apesar das potencialidades, a sobrevivência do conjunto arquitectónico parece depender de uma nova estratégia de gestão e de acolhimento ao público, capaz de explorar, de forma equilibrada, um lugar culturalmente especializado.

edifício capaz de albergar a biblioteca e alguns dos objectos pessoais do autor, como mobiliário, esculturas e pinturas.

A paisagem de Tormes, descrita por Eça de Queirós, acrescida hoje pela respectiva fundação, mostra como a imaterialidade da escrita queirosiana se conciliou harmoniosamente com a materialidade do sítio. Em Romarigães, será certamente pertinente a reflexão sobre esta questão. Para uma futura postura arquitectónica neste lugar levanta-se uma questão principal e essencial: o valor arquitectónico *versus* o valor cultural. José Hermano Saraiva<sup>108</sup> numa visita à casa põe em causa os caixilhos de alumínio mandados colocar por Aquilino Machado, filho de Aquilino Ribeiro. Manter ou retomar um passado que na Casa Grande de Romarigães já não existe, de acordo com a sua própria história e o trabalho aqui desenvolvido, poderá não ser a melhor postura para se conseguir uma união entre o valor arquitectónico e cultural, tão presente neste sítio. Como Zumthor refere «Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago já não é o mesmo. Penso que os edifícios que, a pouco e pouco, são aceites pelo seu espaço envolvente devem possuir a capacidade de atrair, de diversas formas, a emoção e o raciocínio. O nosso sentimento e compreensão estão, no entanto, enraizados no passado. É por isso que o significado que criamos com o edifício deve respeitar a memória.»<sup>109</sup>

O consenso da necessidade de salvaguarda de um património em perigo tem vindo a aumentar face à responsabilidade de transmissão a gerações futuras de certos valores culturais e sociais considerados insubstituíveis. Em Portugal, a salvaguarda destas arquitecturas literárias não tem sido suficientemente explorada.

---

<sup>108</sup>Episódio da série: A Alma e a Gente (RTP2, 2003/2011) José Hermano Saraiva referente a Paredes de Coura e à Casa Grande de Romarigães – <https://www.youtube.com/watch?v=c8rHhX3wKIQ>.

<sup>109</sup>ZUMTHOR, Peter – *Pensar a Arquitectura*, 2ª edição, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2009, p. 17.

A obra de Aquilino Ribeiro e de todos os escritores inaugura uma forma de fazer parar a tendência cada vez mais genérica da arquitectura globalizada, válida para qualquer situação, e dar primazia a práticas como o mapear, habitar o exterior, ver as modificações, os objectos, as casas.

Seria certamente interessante abrir o universo desta quinta e transformá-lo num espaço aberto que pudesse ser utilizado pela população e organizações de apoio à sua memória e à de Aquilino Ribeiro, acrescentando a este programa espaços de fixação provisória, pequenos quartos que permitissem a reflexão por parte dos visitantes onde o elemento especial sobre a cabeceira poderia ser a obra *A Casa Grande de Romarigães*. Disponível não só para ler, mas também para viver – em suma, aumentando a experiência que pode ser ler a obra deste escritor. Outras actividades poderiam ainda ser propostas e em união com a Câmara Municipal de Paredes de Coura: a integração das escolas do concelho para futuras visitas à quinta, permitindo assim pequenas análises da obra no programa lectivo, a realização de peças de teatro onde o cenário seria a própria casa e a área da propriedade, a realização de programas de degustação dos alimentos e dos pratos regionais, quase como um monólogo à mesa com as descrições de Aquilino Ribeiro. O objectivo está agora claro: pretendemos mostrar que a casa é uma das maiores forças de integração cultural da região.

A investigação levou-nos sempre para um ponto fundamental nesta quinta, o conjunto, a coesão que é necessária manter para a história daquele lugar ser perceptível. Apesar de Aquilino Ribeiro Machado ter tido sempre como sonho a reconstrução da ala que foi demolida pelo seu pai, a história do lugar não pede de volta essa peça. O conjunto está harmonioso na sua estrutura espacial e arquitectónica, sendo sim fundamental reabilitar o existente para posteriormente se construir um futuro.





O conhecimento arquitectónico transmite-se também a partir das palavras – sem a literatura nunca seria possível transmitir todo o legado arquitectónico.

# ANEXOS

## I



### **Carta Aberta a Aquilino Ribeiro, Ruy de Menezes de Castro Feijó:**

Ex.mº Sr. Aquilino Ribeiro:

Ao seu último trabalho literário deu V. Ex.<sup>a</sup>, senhor Aquilino Ribeiro, o título de *A Casa Grande de Romarições* e classifica-o de Crónica Romanceada.

Esta designação acusa um contraste que o decorrer do livro nos mostra pondo o romance em contradição completa com a crónica que tem de ser verdadeira.

No prefácio diz-nos V. Ex.<sup>a</sup> – e isto julgo que não é ainda romance – que num armário não maior que nicho de santo...encontrou-se uma volumosa rima de papéis velhos e, mais adiante refere-se a dois livros: Livro que há-de servir de assento das coisas notáveis que sucederam na Casa Grande de Romarições também chamada Quinta de Nossa Senhora do Amparo, etc e outro Vida de D. Luís António de Antas e Menezes, sargento-mor de melícias e procurador à Cortes de 1828.

Agora permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que no gamelo que estava a fazer para o cão eu toque um pouco de viola para defender a memória de meus avós.

Apoiado em antigos documentos e na tradição de família que aos meus já velhos ouvidos chegou da boca de minha Mãe, começo por fazer a V. Ex.<sup>a</sup> que Plácido da Cunha D'Antas não foi a pessoa tímida que retrata. Se o tivesse sido não teria caído, vítima do ódio de Braz D'Antas da Gama que, com a sua quadrilha o assassinou na Ponte dos Caniços.

Seu irmão Fernando Luís tomou sobre os ombros o perigoso encargo de perseguir judicialmente os assassinos e conseguiu prendê-los todos, sendo Braz D'Antas da Gama e seus cúmplices condenados a desterro para Angola. Numa nota que li do punho de Fernando Luís diz-se que seu irmão o Mestre de Campo Plácido da Cunha D' Antas fora morto traidora e aleivosamente por Braz d' Antas da Gama e refere-se à condenação de cada um dos membros da quadrilha. Como vê a zagala enganou V. Ex.<sup>a</sup>...

Menciona V. Ex.<sup>a</sup> em seguida o casamento do Dr. Fernando Luiz da Cunha D'Antas com D. Joana Angélica do Amaral Marinho, morgada de Outeiro Meão em Ponte de Lima, e diz-nos que desse casamento não houve descendência. E menos verdadeira a afirmação de V. Ex.<sup>a</sup> porquanto desse casamento houve filhos. Precisamente três, dos quais só um sobreviveu a seus

Pais e foi a Morgada da Casa do Amparo, D. Mariana Luiz da Cunha D'Antas de Mendonça que casou com o Morgado da Casa de N.<sup>a</sup> Senhora da Conceição em Valença, de nome José Luiz Pereira de Menezes e foram os Pais de Luiz António da Cunha D'Antas Pereira da Silva e Menezes, procurador às Cortes de 1828.

Chegámos agora a uma parte do livro de V. Ex.<sup>a</sup> que não posso deixar passar em julgado sem o mais veemente protesto pois V. Ex.<sup>a</sup> põe nas pessoas os nomes que em vida usaram e os mortos merecem-nos mais um bocadinho de respeito.

Fala V. Ex.<sup>a</sup> duma senhora a quem imputa uma conduta imoral e censurável. No entanto, a página 316 da sua obra põe na boca de seu Pai, D. Telmo Montenegro, esta frase: melhor coração que o seu não se creou em toda a Espanha e a página 412 diz que ela foi a mais sublime e humilde das mulheres.

Como conciliar estas frases com a conduta que lhe assaca? Refiro-me a minha bisavó D. Maria do Carmo Montenegro y Carantoña. E, de passagem devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que seu Pai D. Telmo Montenegro não cometeu nenhum crime na Galiza e nunca esteve homiziado em Portugal.

Eu não sei toda a história dos amores dessa senhora com meu bisavô.

Sei apenas que ela estava a educar num convento de Pontevedra quando meu bisavô Luiz António de Menezes a raptou e imediatamente a trouxe para Portugal. Seu pai seguiu pouco depois no rasto dos fugitivos e quando chegou à casa do Amparo já os encontrou casados; foi talvez por isso que não houve tempo da senhora D. Maria do Carmo ter sido amante dum padre como V. Ex.<sup>a</sup> diz no seu romance e não pôde, assim seu Pai ter comido o pão que o ditado, feito eremita ou clérigo, amassou com a provada e confessada ajuda de V. Ex.<sup>a</sup>.

Essa senhora devia ter sido uma santa. Seu filho, meu Avô, que tinha pela sua memória uma verdadeira veneração, pegava ao colo em minha Mãe de quem ele dizia ser um verdadeiro retrato da Mãe, e, fazendo-lhe meiguices, chamava-lhe «minha Mãezinha».

Se V. Ex.<sup>a</sup> não tem trocado os papéis e tem dado a Luiz António o seu verdadeiro perfil, teria feito dele com verdade, um autêntico D. Juan, mas não atribuiria a meu avô pecados que não cometeu. Em minha casa nunca ouvi falar de bastardos de meu Avô, mas a minha Mãe ouvi contar que na casa de

Romarições havia oito bastardos, filhos do meu bisavô, em vários serviços da casa.

A meus olhos, minha bisavó, D. Maria do Carmo, eleva-se extraordinariamente quando lembro a grandeza de alma com que, na escritura de perfilhação de um bastardo de seu marido ela figura como reconhecendo esse filho como de seu marido. Esse bastardo foi depois lente da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra.

Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que eu desfaça o romance de fazer de meu Avô pupilo de cerieiros de Braga o que se como romance é muito interessante e está muito bem escrito, como crónica deixa muito a desejar.

Transcrevo de um documento oficial a certidão de idade de meu Avô:

«Manuel Francisco de Lima Bacelar, Abade Parochial da Igreja da Silva no concelho de Valença, Distrito Administrativo de Viana do Castelo, Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas:

Certifico e sendo necessário juro in sacris que no livro dos assentos de Baptismo da antiga freguesia de Santa Maria da Silva ora reunida à parochial de S. Julião da Silva numa folha numerada a terceira mas realmente a quarta segundo a escripturação se acha o assento seguinte António Bitelmo filho legítimo de Luiz António e de D. Maria do Carmo Montenegro nasceu a dois de Outubro do anno de mil oitocentos e seis e foi baptisado a oito do dito mez e anno solemnemente por mim Abade de esta freguesia de Santa Maria da Silva e lhe puz os santos oleos. He neto paterno de Jose Luiz Pereira de Menezes e de Dona Mariana Luiza D'Antas de Mendonça e materno de Dom Telmo Montenegro Sotto-Maior e de D. Maria Carantoña do reino de Castela. Foram padrinhos Antonio de Araujo de Azevedo com procuração deste assistiu ao dito baptismo Dom Telmo Montenegro Avô do baptisado; Para constar fiz este assento eraut supra nesta freguesia de Santa Maria da Silva. O Abade Francisco Luiz de Castro. Nasa mais se continha no dito assento o qual aqui fielmente copiei do próprio livro de verbo ad verbum ao qual me reporto.

Silva de Valença do Minho 17 do mez de Agosto de 1857.

O Abade Manuel Francisco de Lima Bacelar.»

Como V. Ex.<sup>a</sup> vê, em vez de manchado com pingos de cera o nascimento de meu Avô foi muito...limpinho.

António Telmo sucedeu em toda a casa vincular de seus Pais por falecimento de seu irmão mais velho Bento da Cunha d'Antas e houve mais duas irmãs que casaram e tiveram descendência.

Do casamento de meu Avô António Telmo com D. Ana Adelaide, senhora da Casa da Costa, não houve filhos, como V. Ex.<sup>a</sup> afirma, e António Telmo casou em segundas núpcias com minha Avó D. Rosa Clementina Bezerra Botelho de Matos Negrão de quem houve numerosa descendência. Entre ela figura como filho varão mais velho meu tio António Telmo de Meneses Montenegro.

Tendo seu Pai registado em 1863, no Governo Civil de Viana do Castelo, todos os vínculos de que era administrador a António Telmo, seu filho, coube-lhe, por falecimento do Pai, o vínculo e capela da Casa do Amparo em Romarigães, concelho de Paredes de Coura. Mas, repito, só tomou conta da casa por falecimento do Pai.

Essa carta que V. Ex.<sup>a</sup> publica entre aspas, dando-lhe assim os mesmo foros de autenticidade que a carta de arrematação da quinta do Amparo, não tem nenhum fundo de verdade.

Meu tio Telmo foi um grande dodivanas, um péssimo administrador da sua casa e um D. Juan como seu avô, talvez um pouco mais aperfeiçoado – mas foi sempre respeitador de seus Pais e incapaz de lhes escrever a carta que V. Ex.<sup>a</sup> lhe atribue. Meu pobre tio teve defeitos de mais, mas este não se quadra com a delicadeza do grande coração que teve. Para amar como amou era realmente preciso que o coração fosse grande...

Casou com a sua prima Maria Angélica (raptando-a na véspera do casamento emprazado com outrem!) para fazer a vontade ao tio Dr. Menezes. Foram dois infelizes que nunca se entenderam.

Meu Avô António Telmo morreu, não ao lado da amante como V. Ex.<sup>a</sup> diz, mas sob os olhos da esposa e dos filhos, na casa de Faldejães que tinha comprado.

Como vê a vida de meu Avô não foi tão feia como V. Ex.<sup>a</sup> a pintou.

Porque V. Ex.<sup>a</sup> designou com nomes autênticos e situando-os no meio onde realmente viveram os personagens da sua obra, eu, tomando a defesa deles, quero apenas honrar o nome dos meus antepassados e repor a verdade

onde ela falta. A ninguém agrada ouvir a respeito de sua família aquela quadra de Augusto Gil:

Quando tu foste gerada  
Pôs-se o Sol, nasceu a Lua  
Estava tua Mãe deitada  
Andava teu Pai na Rua...

Termino pedindo a Hilário Barreiras que para desconto dos seus pecados e falta de respeito pelos mortos dê um pouco de amor à sua Casa Grande de Romarigães, mandando restaurar a linda capela de Nossa Senhora do Amparo.

Seu admirador deste o tempo do «Malhadinhas».

**Original manuscrito e publicação na revista Mundo (de 26/12/57)  
de um artigo de resposta a Rui Feijó após a polémica levantada  
pela publicação de A Casa Grande de Romarigães:**

Guerra e algum escândalo.

À volta de um livro que deu brado: A Casa Grande de Romarigães

O autor defende-se.

Casa Grande de Romarigães, assim se denomina o último livro que escrevi e o vínculo ou morgadio de que foi derradeiro proprietário D. António Telmo da Cunha Antas Meneses e Montenegro...Caem os impérios e afundam-se os povos no silêncio e escuridão do tempo, como não havia de suceder igual percalço a instituições transitórias, de índole mais ou menos feudal?!

A Casa Grande de Romarigães tem fornecido tema variado à controvérsia, queixa duns, aplausos doutros, adenda daqueles. Eu não sabia que existissem lídimos representantes da geração, que julguei extinta para sempre. Bem verdade que de tempos a tempos, me tem aparecido um ou outro indivíduo, por exemplo, certo barbeiro da Cruz Quebrada, a dizer: sou neto de D. Telmo. Ser neto do D. Telmo era prevalecer-se de descendente dum homem que não tinha frio nos olhos, amigo da mulher e da pinga, tão grande ganhão como caceteiro de rijo pulso, liberal de seus teres, de certo não mareado por

nenhum dos ferretes que podem ser considerados num título como uma nódoa de óleo numa boa seda. Só por isso, ainda que mercê de circunstâncias de fundo ocasional, ganhavam a minha simpatia. Não era este D. Telmo um homem que, Alto Minho em fora, tinha amigos e inimigos em todos os clans e púrrias, filhos em todas as aldeias, parciais denodados em todas as portelas, para merecer a atenção dum escritor na qualidade de bicho irregular e múltiplo? Mas pois que assim era protéico, como havia de resistir a semelhante difusão de personalidade a riqueza dum Cresus?

D. Telmo viu ir duas ou três fortunas pela água abaixo, com a mais soberba indiferença, sentido apenas da falta momentânea que lhe podiam fazer. Também na vida íntima sofreu a contra-pancada de tais desmanchos. A mulher fugiu-lhe com um outro, e parece que também não se ralou sobremaneira. É provável que tivesse pecados da mesma espécie e, lá diz um ditado: onde elas se fazem lá se pagam.

Eu andei a coligir, dirigindo-me a este e àquele, a gesta dispersa deste herói de boémia interamnense. Além dos documentos particulares, alguns dos quais me caíram providencialmente nas mãos, consultei os tombos dos tabeliães e, para a estirpe, os nobiliários. Ainda recentemente o Dr. Oliveira, tão distinto clínico como zeloso subdelegado de saúde em Paredes de Coura, me dizia:

– Ouvi a meu tio que este D. Telmo um dia juntou sete amigas na feira, onde travaram batalha campal. Para que se reconhecessem ordenou-lhes: «Vocês aparecem de lenço branco na cabeça.»

Apareceram, pois, de lenço branco e lutaram, como autênticas Amazonas, pelo seu mais que tudo. Este episódio, que revela de Sade e do Marquês de Valadas, mostra o conceito voluptuário que D. Telmo fazia da mulher e porque avenidas lhe ia discorrendo a existência. Mas a pedra de contraste tem sido menos a odisseia deste morgado minhoto perdulário e sibarita, regendo o dog-cart de vila para vila ou esgrimindo nas feiras o seu porrete de castão de prata, sempre belo homem, botas de canhão alto, bigodes de dois caracóis por debaixo dum chapéu de aba ancha, que a pessoa dos antecessores, Minha Nossa Senhora do Amparo, procurei, traçando-lhes o perfil, ser cronista vero e imparcial, e só muito ao de leve a minha prosa de ficcionista polvilhou de sal e pimenta o guisado saboroso que encontrei nos

tombos. O padre Carvalho da Costa por um lado, com a sua Corografia, a Monarquia Lusitana e o Santuário Mariano, Felgueiras Gaio e Padre Narciso Alves da Cunha, e, acima de todos, o meu querido Matos Sequeira, que sabe tudo, conhece tão bem os grandes lances como os mexericos da história, me forneceram a talagarça da crónica. Quanto a desenhos e pessoas, honestamente declaro que fui beber aos cadernos manuscritos do Rev. Sebastião Mendrugo, autor do Epítome que concerne a família Antas, e de Manuel Afonso de Venade quanto à vida de D. Luís da Cunha, capitão de cavalos e familiar do Santo Ofício. Também o Sr. Amílcar de Oliveira, de Moselos, me forneceu informação copiosa, além de me permitir consultar o precioso livro de linhagens, manuscrito, com miniaturas curiosas, de que era possuidor e se reporta à fidalguia de Entre Douro e Minho.

Recentemente no jornal, que tanto prezo pela ancianidade, a elegância mental, e ainda porque no seu pretérito lhe anda associado o nome que para mim soa sempre a timbre do respeito, o de Camilo Castelo Branco, nesse jornal a *Aurora do Lima*, me surge de interlocutor uma das pessoas mais distintas que podiam tomar parte nesta algara: o Sr. Ruy de Meneses de Castro Feijó. Creio que nunca tive a honra de lhe ser apresentado, e pelo nome vejo que se liga por um lado à realeza deposta da Casa Grande, por outro à realeza sempre viva do talento, na pessoa do poeta glorioso de Ponte de Lima, António Feijó. Ora por nada deste mundo eu levantaria um eco menos real e, sobretudo, menos reverente sobre o passado dos ilustres defuntos desta Casa. Quanto a D. Maria Carantonha, os espinhos que puderam ferir-lhe a fronte de mãe admirável nada empanam a sua dignidade. Como filha, sacrificou tudo para que o pai não naufragasse num mau passo da vida. Assim o abonam os meus documentos e o testemunho de Amílcar de Oliveira, de certo recolhido oralmente de pais ou avós. D. Maria Carantonha foi uma santa e como tal a consideravam os seus e eu a considero. O seu martírio nada tem que ver com o seu carácter. Santa Maria Madalena, com quem apenas se pode comparar no direito à consagração, não brilha na constelação celestial da igreja cristã do mais rútilo esplendor? Pelo que diz respeito a seu pai D. Telmo de Montenegro ter matado um padroeiro, se não é verdade, a culpa é de Felgueiras Gaio, que o refere. Vagamente vim a averiguar que este padre se insinuara traiçoeiramente no seio da nobre família galega de Moz e seduzira e raptara uma das manas de D. Telmo para a abandonar infimamente. Mas se o Sr. Castro Feijó me pedir provas, eu não lhe darei outras além do testemunho de Felgueiras Gaio, que

andou a devassar as grandezas e mesquinharias da nobreza minhota, como o Padre Caetano de Sousa as coisas notáveis de todos os varões de sangue azul, chegados à Casa de Bragança, na sua História Genealógica...

Dos negrimes da Crónica, os literários são meus; os históricos são dos genealogistas e porventura das fontes orais, não falando nos meus dois citados memorialistas, que tenho, não obstante a condição de escrivães da pureza da família Antas Meneses e Montenegro, na conta de veros e íntegros em seus testemunhos.

A Casa Grande, que muitos julgavam o palácio de Tebas das sete portas, ignorando que no Minho e, aliás, no resto do país, assim se designavam os vínculos em relação à localidade pela extensão das suas terras e magnitude de seu foro, encontrei-a em ruínas, não só a capela, do barroco mais especioso que há em Portugal, mas os salões de tecto em masseira, cortado no castanho da quinta, a abegoaria e um espigueiro, que põe o ramo pelo donaire e a extensão, nada menos de 27 metros, de fábrica magnífica, pilastras de pedra e fasquiado da melhor madeira. À moradia, construção filipina sem grande relevo de estilo, que havia eu de lhe fazer? Conservar aquele paredeiro onde puderam aquartelar-se as milícias de Castelo Melhor na sua ressaca sobre a Galiza? Naturalmente arrasei o que não prestava e estava a cair ou já em terra e restaurei o que tinha préstimo. A capela está restituída à sua traça primitiva, refeita a cornija, desemplastrados, os muros da caliza abominável, tomadas as juntas, com tecto novo, telhado novo, e expungida ainda a frontaria de musgos e líquenes que roíam a minha Nossa Senhora do Amparo e seus guardiões, seu coro de anjos e serafins, como uma herpes hedionda. Não me diga pois o senhor Castro Feijó que restaure a capela. Está restaurada. Se o não fiz mais cedo é que o Estado tinha tomado posse duma das alas do edifício, precisamente daquela de que dependia a capela, e só agora houve por bem evacuar os lugares, restituindo-mos em ruínas. Uma ocupação equivalente pelos destroços, debaixo de vários aspectos a uma ocupação militar. Os santos dos altares desapareceram aos quatro pontos e agradecería se alguém me dissesse onde param para eu tratar do seu resgate. Os restos da talha foram acalentados, e pude substituí-la por outra que sobrepuja em estilo e execução a antiga que lhe era própria.

Desafrontei o adro, o que me proporcionou, ao tirar dali mais de duzentos carros de aterro, o subido prazer de encontrar a mão de S. Paulo com o livro, que faltava na estátua da fachada. Pode, pois, dentro em breve,

virem os senhores padres celebrar ali um Te-Deum altíssimo ou atrida missa por alma daquele D.Luís da Cunha, familiar do Santo Officio, a quem Deus perdoe, que mandou construir este monumento de graça e piedade. A minha alma, pela obra que fiz na Casa Grande, não terá que dar contas ao Senhor, nem é legítimo que peça aos seus ministros um sufrágio antecipado. Mas lá com a festada, foguetes e danças minhotas, que hão-de vir a meu rogo, decerto se letificará ela, ainda que por decoro dos meus anos me não meta na roda.

Genealogia dos Antas

1 Gonçalo de Cunha d'Antas  
 abade de S. Paio e de Romariz  
 irmão de Ana de Cunha d'Antas  
 casou com Manuel Dantas  
 gerou a

2 Domingos de Cunha Antas casou com D. Francisca d'Antas  
 (pequena casada)

Rui de Cunha Antas casou com  
 Joane de Magalhães e Mendonça  
 filha de Diogo de Vile, de  
 e Agostinho de Magalhães de  
 Vila, termo de V. de Barcelos e de  
 D. Ana e Barros Rego  
 gerou a  
 Alexandra de Cunha d'Antas  
 Agostinho de Cunha d'Antas  
 Constantina de Cunha d'Antas  
 Cristina de Cunha d'Antas

4 Placido de Cunha d'Antas  
 e Agostinho de Cunha d'Antas  
 Dantas de Magalhães e Joane  
 Rui de Mendonça - ano de 1711.

que houve o casamento  
 e assim com a  
 de irmas  
 N. 1711  
 42/17

P. Carvalho T. 3.º 5-62. v.º a.º  
 C. Quinta de Domingos Dantas de Cunha 432, 73, 34, 35

Evident est. D. D. de Cunha e doutros  
 ramos.



Fim das bandas.

## **Genealogia da família d'Antas num apontamento manuscrito de Aquilino**

### Genealogia D' Antas

1            Gonçalo da Cunha d' Antas (abade de S. Paio e de Romarigães) irmão de Ana da Cunha d'Antas que casou com Manuel Dantas gerou a D. Francisca d' Antas.

2            Domingos da Cunha Antas (filho de Gonçalo da Cunha d'Antas) casou com D. Francisca d'Antas.

3            Luís da Cunha antas e Alexandra da Cunha d'Antas filhos de Domingos da Cunha Antas. Benefícios de Alexandra da Cunha d'Antas (filhos) Agostinho da Cunha d'Antas, Constantina da Cunha d'Antas e Cristina da Cunha d'Antas.

Luís da Cunha antas casou com Joana de Azevedo e Mendonça filha de Dimas de Vilas Boas e Azevedo, sendo do morgado de Portela, terra de V. de Barcelos e D. Ana e Barros Regas.

4            Plácido da Cunha d'Antas e Azevedo e Fernando Luís Dantas Mendonça . ano de 1711 . (o segundo filho) que herdou o morgadio e casou com a noiva do irmão (quando este faleceu). Narciso 42 Agosto P.<sup>a</sup> Carvalho T. 3º. 562 . vejo ainda a Quinta de Domingos dantas da Cunha 432, 33, 34, 35.

Evidentemente este D. D. (Domingos) da Cunha é doutro ramo.

Cronologia da Casa Grande:

Year	Event	Age	Notes
1640	Rodolfo		(Fils)
1649	Assentan p. M. de Braz.	48	18 anos
1658	Castelo m. e f. m. Romão.	57	27 anos
1663	Prayas de Luis	62	32 anos
1665	Louis Ferd	65	35 anos
1668	casamento	68	38 anos
1676	confirmação	76	46 anos
1700	capela		40 anos
1707	morte		47 anos

## Notas manuscritas sobre a Cronologia da Casa Grande

Cronologia da Casa Grande:

- Revolta - (Filho) -

**1640.** Domingos – Pai 39. Luís-filho 9.

**1649.** guerra provida entre V. N. de Cerveira e Conde de S. Esteba; 48; batismos assentou praça beco; 18 anos.

**1658.** Castelo Melhor destroçado retira-se para Coura; morre em P. (Ponte) de Lima; 57; Castelo Melhor e filho em Romarigães; 27 anos.

**1663.** Prado eterno o minho; 62; Proezas de Luís; 32 anos.

**1665.** Tomada frontia; 65; Luís Férias; 35 anos.

**1666.** 66; casamento; 36 anos.

**1668.** Paz; 68; 38 anos.

**1676.** 76; Carta de paz militar D. dom. (domingos); 46 anos.

**1700.** morre Domingos; capela; 70 anos.

**1707.** morte; 72 anos.

Rosário de Fátima e Vila Rica  
 (Pernambuco) da mesma época  
 (Brasil)

Maria Angelica Telo de Moraes,  
 mulher de D. Telmo, neto primário  
 daquele de seu pelo Narciso. pp. 343,  
 344, foi aceita por Bládia Pereira  
 Botelho Barcelos, casada e  
 viúva. —  
 Foi em viagem por encontrar Maria  
 Angelica —  
 a amiga de D. Telmo, de um nome famoso  
 Minas ou Maranhão, reside em Brage,  
 Rua do Largo Ambrósio Branco, perto  
 da Avenida, N.º 105. Tem uma  
 filha casada em Brage.  
 Joaqui Julia Braga, Botelho de Moraes,  
 Montenegro, sobrinha do primo de D. Telmo  
 mora em Teresopolis, P. de Minas.

Freguesia de  
 Romarias.

A freguesia de Romarias net concern  
 para a construção do edifício do Tribunal  
 as contras de todo o mais do  
 Concelho por operação o em contribui  
 de materiais, transport e diárias.  
 Voz Relatorio do de 1885, 1885.  
 Tip. Comerc. Valença.  
 Lupa?  
 Implicação em contras de Telmo?  
 Dos applicação a animal marcos  
 e finalmente implacável para  
 seu de da Conservação vegetal  
 Santa Inês. Pareira.  
 (Consultar pessoa do tempo)  
 Particular em tempo Romarias a outros Concelho.  
 de Ponta Real em parte da Valença. de 1885?

## Notas manuscritas para Casa Grande

Nota Casa Grande

Maria Angélica Teles de Meneses, mulher de D. Telmo, neto portanto daquela de que pelo Narciso, pg 343, 344, foi raptada por Elídio Pereira Botelho Barreiras, cunhado e primo.

-----

Foi em Viana que encontrou Maria Angélica.

-----

a amiga de D. Telmo de seu nome ...micas ou maricas, reside em Braga, Rua do Largo futura e Branca, perto da Avenida, N.º 105. Têm uma filha casada em Braga.

Joaquim Júlio Borges Botelho de Meneses Montenegro primo de D. Telmo mora em Tojais, Padornelo.

Freguesia de Romarigães:

A freguesia de Romarigães não concorreu para a construção do edifício do tribunal ao contrário de todos os mais do concelho para oferecer o seu contributo em materiais, transporte e dinheiro.

Veja relatórios das despesas, 1885.

Tip. (Tipologia) Comerc. (Comercial) Valença.

Porque?

Influência em contrário do Telmo?

Isso explicaria a animação mensal e procedimento implacável para com ele do Conselheiro Miguel Dantas Machado. 1.º herdeiro.

Consultas pessoais do Templo

Pertencia ao Templo Romarigães a outro concelho. Rui Piedade Leal que pertencem a Valença, desde quando?

*Yant*

*Moloch (espírito acorda  
essa bandeira)*

Senhor Dr. Júlio Dantas,  
meu eminente amigo:

Há muito que eu, romancista profissional, ano  
por ano dando pábulo ao Moloch da publicidade,  
devia a minha homenagem ao confrade da anterior  
geração que dominou nas letras pelo seu real valor e  
prestígio. Na minha pedreira ainda não tinha saído  
pedra conveniente em que lavasse um exergo. E  
desde 1896, com o pequeno mas auspicioso livro Nada,  
que o seu nome illustre veio balizando um extenso  
caminho e deixando inscrito em marcos milidários  
títulos que nunca deixaram nem deixarão de deter  
o passante curioso: A Severa, Um Serão nas Laran-  
jeiras, Rosas de todo o fno., Santa Inquisição, O fe-  
posteiro Verde, Sonetos, Pátria portuguesa, O amor  
em Portugal no século XVIII, Eva, etc. etc. e que  
refulgem com a mais deslumbrada radiossidade. Na  
literatura nacional um bom estado pertence-lhe.  
Como mestre, a sua pena ensinou o donaire sem o  
precioso. Residindo sempre o maior culto à língua,  
nunca caiu na estreiteza dos seloias. Ninguém o supe-

*L. A. / 15 / 14*

*- tor 8*

*4/*

*P/ 2L R,*

*L/*

Porque é que só agora rejeitava nela? Cas-  
pennos nada da natureza humana, grãos de trigo,  
espiritual que, depois de germinar em segredo na  
leira subterrânea, desbrocha em sentimentos mais  
vermelhos e perfumados que rosas de Alcandria.

*Estes  
M. fram  
cortados!  
Lac. ped.  
M. m.  
M. m. p.  
i. m. l. g.  
he. h. i. a.  
he. d. i. a.  
m. a. t. o.  
E. a. c. o. d. e.  
L. e. n. g. u. a. e.  
h. o. r. e. d. e.*

Conde de Cuba, doventa os quarenta anos,  
quando que para um grande milhote que se fazia repe-  
denta a força da vida. A sua natural vitalidade e  
turbulência tinham-lhe assegurado o vigor e a fres-  
cura dos vinte e cinco anos. Foi essa juventude que  
ficou surpreendida com a prole e recebeu choque.  
Estacando, o seu olhar foi-se seguindo quando atra-  
vesava as dependências do rio com a donaire duma  
deusa, empenha com o costume de jogar à cabeça, e  
metia pelo alinho, até desaparecer ao longe na contra-  
banda. Esse dia e essa noite nunca mais ela se lhe  
vareu do sentido. Historicado que nem um peço  
para pescar barbos. Mas, pai da vida, porque só  
agora abra conta?

Em Novembro que se seguiram, fez-se duas, três vezes  
lopalido com o caminho de Romarigães. A rapa-  
figa vem perdoe não é que ela presentem o  
acto de reatção antes mesmo de se emborçar — mas  
não se deu por achada. Chamou-a a casa a pretexto  
da conta mais fétil que do mundo, na ordem das rela-  
ções habituais. Não correspondeu à chamada, sinal  
de que a tocar o seu empenho.

Pôs-se a espida da janela, em tadas e vindas.  
Ainda que a distança, notou que sempre que saía  
de casa ou entrava, o olhar dela possuava nos jardins  
da residência. Mesmo mais que isso, circulava nas  
ruedias, agora e logo como uma tortoleta à vista.

*1*

Arquivo. Ficam reservados  
por outro T. do m.  
de pices. 1/II/58.

*1, 2, 3*

**Duas páginas de provas anotadas por Aquilino Ribeiro e retiradas do romance *A Casa Grande*:**

Estas páginas foram cortadas a cada palavra. Nem mais. Não pensei incluí-las na história do dia. Manter. Era sobre conservar a novela do amorio. Ficam reservados para outro trabalho de ficção. I / II / 58. 1,2,3.

Moloch (despacho: acordo luso – brasileiro)



**Carta de Benardino Machado para Aquilino Ribeiro (quando o escritor fica a conhecer Paredes de Coura):**

Meu Caro Aquilino:

Muito lhe agradecemos a visita da Gigi e do Lininho. Estes dias têm sido de festa. Escuso de lhe dizer que o seu belo filho tem sido um encanto de todos. Agora mesmo, tão inteligente como serviçal, me está carinhosamente ajudando a mandar para o correio o meu último folhêto anti-ditatorial. É já um prestantíssimo correligionário. Não se resolve a vir até cá? A nossa satisfação seria completa. E veria de passagem o nosso Minho, de que devia certamente de gostar muito, digo-o sem desfazer na sua Beira. À volta, poderia mesmo ir com a Gigi e o Lininho

até Paredes de Coura, da qual dizia o poeta António Pereira da Cunha, a quem Castilho ofereceu o livro terceiro das Geórgicas, que sendo o que há de melhor em Portugal e sendo Portugal o que há de melhor na Europa e a Europa o que há de melhor no mundo, é sem dúvida alguma a preciosidade maior de todo o mundo. Minha mulher e alguma da minhas filhas acompanha-lo-iam. Tenho melhorado desde a chegada da Gigi: mais ainda me restabeleceria abraçando-o pessoalmente. Nossos melhores cumprimentos a sua boa Mãe.

Todo seu,  
Benardino Machado

**PR** **TRILHO DE AQUILINO**  
PERCURSO PEDESTRE

REDE MUNICIPAL DE PERCURSOS PEDESTRES DE PAREDES DE COURA

Território com Alma  
Paredes de Coura

**REPRODUÇÃO INTERDITA**  
TEXTO: JÓSSIA, LEVANTAMENTO, MARCAÇÃO E REALIZAÇÃO: CLÁUDIO FELIX DO MINHO, DESAMOROSAS  
ABRIL 2020

**O TRILHO DE AQUILINO** é um percurso integrado na Rede Municipal de Percursos Pedestres de Paredes de Coura. Trata-se de um percurso marcado segundo as diretrizes internacionais. Envolve as freguesias de Romarições, Agualonga, Infesta, Rubiães e Cunha.

A este percurso foi dado o nome do célebre escritor português Aquilino Ribeiro, que calcorreou estas "Terras de Coyra" quando residia na antiga casa solarenga do Amparo, em Romarições e que se tornou famoso com a sua obra prima "A Casa Grande de Romarições". Cabe salientar, pela sua importância histórica, que o nome da freguesia de Romarições, deriva de Romariganes do antropónimo de origem góda "Romarigues" ou "Romariz", o mesmo que dizer descendente de Romarigo ou Romariguez. O nome da freguesia já consta no Códice da Divisão dos Condados de Entre-Douro e Minho, de 1026. A antiguidade desta freguesia é também confirmada pela toponímia existente, tais como Portela da Camboa, Alto da Cidade, Castro e Couto do Ouro.

Igreja Paroquial de Aquilinos

Este percurso parte da igreja paroquial de Romarições, junto à famosa Casa Grande. Contornando a igreja, viramos à direita em direcção ao lugar de Boavista, onde podemos admirar um conjunto de moinhos, seguindo caminho até ao aglomerado. Daqui, o trajecto faz-se pelos caminhos de servidão aos campos de cultivo e de pastagem que nos conduzem ao lugar da Breia, em Agualonga. Junto ao cruceiro, viramos à direita para o lugar de Carvalhido, onde, tomando um caminho pela esquerda, seguimos por entre uma mancha florestal mista de carvalhos e pinheiro-bravo, que nos levará a desembocar na estrada. Aqui, podemos apreciar um moinho, bem como a casa senhorial do Outeiro, em Agualonga. Seguindo em frente, passamos pela igreja paroquial desta freguesia e daí subimos em direcção ao lugar de Truine.

Pastagens

Saindo do lugar, avistamos, à nossa esquerda, um bosque de cedros, pseudotsugas e carvalhos. Seguindo um caminho em terra que nos conduzirá à Quinta da Moreira, em Rubiães, continuamos em direcção ao lugar de Silvertro, para tomar o percurso que nos levará a um conjunto de blocos graníticos, conhecido por Penedo do Macaco. Iniciando a descida e ladeando o monte, chegamos à estrada. Seguimos um caminho que, passado algum tempo, nos levará a entrar numa mancha florestal de elevada beleza e de destacada importância ecológica. Caminhando na via aberta pelo gasoduto, encontramos um cruzamento, onde viramos à esquerda, para seguirmos o caminho que nos levará aos moinhos do Poço das Cabanas, para, posteriormente, sairmos do lugar onde teve início este passeio nos trilhos de Aquilino Ribeiro.

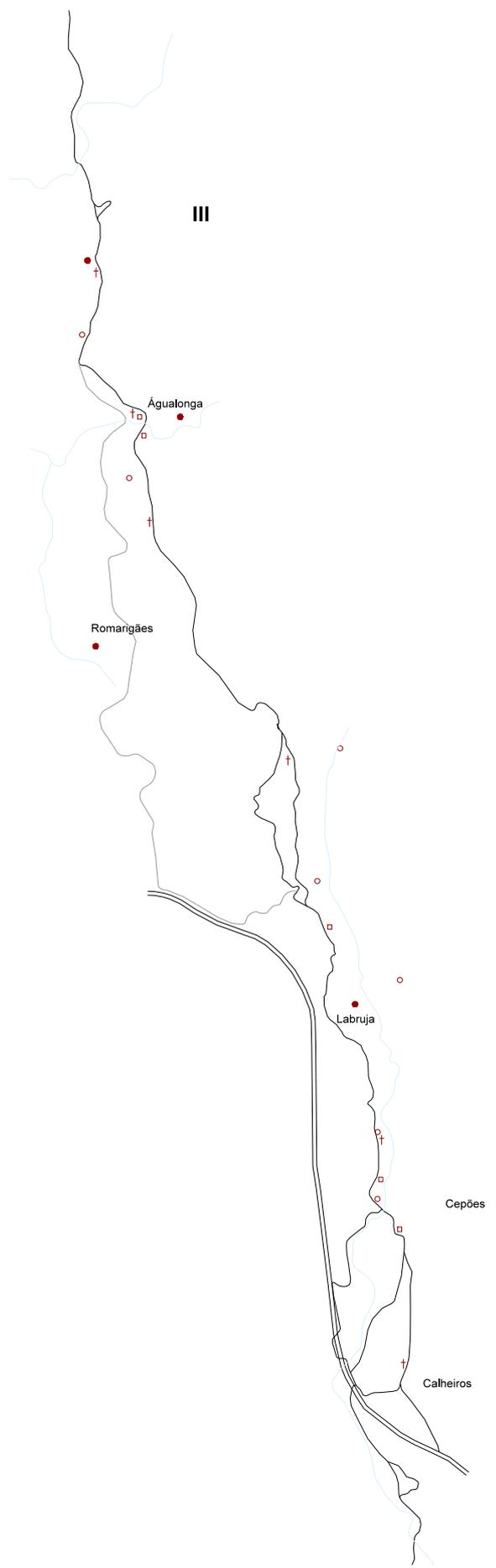
**NOME DO PERCURSO:** TRILHO DE AQUILINO  
**ENTIDADE PROMOTORA:** MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA  
**TIPO DE PERCURSO:** PEQUENA ROTA  
**ÂMBITO DO PERCURSO:** CULTURAL / PAISAGÍSTICO  
**PONTO DE PARTIDA:** IGREJA, ROMARIGÃES  
**DISTÂNCIA PERCORRIDA:** 14 km  
**DURAÇÃO DO PERCURSO:** 5 h 30 m  
**GRAU DE DIFICULDADE:** FÁCIL / MODERADO  
**COTA MÁXIMA ATINGIDA:** PENEDO DO MACAÇO 489 METROS

**REGULAMENTO**  
 Não saia do percurso marcado e sinalizado. Preste atenção às marcações.  
 Evite fazer ruídos e barulhos.  
 Respeite a propriedade privada. Feche portões e cancelas, não danifique as culturas.  
 Não abandone o lixo.  
 Cuidado com o gado. Não incomode os animais.  
 Deixe a Natureza intacta. Não recolha plantas, animais ou rochas.  
 Faça fogo apenas nos locais destinados para o efeito.  
 Evite andar sozinho na montanha.  
 Guarde o máximo cuidado nos dias de nevoeiro.  
 Utilize sempre botas de montanha, impermeável e um chapéu.

**PERCURSO PEDESTRE**  
**TRILHO DE AQUILINO - 14 km**  
**IGREJA/AQUILINDA - 3 km**

Placa de Indicação de início do Percurso.  
 PR significa que se trata de um percurso pedestre de Pequena Rota da Rede Municipal de Percursos Pedestres de Paredes de Coura.

CÂMARA MUNICIPAL	251.780.100
POSOLO DE TURISMO	251.782.892
POSOLO REGIONAL	251.780.100
CENTRO CULTURAL	251.780.122
FREGUESIA	251.780.124
ROMBEIROS	251.780.102
CENTRO DE SAÚDE	251.782.300
PARQUE A FLORIDA	251.780.320



## INDÍCE DE IMAGENS

**Fig.1** Casa Grande de Romarigães, Paredes de Coura, 1990. Imagem de Miguel dos Reis Pedroso de Lima | Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

**Fig. 2** Casa Grande de Romarigães, Paredes de Coura, 1990. Imagem de Miguel dos Reis Pedroso de Lima | Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

**Fig. 3** Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 25 de Abril de 2015. Imagem de Maria Lima.

**Fig. 4** Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 8 Março de 1996. Imagem de Duarte Belo | <http://cidadeinfinita.blogspot.pt>.

**Fig. 5** Jerónima Dantas Machado e Aquilino Ribeiro, Romarigães, Paredes de Coura, 1962. Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

**Fig. 6** Aldeia de Romarigães. Antigo caminho de acesso à aldeia de Romarigães. Imagem do Bingmaps 2015.

**Fig. 7** Aldeia de Romarigães. Actual caminho de acesso à aldeia de Romarigães, Nacional 201. Imagem do Bingmaps 2015.

**Fig. 8** Aldeia de Romarigães, Paredes de Coura, 25 Abril 2015. Imagem de Maria Lima.

**Fig. 9** Aldeia de Romarigães, Paredes de Coura, 25 Abril 2015. Imagem de Maria Lima.

**Fig. 10** Portugal, Caminhos de Santiago de Compostela. Imagem de Maria Lima.

**Fig. 11** Planta Territorial da Aldeia de Romarigães, Paredes de Coura. Imagem de Maria Lima, escala 1:1250.

**Fig. 12** Planta de Implantação da Casa Grande de Romarigães. Imagem de Maria Lima.

**Fig. 13** Planta de Implantação da Casa Grande de Romarigães. Imagem de Maria Lima.

**Fig. 14** Fonte da Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 1962. Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

**Fig. 15** Planta de Implantação da Casa Grande de Romarigães. Imagem de Maria Lima.

**Fig. 16** Planta de Implantação da Casa Grande de Romarigães. Imagem de Maria Lima.

**Fig. 17** Axonometria da Casa Grande de Romarigães, entre 1950 e 1962.

Imagem de Miguel dos Reis Pedroso de Lima.

**Fig. 18** Cronologia Arquitectónica.  
Imagem de Maria Lima.

**Fig. 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30** Imagens da Casa Grande de Romarigães entre os anos 1950 e 1962, período do escritor Aquilino Ribeiro. Recuperação do conjunto arquitectónico e demolição de uma das alas. Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

**Fig. 31, 32, 33, 34 e 35** Imagens da Casa Grande de Romarigães no ano 1990, período do engenheiro Aquilino Machado, filho do escritor. Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

**Fig. 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45** Imagens da Casa Grande de Romarigães entre os anos 2008 e 2015, período do engenheiro Aquilino Machado e posteriormente da sua esposa Maria Alexandra. Arquivo fotográfico cedido pela família do escritor Aquilino Ribeiro.

**Fig. 46 e 47** Corte da Casa Grande de Romarigães  
Imagem de Maria Lima, escala gráfica.

**Fig. 48** Janela interior do piso superior da Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 2015.  
Imagem de Maria Lima.

**Fig. 49** Sala de estar da Casa Grande de Romarigães, Romarigães, Paredes de Coura, 2015.  
Imagem de Maria Lima

## BIBLIOGRAFIA

### ESPECÍFICA

#### Livros

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património.*, Edição integrada no Projecto A Descrição do Território Português do Século XVIII, Casa Museu de Monção – Universidade do Minho, Março, 2005.

FERREIRA, António Manuel e NETO, Paulo – *Voltar a Ler Aquilino Ribeiro*, 1ª edição, Clássica Artes Gráficas S.A., Edição Universidade de Aveiro, Aveiro, Dezembro, 2009.

FIGUEIRAS, Paulo de Passos – *A capela de Nossa Senhora do Amparo e o Morgadio de Romarigães*, 1ª edição, Auditor Jurídico Jubilado (PGA), Produção Gráfica de Barrocelas, Barrocelas, 10 de Maio, 2007.

MACHADO, Aquilino Ribeiro – *No Alto Minho, Homenagem a Aquilino promovida pela Câmara Municipal de Paredes de Coura*, 1ª edição, Centro Cultural de Paredes de Coura durante o Congresso de Estudos Aquilianos, Marca (Artes Gráficas), Porto, Junho, 2000.

MATEUS, Isabel Cristina de Brito Pinto – *Uma secreta ironia: a construção de A Casa Grande de Romarigães*, in *Aquilino Ribeiro – um genial escritor português*, 1ª edição, Edição Avis, Viseu, 1995.

RIBEIRO, Aquilino – *A Casa Grande de Romarigães*, 1ª edição, Edição Livraria Bertrand para o Círculo de Leitores, Lisboa, Fevereiro, 1984.

RODRIGUES, Isabel Cristina – *Teoria Geral dos Castanheiros: A Casa Grande de Romarigães de Aquilino Ribeiro*, in *Voltar a Ler Aquilino Ribeiro*, 1ª edição, Clássica Artes Gráficas S.A., Edição Universidade de Aveiro, Aveiro, Dezembro, 2009.

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos Santos – *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, 1ª edição, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Humbertipo, Porto, Maio, 1999.

SARAMAGO, José – *Viagem a Portugal*, 1ª edição, Círculo de Leitores, Editorial Caminho, Cacém, 1997.

SEIXO, Maria Alzira – *O exaltante poder. Relendo Terras do Demo e A Casa Grande de Romarigães*, in *A Palavra de Romance: Ensaios de Genologia e Análise*, 1ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

#### Teses

MACHADO, Aquilino de Oliveira Ribeiro – Quinta do Amparo – Casa Grande de Romarigães, Uma proposta de dinamização turística no Alto Minho, Centro de Estudos Aquilino Ribeiro (CEAR), Lisboa, Junho, 2012, Tese de doutoramento.

MATEUS, Isabel Cristina de Brito Pinto – História e Ficção Histórica em Aquilino Ribeiro: A Casa Grande de Romarigães, Trabalho para a

Prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica,  
Universidade de Letras e Artes do Minho, Braga, 1989.

#### Artigos | Revistas

MARTINS, Ana Maria Tavares, SAMPAIO, Mafalda Teixeira de – «A Casa Grande de Romarigães: Património Arquitectónico vs. Património Literário», Actas do III Congresso Internacional Casa Nobre um Património para o futuro, Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, 2011.

LOPES, Óscar – «Coordenadas de Aquilino na Literatura Portuguesa», Fundação Calouste Gulbenkian, Revista Colóquio/Letras, n.º 115/116, Lisboa, Maio, 1990.

#### Catálogos

CMPC, Câmara Municipal de Paredes de Coura – *Aquilino Ribeiro em Terras de Coura*, Comemorações do Cinquentenário da Morte de Aquilino Ribeiro, 1ª edição, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura, Julho, 2013.

CLAÚDIO, Mário – *Homenagem a Aquilino, Aquilino Desconhecido*, 1ª edição, Congresso de Estudos Aquilianos, Atelier Pagella, Porto, Junho – Setembro, 2000.

### Vídeos

Episódio da série: A Alma e a Gente (RTP2, 2003/2011) José Hermano Saraiva referente a Paredes de Coura e à Casa Grande de Romarigães  
– <https://www.youtube.com/watch?v=c8rHhX3wKIQ>.

## GERAL

### Livros

AAP, Associação dos Arquitectos Portugueses – *Arquitectura Popular em Portugal*, 1ª edição, Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*, 1ª edição, Colecção Novos Guias de Portugal, n.º 5, Lisboa, 1987.

ALMEIDA, José António Ferreira de – *Tesouros Artísticos de Portugal*, 1ª edição, Colóquio Artes, Selecções de Reader's Digest, Porto, Novembro, 1976.

ARAÚJO, José Rosa de – *Os Miliários da Estrada Romana de Braga a Tuy, O Distrito de Braga*, 2ª edição, Vol. V, N.º 9, Braga, 1982.

BASTOS, Manuel de Lima – *Regresso a Romarições na sombra de Mestre Aquilino*, 1ª edição, Sopa de Letras, Cascais, Maio, 2014.

BORDAS, Eulogio – *Hacia el turismo de la sociedad de ensueño: nuevas necesidades de mercado, in Inauguración del primer semestre del curso 2002 – 2003 de los Estudios de Economía y Empresa de la UOC*, Universitat Oberta de Catalunya, 2003 – <http://www.uoc.edu/dt/20219/index.html>

CALATRAVA, Juan e NERDINGER, Winfried – *Arquitectura Escrita*, Círculo de Bellas Artes, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Madrid, 2010, Catálogo.

CALDAS, João Castro – *Alto Minho: dos caseiros sem terra à terra sem caseiros*, in *O voo do arado*, 1ª edição, Coordenação Joaquim Pais de Brito, Edição Museu Nacional de Etnologia e Instituto Português dos Museus, 1996.

CARVALHO, Paulo – *Património e Território dos Lugares às Redes*, *Actas do V Colóquio Hispano – Português de Estudos Rurais*, Escola Superior Agrária de Bragança, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Asociación Española de Economía Agrária, Bragança, 2003.

CAVACO, Carminda – O Turismo e as novas dinâmicas territoriais, in MEDEIROS, Carlos Alberto – *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico*, Vol. III, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

CORREIA, Teresa Pinto – *Paisagem e Identidade: da memória à pós-modernidade in Geografia de Portugal*, Sociedade, Paisagem e Cidades, Vol. II, Direcção de Carlos Alberto Medeiros, Círculo de Leitores, 2005.

CUNHA, Licínio – *Economia e Política do Turismo*, 1ª edição, Edição Verbo, 2006, s.l.

CUNHA, Narcizo C. Alves – *No Alto Minho, Paredes de Coura*, 1ª edição, Edição da Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1909.

DAVEAU, Suzanne – *Portugal Geográfico*, 1ª edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1995.

DIONÍSIO, Sant'Ana – *Guia de Portugal IV, Entre Douro e Minho*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1965.

DOMINGUES, Álvaro – *Destruição. Registos do trauma da perda do Portugal Rural*, 2011 – [www.revistapunkto.com](http://www.revistapunkto.com)

DOMINGUES, Álvaro – *A Rua da Estrada*, 1ª edição, Equações de Arquitectura, DAFNE Editora, Porto, 2009.

DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*, 1ª edição, Equações de Arquitectura, DAFNE Editora, Porto, 2011.

ECO, Humberto – *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, 13ª edição, Prefácio de Hamilton Costa, Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão, Coleção Universidade Hoje nº4, Editorial Presença, Milão, 1977.

GIL, Carlos e RODRIGUES, João – *Por Caminhos de Santiago, Itinerários Portugueses para Compostela*, 3ª Edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa, Janeiro, 2000.

HERDER, Johann Gottfried – *Ideias para a Filosofia da História da Humanidade*, in Patrick Gardiner, *Teorias da História*, 1ª edição, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1974.

HERBERT, D.T. – *Artistic and literary Places in France as Tourist Attractions: in Tourism Management*, Vol. XVII, n.º 2, 1996, s.l.

HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal*, 2ª edição, Bertrand, Vol. I, II, III, IV, Lisboa, 1846 – 1853.

LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*, Gradiva, 1ª edição, 2001, s.l.

MACHADO, Aquilino Ribeiro – *O Alto Minho de Aquilino Ribeiro: in Aquilino Ribeiro no Alto Minho*, 1ª edição, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura, 2000.

MATEUS, Augusto e Colaboradores – *Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020*. Diagnóstico Estratégico, Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM), 2012.

MATTOSO, José e DAVEU, Suzanne – *Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, 2ª edição, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 2010.

MARTINS, Ana Maria Tavares – *Nos 50 anos de A Casa Grande de Romarigães – A Quinta de Nossa Senhora do Amparo*, in Aquilino Ribeiro – *Um genial escritor português*, 1ª edição, Edição Avis e Amigos de Aquilino Ribeiro, 2007.

MARTINS, Ana Maria Tavares – *Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a Arquitectura e a História*, 1ª edição, Edição Quartz, Viseu, 2012.

MENDES, Manuel – *Aquilino Ribeiro. A Obra e o Homem*, 1ª edição, Edição Arcádia, 1960.

PEREIRA, Paulo – *Arte Portuguesa, História Essencial*, 1ª edição, Círculo de Leitores e Temas e Debates, Junho, 2011.

QUEIROZ, Ana Isabel – *Guias das Aves de Aquilino Ribeiro*, 1ª edição, Boca Ciência e Arte, 2012.

RIBEIRO, Aquilino – *Aldeia*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1946.

RIBEIRO, Aquilino – *Arcas Encoiradas*, 1ª edição, Bertrand, Lisboa, 1953.

RIBEIRO, Aquilino – *O Homem da Nave*, 3ª edição, Bertrand, Lisboa, Abril 2009.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1ª edição, Esboço de relações geográficas, Coimbra Editora, Coimbra, 1945.

RODRIGUES, Isabel Cristina – *Teoria Geral dos Castanheiros: A Casa Grande de Romarigães de Aquilino Ribeiro, Voltar a Ler Aquilino Ribeiro*, 1ª edição, Coordenação de António Manuel Ferreira e Paulo Neto, Universidade de Aveiro, Dezembro 2009.

SAMPAIO, Alberto – *Estudos Históricos e Económicos*, 1ª edição, Livraria Lello, Porto, 1923.

SAMPAIO, Jorge Pereira de – *A Sombra das Casas*, 1ª edição, Ed. Cooperativa Árvore, Porto, 2007.

SARAMAGO, José – *Cadernos de Lanzarote – Diário III*, 1ª edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1995.

SARAMAGO, José – *Viagem a Portugal*, 1ª edição, Círculo de Leitores, Editorial Caminho, Cacém, 1997.

SEIXO, Maria Alzira – *O exaltante poder. Relendo Terras do Demo e A Casa Grande de Romarigães, A Palavra do Romance: Ensaios de genologia e análise*, 1ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da – *Escrever a Casa Portuguesa*, 1ª edição, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

STOOP, Anne de – *Arquitectura Senhorial do Minho*, 1ª edição, Caminhos Romanos, Novembro 2015, s.l.

TRIGUEIROS, Luís Forjaz – *O Minho. Antologia da Terra Portuguesa*, 2ª edição, Bertrand Editora, 1967, s.l.

VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*, 1ª edição, Bertrand, Vol. III, Lisboa, 1942.

GOMES, Paulo Varela – *O Essencial sobre a Arquitectura Barroca em Portugal*, FAUP, Porto.

GOMES, Paulo Varela – *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no Século XVII*, FAUP, Porto.

WHITE, Hayden – *Metahistory: The Historical Imagination, Nineteenth-Century Europe*, Baltimore MD London: Johns Hopkins UP, 1973.

ZUMTHOR, Peter – *Pensar a Arquitectura*, 2ª edição, Editorial Gustavo Gili S.L., Barcelona, 2009.

#### Artigos | Revistas

ANDRÉ, Isabel e ABREU, Alexandre – «Dimensões e espaços de inovação social», *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, n.º 81, 2006.

LOURENÇO, Eduardo – «Aquilino ou Eros e Cristo», in *Revista Colóquio Letras*, Ensaio n.º 100, Novembro 19887.

MARTINS, Carla Sofia, «Casa Grande de Romarigães em estado de degradação», *O Comércio do Porto*, 21 de Março, 2002.

QUEIROZ, Ana Isabel – «Convite para as paisagens literárias urbanas», Workshop de Investigação As Cidades, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

SIZA, Álvaro – «Entretien avec Álvaro Siza» (entrevista realizada por Laurent Beaudouin e Christine Rousselot), Revista AMC – Architecture, Mouvement, Continuité, n.º 44, Porto, Setembro de 1977.

#### Teses

AVELLANEDA, Juan José Vázquez – Em Lisboa. Escritura y Ciudades. The City of Fernando Pessoa. 1 de Noviembre de 1755 – 30 de Noviembre de 1935, Universidad de Sevilla, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Sevilla, 2006, Tese de doutoramento.

PEREIRA, João Carlos Gromicho Bila e Nasi – Reflexos de Pessoa em Siza/Reflejos de Pessoa en Siza. Contaminações do legado intelectual de Fernando Pessoa na obra de Álvaro Siza/Contaminaciones del legado intelectual de Fernando Pessoa en la obra de Álvaro Siza, Universidad de Sevilla, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Sevilha, 10 de Julho de 2015, Tese de doutoramento.